



UNIVERSIDADE TIRADENTES – UNIT
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPEd
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO

MICHELLINE ROBERTA SIMÕES DO NASCIMENTO

**COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO: LEGISLAÇÃO, AUTOAVALIAÇÃO E
ACOMPANHAMENTO PARA GESTÃO NA UNIVERSIDADE TIRADENTES (UNIT)**

**ARACAJU
2021**

MICHELLINE ROBERTA SIMÕES DO NASCIMENTO

**COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO: LEGISLAÇÃO, AUTOAVALIAÇÃO E
ACOMPANHAMENTO PARA GESTÃO NA UNIVERSIDADE TIRADENTES (UNIT)**

Tese apresentada como pré-requisito para obtenção do título de Doutora no Programa de Pós-Graduação em Educação, na Linha de Pesquisa 2 – Educação e Formação Docente – Universidade Tiradentes.

PROF.^a DR.^a ANDRÉA KARLA FERREIRA NUNES

**ARACAJU
2021**

MICHELLINE ROBERTA SIMÕES DO NASCIMENTO

**COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO: LEGISLAÇÃO,
AUTOAVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO PARA GESTÃO
NA UNIVERSIDADE TIRADENTES (UNIT)**

Tese apresentada como pré-requisito para obtenção do título de Doutora no Programa de Pós-Graduação em Educação, na Linha de Pesquisa 2 – Educação e Formação Docente – Universidade Tiradentes.

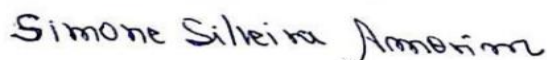
BANCA EXAMINADORA



Prof.^a Dr.^a Andrea Karla Ferreira Nunes
Orientadora



Prof.^a Dr.^a Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho do Nascimento
Membro Interno



Prof.^a Dr.^a Simone Silveira Amorim
Membro Interno



Prof. Dr. Evandro Duarte de Sá
Membro Externo



Prof.^a Dr.^a Sônia Regina Mendes dos Santos
Membro Externo

ARACAJU

2021

N244c Nascimento, Michelline Roberta Simões do
Comissão própria de avaliação: legislação, automação e acompanhamento para gestão na Universidade Tiradentes (UNIT) / Michelline Roberta Simões do Nascimento; orientação [de] Dra. Andréa Karla Ferreira Nunes. - Aracaju: UNIT, 2021.

128 f. : il.

Tese (Programa de Pós-graduação em Educação - PPED) - Universidade Tiradentes.

Inclui bibliografia.

1. Autoavaliação. 2. Comissão própria de avaliação. 3. Educação superior. 4. Instituições de ensino. 5. Cultura avaliativa. I. Nunes, Andréa Carla Ferreira (orient.). II. Universidade Tiradentes. III. Título.

CDU: 378.001.37(813.7)

Aos meus filhos por serem bússola nas travessias, a Inho pelos melhores carnavais e por ser um incentivador de sonhos. À minha mãe pela referência de bondade, hoje você tem uma filha doutora.

AGRADECIMENTOS

Alma leve e coração preenchido de alegria...

É assim que encerro mais um ciclo. Por certo, tenho muito a agradecer e assim comemoro cantando os versos de Alceu Valença...

Na bruma leve das paixões que vêm de dentro
Tu vens chegando pra brincar no meu quintal
No teu cavalo
Peito nu, cabelo ao vento
E o sol quarando nossas roupas no varal
Tu vens, tu vens
Eu já escuto os teus sinais
Tu vens, tu vens
Eu já escuto os teus sinais
A voz do anjo sussurrou no meu ouvido
Eu não duvido já escuto os teus sinais
Que tu virias numa manhã de domingo
Eu te anuncio nos sinos das catedrais
Tu vens, tu vens
Eu já escuto os teus sinais
Tu vens, tu vens
Eu já escuto os teus sinais

A anúciação da felicidade e concretude do que vivi, li e senti para chegar até aqui percorreu uma trajetória cheia de curvas, alguns obstáculos e muita determinação. As experiências vividas e compartilhadas neste percurso trouxeram sorrisos, conquistas e alegrias. Mas não só isso, houve também desânimo. Sim, somos humanos, todos nós!!! Os tempos difíceis que vivemos politicamente, uma pandemia acontecendo, afastamento social, a sensação da morte está à espreita, isso tudo teimava em rodear meus pensamentos e me fazer questionar o que seria de fato importante pra mim. Um título? Me perguntei inúmeras vezes...

Por traz deste título existe um ser humano que carregou dúvidas e incertezas. Achei que não iria conseguir, achei que estava assumindo um compromisso que não poderia honrar, achei até que não queria mais. É natural, o processo de doutoramento é longo, uma jornada solitária na maior parte do tempo. O compromisso é seu e é você que tem que honrá-lo! Esse foi o meu mantra. Era ele que me devolvia o entusiasmo e me fazia vibrar por mais esta conquista que hoje divido e agradeço a tantos, por tanto.

Minha trajetória não seria a mesma sem que o destino, Deus, Zeus, Oxalá ou os bons espíritos de luz terem me concedido a graça de cruzar com pessoas especiais e que agregaram a mim como profissional, como pesquisadora e principalmente como pessoa. Seria necessário escrever outra tese para expressar a cada uma delas o tamanho da minha admiração e reconhecimento. É tanto amor!!!! Não há uma ordem hierárquica de importância, cada uma, da sua forma, me ajudou escrever as memórias que hoje guardo no coração.

Começo falando daqueles que são a minha maior conquista, a minha família, aquela criada por mim. Maria Luysa, Caio e Braz Jr., cheguei aqui para orgulhar vocês. Eu posso confessar que não sou uma mãe e até mesmo uma esposa convencional, sou atrapalhada, ranzinza, vivo virando meme familiar rrsrs, é meu jeito de ser e sei que vocês me amam assim. Eu amo e me orgulho muito de vocês, das pessoas que são. Maria, vou continuar me intrometendo nos seus projetos, é o meu jeito de dizer que você é uma Arquiteta massa, a melhor de todas! Caio, vou continuar pedindo ajuda em tudo que envolver tecnologia, você é o melhor de todos nisso. Inho, para você e para nós desejo muitos carnavais embalados ao som dos tambores do Olodum, atrás do trio elétrico curtindo a pipoca, a avenida, porque gostamos do povo, da diversidade, da alegria, do colorido, sempre celebrando junto aos nossos. Vamos plantar ipê de todas as cores, assistir o sol se pôr todas as vezes que for possível, ir a todos os shows de Gil, Caetano e Bethânia que pudermos, só para lembrar que o amor se faz todos os dias. Amo vocês infinito!

Minha mãe, obrigada por tudo que sempre fez por mim, pelos meus filhos e até por meu marido, a quem diz ser seu filho também. Minha sogra, obrigada pelas preces a Santo Antônio, seu amigo íntimo (não é para qualquer um ter canal aberto com um Santo), obrigada por tudo. Vocês duas são pedras preciosas.

Nessas idas e vindas a vida me presentou com grandes amigas, que também se tornaram madrinhas (sim, isso mesmo, teve um casamento no percurso), Raylane, Luzianne e Laísa são porto seguro, minhas confidentes, personificam os atributos de lealdade. Poderia tecer muitos elogios às pesquisadoras que são, as competências técnicas que cada uma carrega são indiscutíveis, entretanto, hoje e

aqui, meu coração só quer dizer a cada uma como foram e são importantes pra mim nesse percurso.

À galera do clubinho que agora tem Casa de Rio, vamos comemorar muito! Eita, já vejo os closes, finos, ricos e prósperos.

Aos amigos de jornada acadêmica no doutoramento, agradeço a partilha. Em especial àqueles que, além dos bancos do Bloco F, ainda dividiam as terefas da Pró-Reitoria de Graduação, à professora Arleide Barreto e Janilce Domingues, meu agradecimento por tudo. Estivemos juntas, sempre vibrado pelas conquistas uma da outra.

A todos os meus professores, todos mesmo, sem nenhuma exceção, da pré-escola no Jardim de Infância lá em Tobias Barreto até os bancos da academia, o meu muito obrigada. Cada um contribuiu para que hoje esse título fosse possível e foram exemplos que reverberaram nas minhas práticas. À minha orientadora, Dr.^a Andréa Karla, pela parceria que ultrapassou os muros da academia, lhe agradeço a acolhida, o respeito, as conversas que ultrapassavam as discussões teóricas e metodológicas do trabalho e invadiam as trocas sobre família, viagens, afazeres do dia a dia ou uma simples troca de mensagem com um “como você está?”. Estamos juntas! Aos membros da Banca examinadora pela disponibilidade e pelo cuidado nos apontamentos e nas proposições. À Universidade Tiradentes, que me acolheu como estudante e hoje como profissional. Me orgulho de ser parte do sonho dos seus fundadores.

Por fim, canto e vibro deixando os versos de Anunciação entoarem como oração, pulsando forte a felicidade deste e de todos os dias, vibrando e mentalizando positivamente para que estes sejam mais coloridos, por vacina para todos, por um governo digno da grandeza desse país, por respeito às nossas lutas e para que o nosso povo possa ter esperança de dias melhores...

“Tu vens, tu vens
Eu já escuto os teus sinais
Tu vens, tu vens
Eu já escuto os teus sinais”.
(Alceu Valença)

RESUMO

Este estudo nasce do interesse em compreender como processos avaliativos na Educação Superior vêm se desenvolvendo ao longo dos tempos, sobretudo os processos que envolvem a Avaliação Institucional conduzidos pela Comissão Própria de Avaliação (CPA). Como *locus* de pesquisa elejo a Universidade Tiradentes (Unit). A pesquisa se propõe a intervir, mesmo que refletidamente, sobre o que se estabelece nos processos avaliativos propostos pelo Sinaes e como estes podem se revelar como utensílios no desenvolvimento de políticas para o acompanhamento da gestão de uma instituição de ensino superior, em especial de uma cultura avaliativa. Elegeu-se como objetivo geral analisar como os relatórios aplicados pela Comissão Própria de Avaliação por meio da autoavaliação institucional no período de 2013 a 2017 se traduziram em uma cultura avaliativa. Com efeito, foram traçados os seguintes objetivos específicos: Descrever como a CPA é instruída no âmbito da legislação nacional, bem como conceitos da temática da tese e pesquisas acadêmicas na área; Identificar e mapear como se materializa e ocorre a articulação entre os resultados das autoavaliações nos processos de planejamento no âmbito da gestão acadêmica na Universidade Tiradentes; Interpretar como o trabalho desenvolvido pela Comissão Própria de Avaliação contribui para uma cultura avaliativa de autoconhecimento da IES. Elegi como referencial teórico e metodológico a pesquisa bibliográfica e documental, pois há uma série de Normativos Regulatórios e dispositivos legais do Ministério da Educação (MEC) que serão arrolados, a exemplo da Lei 9394/96, que é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), também a Lei 10.861, que institui o Sistema de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), além de autores como José Dias Sobrinho (2011), que trata da temática de avaliação institucional, e Justino Pereira de Magalhães (2004), que me auxiliará na utilização do conceito de instituições educativas. A tese que orienta o trabalho se sustenta no entendimento de que a CPA, como diretriz estabelecida pelo MEC e política institucional, conduz o processo avaliativo da IES a um autoconhecimento institucional, fornecendo dados para um planejamento estratégico e construção de uma cultura avaliativa formativa que promova os valores partilhados pela comunidade acadêmica da Universidade Tiradentes.

Palavras-chave: Autoavaliação. Comissão Própria de Avaliação. Educação Superior. Instituições de Ensino. Cultura Avaliativa.

ABSTRACT

This study arises from the interest in understanding how evaluative processes in Higher Education have been developed over time, especially the processes that involve Institutional Evaluation conducted by the Evaluation Commission (CPA). As a research locus I choose the Tiradentes University (Unit). The research proposes to intervene, even if reflexively, on what is established in the evaluation processes proposed by Sinaes and how these can be revealed as tools in the development of policies for monitoring the management of a higher education institution, especially a evaluative culture. It was chosen as a general objective to analyze how the reports applied by the Evaluation Committee through institutional self-evaluation in the period from 2013 to 2017 were translated into an evaluative culture. In effect, the following specific objectives were outlined: Describe how the CPA is instructed under national legislation, as well as concepts on the subject of the thesis and academic research in the area; Identify and map how the results of self-assessments in the planning processes within the scope of academic management at the Tiradentes University materialize and occur; Interpret how the work carried out by the Evaluation Commission itself contributes to an IES self-knowledge evaluative culture. I chose bibliographic and documentary research as a theoretical and methodological reference, as there are a series of Regulatory Norms and legal provisions of the Ministry of Education (MEC) that will be listed, like Law 9394/96, which is the Law of Guidelines and Bases of National Education (LDB), also Law 10.861, which institutes the Higher Education Assessment System (Sinaes), in addition to authors such as José Dias Sobrinho (2011), which deals with the theme of institutional assessment, and Justino Pereira de Magalhães (2004), which will help me to use the concept of educational institutions. The thesis that guides the work is based on the understanding that CPA, as a guideline established by the MEC and institutional policy, leads the HEI's evaluation process to institutional self-knowledge, providing data for strategic planning and the construction of a formative evaluation culture that promotes the values shared by the academic community of Universidade Tiradentes.

Keywords: Self-assessment. Own Evaluation Committee. College education. Teaching Institutions. Evaluative Culture.

RESUMÉN

Este estudio surge del interés por estudiar cómo los procesos evaluativos en la Educación Superior se han ido desarrollando a lo largo del tiempo, sobre todo, los procesos que involucran la Evaluación Institucional que realiza la Comisión Evaluadora (CPA). Como lugar de investigación elijo la Universidad Tiradentes (UNIDAD). La investigación propone intervenir, aunque se reflexione sobre lo establecido en los procesos de evaluación propuestos por el SINAES y cómo estos pueden revelarse como herramientas en el desarrollo de políticas de seguimiento de la gestión de una institución de educación superior, especialmente de una cultura evaluativa. El objetivo general fue analizar cómo los informes aplicados por el Comité de Evaluación a través de la autoevaluación institucional en el período 2013 -2017 se tradujeron en una cultura evaluativa. En efecto, se delinearon los siguientes objetivos específicos: describir cómo se instruye el CPA bajo la legislación nacional, así como conceptos sobre el tema de la tesis y la investigación académica en el área. Identificar y mapear cómo se materializan y ocurren los resultados de las autoevaluaciones en los procesos de planificación en el ámbito de la gestión académica en la Universidad Tiradentes. Interpretar cómo el trabajo realizado por la propia Comisión Evaluadora contribuye a una cultura evaluativa del autoconocimiento de IES. Elegí la investigación bibliográfica y documental como referencia teórica y metodológica, ya que existen una serie de Normas Regulatorias y disposiciones legales del Ministerio de Educación - MEC, las cuales serán listadas, como la Ley de Lineamientos y Bases de la Educación Nacional - LBD, Ley 9394 / 96, Ley 10.861 que establece el Sistema de Evaluación de la Educación Superior - SINAES, además de autores como José Dias Sobrinho (2011), trata el tema de la evaluación institucional y Justino Pereira Magalhães (2004), y el concepto de instituciones educativas que me ayudarán el uso del concepto de instituciones educativas. La tesis que guía el trabajo se basa en el entendimiento de que la CPA como directriz establecida por el MEC y la política institucional, conduce el proceso de evaluación de las IES al autoconocimiento institucional, brindando datos para la planificación estratégica y la construcción de una cultura de evaluación formativa que promueva valores compartidos por la comunidad académica de Universidade Tiradentes.

Palabras clave: Autoevaluación. Comité de Evaluación Propio. Educación universitaria. Instituciones de enseñanza. Cultura evaluativa.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Estrutura organizacional da vinculação da Comissão Própria de Avaliação.....	33
Figura 2 – Mapa da localização das publicações nos programas de <i>stricto sensu</i>	43
Figura 3 – Organização do Planejamento e Avaliação Institucional	47
Figura 4 – Eixos e dimensões definidas pelo Sinaes	49
Figura 5 – Imagem da tela de autoavaliação institucional na Intranet	73
Figura 6 – Imagem da tela de autoavaliação institucional	73
Figura 7 – Banner de divulgação e sensibilização para participação da comunidade acadêmica na autoavaliação institucional da Unit	74
Figura 8 – Banner de divulgação para participação da comunidade acadêmica na autoavaliação institucional da Unit	74
Figura 9 – Informações sobre a CPA disponibilizadas no site da Unit.....	75
Figura 10 – Elementos mobilizadores dos objetivos da autoavaliação.....	82
Figura 11 – Infográfico de questionário aplicado para coordenadores de curso.....	86
Figura 12 – Infográfico de questionário de autoavaliação aplicado a Técnicos-Administrativos	87
Figura 13 – Infográfico de questionário de autoavaliação aplicado a Docentes	88
Figura 14 – Reportagem de divulgação da realização da Avaliação Institucional	90
Figura 15 – Divulgação da Realização do Fórum de Educação com temáticas voltadas à avaliação.....	91
Figura 16 – Lançamento de Campanha de Autoavaliação.....	100
Figura 17 – Material de convite para a participação na autoavaliação institucional	101
Figura 18 – Material de divulgação de resultados alcançados por meio das autoavaliações.....	101
Figura 19 – Encontros para divulgação dos resultados promovidos pela CPA	102

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Mapeamento de produções acadêmicas no período de 2006 - 2017	36
Quadro 2 – Instrumento de avaliação institucional externa – Anexo II	46
Quadro 3 – Roteiro de perguntas	55
Quadro 4 – Abreviação do entrevistado	56
Quadro 5 – Membros e segmentos representados na Caic.....	57
Quadro 6 – Membros e segmentos representados da composição estreada da CPA	60
Quadro 7 – Mudanças no indicador de avaliação de egressos pelo Instrumento de Avaliação.....	93
Quadro 8 – Indicadores educacionais apontados nos Relatórios de Autoavaliação 2013 - 2017	97
Quadro 9 – Indicadores de infraestrutura apontados nos Relatórios de Autoavaliação 2013 - 2017	98

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Número de encontros por público.....	63
Tabela 2 – Número de perguntas por eixo avaliado	71
Tabela 3 – Média de Autoavaliação Discente 2017 / 2019	77
Tabela 4 – Média de Autoavaliação Docente 2017 / 2019	77
Tabela 5 – Média de Autoavaliação dos Coordenadores 2017 / 2019.....	78
Tabela 6 – Média de Autoavaliação dos Técnicos Administrativos 2017 / 2019	78

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BASis	Banco de Avaliadores do Sinaes
Caic	Comissão de Avaliação Institucional Contínua
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
Conaes	Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior
Consad	Conselho Superior de Administração
CPA	Comissão Própria de Avaliação
Daes	Diretoria de Avaliação da Educação Superior
DOU	Diário Oficial da União
Enade	Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
ENC	Exame Nacional de Cursos
FITs	Faculdades Integradas Tiradentes
Geres	Grupo Executivo para a Reformulação da Educação Superior
IES	Instituições de Ensino Superior
Inep	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação.
PAI	Programa de Avaliação Institucional
Paic	Programa de Avaliação Institucional Contínua
Paiub	Programa Nacional de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras
Paru	Programa de Avaliação da Reforma Universitária
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PPED	Programa de Pós-Graduação em Educação
RI	Relato Institucional
Sinaes	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
Unit	Universidade Tiradentes

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
1.1	ENCONTRO COM O TEMA	15
2	COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO: LEGISLAÇÃO, AUTOAVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO PARA GESTÃO	29
2.1	LEGISLAÇÃO: SITUANDO A CPA	29
2.2	DOS RESULTADOS ENCONTRADOS	35
3	CONTEXTUALIZAÇÃO, ESTRUTURA E APLICAÇÃO DA AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NA UNIVERSIDADE TIRADENTES	51
3.1	CONTEXTUALIZANDO A UNIVERSIDADE TIRADENTES	51
3.1.1	Comitê de Planejamento Tático e Estratégico – Complete: O primeiro exercício de autoavaliação	52
3.1.2	Programa de Avaliação Institucional Contínua (Paic)	57
3.2	ESTRUTURANDO A AUTOAVALIAÇÃO: ENTRE DOCUMENTOS OFICIAIS, QUESTIONÁRIOS E PERCEPÇÕES	64
3.2.1	Tomando posse dos documentos oficiais para compor o questionário de autoavaliação	68
3.2.2	A materialização do questionário autoavaliativo no Magister	72
3.3	SENSIBILIZAR PARA PARTICIPAR: O EU PROTAGONISTA	75
4	CULTURA AVALIATIVA: ARTICULAÇÃO ENTRE A AVALIAÇÃO, O PLANEJAMENTO E O PROCESSO DE TOMADA DE DECISÕES	79
4.1	UNIVERSIDADE TIRADENTES: CAMINHOS PARA CONSTRUÇÃO DE UMA CULTURA AVALIATIVA	79
4.2	ITINERÁRIOS PARA BUSCA DAS ANÁLISES DOS PROCESSOS DE AUTOAVALIAÇÃO	83
4.2.1	A autoavaliação na Universidade Tiradentes e os caminhos percorridos na institucionalização da cultura avaliativa	95
5	ÚLTIMAS PALAVRAS	107
	REFERÊNCIAS	111
	APÊNDICES	116
	ANEXOS	121

1 INTRODUÇÃO

[...] olhar, é ao mesmo tempo, sair de si e trazer o mundo dentro de si. Porque estamos certos de que a visão depende de nós e se origina em nossos olhos, expondo nosso interior ao exterior, falamos em janelas da alma. [...] Ver é olhar para tomar conhecimento e para ter conhecimento (CHAUÍ, 1988, p. 33)

Na seção introdutória apresento a motivação e interesse pela temática de avaliação, especialmente aos processos de avaliação institucional e autoavaliação e ao papel da Comissão Própria de Avaliação (CPA). Neste espaço serão apresentados o referencial teórico e metodológico, os conceitos de autoavaliação, avaliação institucional e instituições educativas. A seção buscará, sobretudo, tornar claros os objetivos e o problema de pesquisa, assim como a relevância do objeto de estudo.

1.1 ENCONTRO COM O TEMA

Em minha formação acadêmica, no curso de Licenciatura em Pedagogia, no início dos anos 2000, o conhecimento dos modelos avaliativos sempre esteve ligado aos processos de avaliação da aprendizagem, suas teorias, concepções pedagógicas e os significados assumidos pela avaliação no contexto escolar. Foi o momento em que compreendi a avaliação e as suas abordagens a partir de teóricos como Bourdieu (2007) e Michel Foucault (2002), e a relação de poder que este mecanismo exerce. Me aproximei das abordagens que apresentavam a avaliação como prática mediadora trazida pelos escritos de Hoffmann (2003) e ainda a avaliação dialética-transformadora de Luckesi (2003). Mantínhamos em sala de aula discussões sobre esses processos e como eles se davam no “chão da escola,” sobre o papel dos professores e de como poderíamos, enquanto futuros educadores, viabilizar uma escola pública de qualidade a partir de uma avaliação que fosse para além de medir e quantificar o aprendizado aferindo uma nota aos estudantes. Foi assim que aprendi que avaliar deve estar alinhado a um projeto educacional que reflete a identidade de uma instituição de ensino. Muito além de quantificar e atribuir valor, deve dar significado a uma prática pedagógica.

Foi a imersão nesse processo formativo que me fez compreender o real conceito de educação. Foram as leituras de autores como Brandão (1995), no livro *O que é educação*, em que o autor afirma que ninguém escapa da educação e que o processo educativo é permanente dado ao longo de toda a vida, que compreendi a educação como a razão de ser, aquilo que emancipa e transforma pessoas em seres conscientes e colaborativos para lidar com os desafios contemporâneos. É a partir desta compreensão que conduzo o meu percurso profissional e a minha prática acadêmica. Mais que isso, entendo o papel político da educação.

Hoje, ao refletir e rememorar essa trajetória, percebo que o texto mencionado carrega provocações e se alinha aos questionamentos que hoje faço sobre o processo de Avaliação Institucional. A complexidade de compreender esses processos à época me faz entender o olhar que hoje tenho sobre o objeto de estudo deste trabalho, no tempo presente.

Destarte, a motivação para realizar este estudo surge do meu interesse pelas questões pertinentes à educação, sobretudo aquelas ligadas à forma como os processos avaliativos na Educação Superior vêm se desenvolvendo ao longo dos tempos. E, ainda, motivada pela minha formação acadêmica, e pela minha prática profissional, uma vez que atuo diretamente ligada ao acompanhamento dos Processos Normativos Regulatórios que envolvem Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento de Cursos de Graduação e de Recredenciamento de Instituições de Ensino Superior (IES). Agregado a tal fato, meu ingresso no Banco de Avaliadores (BASis) do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) corrobora com as minhas práticas e com a investigação aqui dada a ler. Tais papéis me permitem adentrar no universo da Avaliação Institucional com a perspectiva de entendê-la mais e melhor, para que, na condição de profissional na Educação Superior, possa problematizá-la.

Enquanto profissional atuante na Educação Superior, fui sendo incomodada e provocada por um novo viés da avaliação, a Avaliação Institucional, entendida neste trabalho como um processo que produz e promove sentido, instrumento coletivo para além da visão de expiação e exclusão, delineador de reflexão sobre os caminhos da Educação Superior e da própria IES. Participar e acompanhar processos avaliativos, sejam eles internos ou externos, orientados pelo Ministério da Educação (MEC), passou a fazer parte do meu cotidiano profissional, passei a estudá-los e principalmente a questioná-los, assim, resolvi dar sentido e transformar

minha prática em conhecimento teórico e, desta forma, adensar meu repertório cultural e científico sobre a temática. Destarte, conforme nos aponta Chauí (1988), na epígrafe desta seção, o olhar para si e para o mundo me trouxe o exercício dialético de tomar como campo de estudo a avaliação institucional.

Há neste exercício um movimento frenético entre confrontar o que se faz e entender o quê e o porquê se faz. A inquietude da aprendiz uniu forças às provocações da pesquisadora e assim, de forma coerente aos meus ideais de educação, dentre eles o de entender a Avaliação Institucional como um processo formativo contínuo, gerador de ações pedagógicas que possam fomentar uma cultura avaliativa, assumo este novo desafio.

Foi refletindo sobre minha prática acadêmica que estabeleci relação entre as pesquisas do Mestrado¹ e do Doutorado em Educação, haja vista que a necessidade de entender como se compõe uma Instituição Educativa, tornou-se, a partir das minhas experiências na pesquisa, quando no Mestrado em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPED) da Universidade Tiradentes (Unit), motriz no meu percurso de pesquisadora. Na ocasião, pude compreender os motivos de criação, a forma de organização, as práticas educativas, o processo de avaliação, bem como analisar a cultura de uma instituição de ensino.

Desta feita, com um olhar mais maduro, mas ainda carregado de interrogações, elejo enveredar pelos históricos dos processos avaliativos da educação superior buscando entender melhor sua organização e a contribuição da Comissão Própria de Avaliação (CPA) como órgão impulsionador da gestão e do planejamento estratégico na Universidade Tiradentes, fomentando assim a cultura avaliativa.

Assim sendo, corroboro com as ideias de Dias Sobrinho (2002, p. 32), ao expressar que “[...] a universidade de hoje deve tematizar a sua função formativa e levar em conta a significação social dos conhecimentos e habilidades como importantes critérios de qualidade acadêmica”. O autor argumenta ainda sobre os mecanismos de uma avaliação democrática e participativa, assegurando que “[...] conhecer-se enquanto sistema produzido por múltiplas estruturas e relações, para construir organicamente os juízos de valor sobre todas as suas atividades e instruir

¹ Jardim de Infância Joana Ramos: Educação Infantil na Cidade de Tobias Barreto (1969 – 1985), dissertação defendida no ano de 2015.

os processos adequados à melhoria da sua 'qualidade'." (DIAS SOBRINHO, 2002, p. 127).

É a partir deste entendimento enquanto instituição produtiva, que em sua essência é aquela que produz autoconhecimento, diagnósticos e prognósticos em termos de expectativas de futuro e de planejamento estratégico, que elejo como *locus* da pesquisa a Universidade Tiradentes (Unit), localizada no município de Aracaju, estado de Sergipe. A IES é mantida pela Sociedade de Educação Tiradentes, instituição privada de Ensino Superior, com fins lucrativos. Será por meio da análise de atuação da Universidade Tiradentes que busco adensar a pesquisa e contribuir com o cenário da avaliação da Educação Superior reverberando nas práticas de autoavaliação das IES e em Comissões específicas que assumem a função de veículo de interlocução das instituições com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC), responsável pela formulação de políticas educacionais dos diferentes níveis de governo.

Para fins de estruturação desta tese, terei como foco de observação os processos de Autoavaliação Institucional da Universidade Tiradentes, produzidos pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), no período de 2013 a 2017, e que culminaram com o Recredenciamento Institucional no ano de 2018, em que a Universidade Tiradentes obteve conceito institucional máximo.² O marco temporal escolhido refere-se aos dois últimos processos de autoavaliação institucional e da análise dos seus relatórios parcial e final. Além desses instrumentos, será também analisado o Relatório Institucional (RI) disponibilizado ao Inep no processo de Recredenciamento Institucional. Ademais, o espaço temporal também corresponde à vigência do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) avaliado no último processo de Recredenciamento ocorrido na instituição³. A escolha busca ainda corroborar com o entendimento de que a autoavaliação é consolidada no Relatório de Autoavaliação Institucional, que tem por finalidade fomentar a cultura de avaliação institucional.

Em que pese a definição do marco temporal já mencionado se faz necessário fazer uma digressão sobre a institucionalização dos processos avaliativos de

² O Conceito Institucional é graduado em cinco níveis, cujos valores iguais ou superiores a três indicam qualidade satisfatória.

³ A Universidade Tiradentes passou por processo de Recredenciamento no período de 1º a 5 de maio do ano de 2018 obtendo conceito cinco.

instituições educativas de nível superior. Assim, encontro o seu prenúncio na pós-graduação, nos cursos de mestrados e doutorados, conduzida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), no final da década de 1970. Foi a experiência da Capes na avaliação da pós-graduação no país que levou Edson Machado de Souza, então diretor-geral da Capes e membro do então Conselho Federal de Educação, a propor, já na década de 1980, o Programa de Reforma Universitária (Paru). O surgimento do referido programa teve entre outras motivações o significativo aumento no número de IES e de matrículas para esse nível de ensino.

O Paru, que foi a primeira proposta para avaliação de cursos de graduação, surge no ano de 1983, tendo como objetivo coletar informações inerentes à organização didática e administrativa das IES por meio da aplicação de questionários a docentes, discentes e dirigentes. Entretanto, em meio às disputas internas de cunho político no Ministério da Educação, foi encerrado no ano de 1984, sendo substituído pelo Grupo Executivo da Reforma da Educação Superior (Geres), instituído pela Portaria nº 100, de 6 de fevereiro de 1986, pelo então ministro Marco Antônio de Oliveira Maciel.

Anos depois, já na década de 1990, foi proposto o Programa Nacional de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (Paiub), buscando articular uma forma de implantar um modelo de avaliação de cursos de Graduação. O referido programa representou o surgimento da primeira iniciativa de autoavaliação, para auxiliar no processo de aperfeiçoamento do desempenho acadêmico com foco nas atividades institucionais. Apesar da sua curta duração (1993 – 1994), o Paiub se configurou em uma experiência significativa de avaliação institucional, tendo em vista que foi o embrião do seu sucessor, o Sinaes. Ao estabelecer a Avaliação Interna, Avaliação Externa e Reavaliação como fases da avaliação a serem desenvolvidas nas IES, estabelece a oportunidade para que os agentes deste processo tenham espaço para o diálogo com a comunidade interna e externa, premissas que se mantêm no atual modelo de avaliação.

É também na década de 1990, no governo de Fernando Henrique Cardoso, por meio da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, que revogou uma parte da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961, vigente à época, que surge o Exame Nacional de Cursos (ENC), popularizado como Provão. O ENC foi aplicado no período de 1996 a 2003, apenas aos

estudantes concluintes. Ao longo do período de aplicação o exame foi rechaçado, sofrendo críticas, entre elas a forma sensacionalista de divulgação dos resultados pela mídia, que explorava o ranqueamento das instituições. Outro aspecto criticado à época foi o fato de que muitas instituições, sem o compromisso claro de formação dos seus educandos, instituíram programas que visavam à “preparação” para o Provão em detrimento de uma formação integral.

Aqui, abro um parêntese para destacar que obviamente as mesmas críticas ainda permanecem presentes nos dias atuais nos modelos de avaliação externa em vigor, uma vez que o ranqueamento dos resultados alcançados é utilizado como estratégia de marketing para as IES que alcançam posições de destaque. Desta forma, os resultados positivos em avaliações como Enade, Reconhecimento de Cursos, Renovação de Reconhecimento ou ainda de Credenciamento e Recredenciamento Institucional passam a ser dispositivos de visibilidade para demonstrar diferenciais de qualidade e promover a ampliação de captação, quando na verdade estão somente atendendo ao que está previsto nas políticas públicas educacionais da educação superior e alinhados ao princípio constitucional da garantia de padrão de qualidade, previsto no art. 206, inciso VII da Constituição Federal de 1988 e na própria Lei do Sinaes de 2004.

É oportuno destacar que o ranqueamento ao qual está suscetível um processo avaliativo gera um campo de disputa que merece debate crítico em torno dos indicadores educacionais. É importante enfatizar que aferir desempenho em *ranking* não significa avaliar, haverá apenas a mensuração de resultados sem reflexão e sem mudanças significativas que agreguem qualitativamente à realidade institucional num viés de prestação de contas e transparência aos processos avaliativos. Parte disso deve-se ao fato da mídia, seja ela impressa, digital ou televisiva, muitas vezes explorar esses resultados e fazer com que a sociedade faça a escola por uma instituição ou um curso a partir da aferição de uma nota sem que se entenda que o resultado final está atrelado a diferentes dimensões, insumos e outros aspectos que precisam ser discutidos e analisados de forma individualizada.

Se faz oportuno destacar também que a criação do Conceito Provisório de Cursos (CPC) e do Índice Geral de Cursos (IGC), já no ano de 2008, indicadores quantitativos relacionados aos cursos e instituições, oportunizou e exacerbou este campo de disputa entre as instituições de ensino superior, uma vez que os resultados são ordenados de modo classificatório, e conseqüentemente possibilitou,

mesmo que involuntariamente, o desencadeamento de um processo de ranqueamento.

A ênfase em tensionar esses aspectos é abrir espaço para reflexão e análise do viés avaliativo e das suas nuances junto ao Sinaes. Tal análise possibilita que as IES tracem caminhos que favoreçam a sua cultura avaliativa.

Ainda em relação ao Exame Nacional de Cursos, outro ponto de crítica foi o fato de ser único e comum para todos os cursos no Brasil. E ainda, o entendimento de que não respeitava a autonomia universitária. Em 2004 o ENC é substituído pelo Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), permanecendo até os dias atuais como um dos tripés do processo avaliativo em vigor que prevê a avaliação institucional, a avaliação de cursos e a avaliação de estudantes.

É mister revelar que as discussões sobre avaliação na educação superior se ampliam após ser sancionada, pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. A citada Lei reitera a previsão de avaliação já assegurada pela Constituição Federal de 1988. Entretanto, é com a criação da Lei 10.861 de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), que a avaliação ganha novos contornos, tendo seus objetivos e finalidades definidos e explicitados. É a referida Lei que define os procedimentos de avaliação, observando os seguintes princípios fundamentais:

Art. 2º O SINAES, ao promover a avaliação de instituições, de cursos e de desempenho dos estudantes, deverá assegurar:

I - avaliação institucional, interna e externa, contemplando a análise global e integrada das dimensões, estruturas, relações, compromisso social, atividades, finalidades e responsabilidades sociais das instituições de educação superior e de seus cursos;

II - o caráter público de todos os procedimentos, dados e resultados dos processos avaliativos;

III - o respeito à identidade e à diversidade de instituições e de cursos;

IV - a participação do corpo discente, docente e técnico administrativo das instituições de educação superior, e da sociedade civil, por meio de suas representações. (BRASIL, 2004).

Em especial, no que se refere à Comissão Própria de Avaliação, em seu Artigo 11 a referida Lei descreve: “Cada instituição de ensino superior, pública ou privada, constituirá Comissão Própria de Avaliação – CPA.” (BRASIL, 2004). É a partir de tal definição proposta por força da Lei, que a Comissão Própria de Avaliação passa a responder como gestora e fonte de informação, tendo suas atribuições

definidas pelo Sinaes, levando em consideração a “[...] Condução dos processos de avaliação internos da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP.” (BRASIL, 2004).

Nota-se a posição política atribuída à CPA como gestora estratégica da informação e do conhecimento. A referida Lei assegura ainda a atuação autônoma da Comissão perante os demais conselhos e órgãos colegiados existentes na IES, o que demonstra o seu protagonismo no viés dos processos de avaliação.

Adentrar na pesquisa e eleger a CPA e os processos de avaliação interna conduzidos por ela como objeto de estudo deste trabalho requereu, no labor da investigação, escolhas, rupturas, análises e acima de tudo assumir riscos e desafios. A maturidade adquirida no processo de formação enquanto pesquisadora me traz o amadurecimento e a tranquilidade da escolha, uma vez que, apesar de continuar a analisar uma instituição educativa, desta feita, em seus aspectos e processos avaliativos, parto para uma seara contemporânea, diferente da experiência do mestrado em que optei por uma investigação histórica.

Destarte, ao conhecer e corroborar com autores como Justino Pereira de Magalhães (2004), que mostra, nos seus estudos, a importância de investigar os fenômenos educativos como fator importante para identificar o modo como em diferentes momentos e lugares as instituições educativas surgem para satisfazer as necessidades humanas. Pois, para o referido autor:

As instituições educativas são organismos vivos, cuja integração numa política normativa e numa estrutura educativa de dimensão nacional e internacional é fator de conflito entre os campos da liberdade, criatividade, sentido crítico e autonomização dos atores e o normativismo burocrático e político-ideológico estruturante (MAGALHÃES, 2004, p. 124).

Operar com o conceito de instituição educativa apresentado por esse autor me possibilita compreender a importância de examinar o espaço educativo de uma instituição, analisando, a partir da identidade construída, o lugar que ela ocupa na sociedade. Este processo de construção de identidade das instituições e a análise da sua organização permite entender uma renovação no campo de estudos sobre o espaço educacional, mais precisamente sobre as instituições de ensino superior e os seus processos avaliativos.

O presente trabalho configura-se, então, como um instrumento de reflexões sobre a temática da Avaliação Institucional na Educação Superior Brasileira,

dialogando entre o cenário teórico que trata da temática, as práticas institucionais e o atendimento ao marco regulatório, sobretudo aqueles que tratam dos aspectos que envolvem a autoavaliação e o papel das Comissões Próprias de Avaliação (CPA), uma vez ser esta comissão a responsável por operar e produzir respostas a perguntas como: Por que avaliar? Para que avaliar? Para quem avaliar? Quando e como avaliar? Tomada por tais questionamentos e, ainda, amparada na afirmação de Dias Sobrinho (2003, p. 19), entendo que “toda reflexão sobre educação, para ser completa, deve incluir um olhar sobre as transformações da sociedade e sobre o futuro. Deve ser prospectiva”.

A partir de tal premissa, o olhar prospectivo que ora lanço sobre o papel das Comissões Próprias de Avaliação passa pelos desafios de eleger um objeto ainda pouco explorado, principalmente quando escolho o tema da avaliação institucional, mais especificamente ao que se refere aos resultados da autoavaliação para gestão institucional como promotora de uma cultura avaliativa.

A vinculação da autoavaliação como prerrogativa regulatória estabelecida por legislação específica traz à luz e evidencia a necessidade de se utilizar os resultados das autoavaliações como elemento fortalecedor e diagnóstico. É importante atentar que ainda nos encontramos em um processo de construção de identidade autoavaliativa e, assim, com base nos escritos de Dias Sobrinho (2010), é possível observar que “obviamente, sempre haverá contradições e imperfeições num sistema de avaliação, pois se trata de um fenômeno social e de uma construção histórica”. (DIAS SOBRINHO, 2010, p. 233). O autor ainda revela que essas contradições e imperfeições são mobilizadoras da grande riqueza do processo avaliativo, uma vez que este não pode ser neutro e nem deve estar fechado às múltiplas interpretações. É a partir dessas reflexões que entendo que é necessário um esforço conjunto para se produzir um processo avaliativo socialmente eficaz, como nos sugere o autor, e assim fomentar os aspectos produtivos em detrimento daqueles que não produzam resultados eficazes.

Enquanto fenômeno social que precisa ser acompanhado e analisado, a avaliação institucional tem a CPA como elo entre o Inep e o MEC, que lançam um olhar crítico sobre a instituição, fornecendo subsídios para a tomada de decisões por parte dos gestores para que possam projetar um futuro ajustado aos seus projetos educacionais.

Os conflitos⁴ entre a avaliação e a Regulação do Ensino Superior devem ser problematizados e refletidos para que a avaliação cumpra de fato o seu papel. A partir de tal reflexão, evidencio a contribuição deste estudo para a área de avaliação, sobretudo para a autoavaliação institucional, cumprindo com o principal foco que é responder e apresentar a avaliação como instrumento de gestão, criador de políticas internas capazes de fortalecer os processos acadêmicos e pedagógicos, mediante a eficácia da autoavaliação institucional, estando esta em consonância com o Planode Desenvolvimento Institucional (PDI) da IES.

A autoavaliação será entendida aqui e dada a ler como prática de reflexão e construção de um processo profícuo que precisa dar conta de refletir sobre sua multidimensionalidade, apoiada na ideia de que a avaliação interna ou autoavaliação é um processo cíclico, criativo e renovador de análise, interpretação e síntese das dimensões que definem uma instituição. O entendimento aqui apontado reflete sobre a necessidade de se ter uma visão ampliada da realidade institucional, para que esta sirva de instrumento de planejamento, com vistas à correção de desvios e busca de novos desafios alinhados à vocação institucional, e assim seja fortalecido seu processo de autoavaliação.

Corroborando com atores como Dias Sobrinho e Balzan (1995), passo a entender que:

Uma instituição pluralista e multidimensional que se constrói nos movimentos das relações de forças, e para compreendê-la, é necessário buscar o entendimento das redes de significações múltiplas e o conjunto de processos e relações que se produzem em seu cotidiano. (DIAS SOBRINHO; BALZAN, 1995, p. 9).

Motivada pelas reflexões aqui apresentadas, pela multidimensionalidade e pluralidade dos processos avaliativos, minhas inquietações de pesquisadora se traduzem em indagações que busco responder por meio do presente trabalho, tais como: os relatórios das avaliações institucionais realizados pela CPA a cada dois anos se traduzem em decisões que podem convergir para o alcance de uma cultura avaliativa na Universidade Tiradentes?

Esta pergunta movimenta a pesquisa, e assim me proponho a intervir, mesmo que refletidamente, sobre o que se estabelece nos processos avaliativos propostos

⁴ Sempre que o termo conflito for utilizado na escrita estará se referindo a situação de ação ou a tomada de decisão para alinhamento de possíveis divergências.

pelo Sinaes e como estes podem se revelar como utensílios no desenvolvimento de políticas para o acompanhamento da gestão de uma Instituição de Educação Superior, em especial de uma cultura avaliativa.

O presente estudo insere-se na área de Educação e na subárea de Planejamento e Avaliação Educacional com especialidade em Avaliação de Sistemas, Instituições, Planos e Programas Educacionais, estando alinhado ao projeto guarda-chuva Docência e Tecnologias: tessituras entre Currículo, Planejamento e Avaliação, da orientadora que elegi para me acompanhar na trajetória da pesquisa.

Elegi como referencial teórico e metodológico a pesquisa bibliográfica e documental, pois há uma série de Normativos Regulatórios e dispositivos legais do Ministério da Educação (MEC), que serão arrolados, a exemplo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB); Lei 9394/96, da Portaria Normativa 40, republicada em 29 de dezembro de 2010⁵, que institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo e trabalho relativos aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior; a Lei 10.861, que institui o Sistema de Avaliação da Educação Superior (Sinaes); além de autores como José Dias Sobrinho (2011), Vanda Rutkowski Tognarelli (2012), Kelli Consuêlo Almeida de Lima Queiroz (2011), que tratam da temática de avaliação institucional, e Justino Pereira de Magalhães (2004), que me auxiliará na utilização do conceito de instituições educativas. As fontes aqui selecionadas foram aquelas que oferecem condições teórico- metodológicas que irão permear a construção do trabalho, aqui dado a ler.

Estudar uma instituição educativa contemporânea requer entender sua representatividade, sua composição dentro do cenário local e regional, seus históricos anteriores, seus produtos e características. Concomitante a estes elementos, torna-se imprescindível entender também os órgãos reguladores dessas instituições, representados, neste caso, pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes), Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e a Diretoria de Avaliação da Educação Superior (Daes), órgãos responsáveis pela organização de todos os processos avaliativos da educação

⁵ Revogada pela Portaria Normativa nº 11, de 20 de junho de 2017.

brasileira, além do Ministério da Educação como órgão legitimador dos dispositivos avaliativos.

Os conflitos entre a avaliação e a Regulação da Educação Superior devem ser problematizados e refletidos para que a avaliação cumpra de fato o seu papel. A partir de tal reflexão, almejo que este estudo possa contribuir para a área de avaliação, especialmente para a autoavaliação institucional, e que esta possa, sobretudo, cumprir com o principal foco que é responder e apresentar o planejamento e a avaliação como instrumentos verdadeiros de gestão, criadores de políticas internas capazes de fortalecer os processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da IES. A autoavaliação é entendida assim como prática de reflexão e construção de um processo profícuo.

O presente trabalho se debruça sobre o entendimento que considera a Avaliação Institucional não como um fim em si, mas como parte de um conjunto de políticas, no campo da educação superior. A partir do entendimento de que existem várias possibilidades e distintas concepções a respeito desta avaliação, e que hoje os estudos que tratam da temática estão intrinsecamente ligados às relações sociais e, no que se refere aos aspectos atrelados ao âmbito educacional, as pesquisas desta área se desenvolveram mais comumente sob o prisma do ensino e aprendizagem dentro do contexto escolar.

Entretanto, contemporaneamente, sabe-se que há uma ampliação no campo atrelado à temática, abrangendo os sistemas de ensino, uma vez que na atualidade o Estado assume, entre outras funções, o papel de avaliador, tanto na educação básica, quanto na educação superior. No período compreendido entre os anos finais de 1990 e 2000, alargaram-se as pesquisas voltadas para a avaliação institucional, o interesse no campo da pesquisa, possivelmente justificado pela criação do Sinaes, instituído pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que atribuiu à Conaes, como órgão colegiado de coordenação e supervisão do Sinaes, a competência para estabelecer diretrizes, critérios e estratégias para o processo de avaliação da educação superior.

O estudo justifica-se pela relevância de conhecer os processos avaliativos de ensino e a institucionalização dos espaços de educação superior, buscando entender e explicar suas representações, construídas num determinado contexto histórico.

A iniciativa do presente trabalho se fundamenta na constatação de que a temática ainda é pouco explorada, estudos sobre avaliação institucional versam em sua maioria sobre modelos de avaliação para uma área específica sem que haja um aprofundamento e discussão sobre o conjunto das avaliações resultantes da implementação do Sinaes, sendo estas a avaliação de instituições, a de cursos e a avaliação de desempenho de estudantes. Sendo assim, acredito na relevância de se discutir e problematizar os processos de avaliação, supervisão e regulação da Educação Superior brasileira, com destaque para a atuação da Comissão Própria de Avaliações (CPA). Aliado a tais justificativas, soma-se a isso o fato de perceber, enquanto profissional atuando nesses processos, os pontos de conflito que emergem das diferentes visões em torno dos processos de avaliação, das práticas institucionais e das exigências legais que geram interrogações a serem respondidas e problematizadas.

A tese que orienta o trabalho se sustenta no entendimento de que a CPA, como diretriz estabelecida pelo MEC e política institucional, conduz o processo avaliativo da IES a um autoconhecimento institucional, fornecendo dados para um planejamento estratégico e construção de uma cultura avaliativa que promova os valores partilhados pela comunidade acadêmica da Universidade Tiradentes. Elegeu-se como objetivo geral:

Analisar como os relatórios aplicados pela Comissão Própria de Avaliação por meio da autoavaliação institucional no período de 2013 a 2017 se traduziram em uma cultura avaliativa.

Com efeito, foram traçados os seguintes objetivos específicos:

- Descrever como a CPA é instruída no âmbito da legislação nacional, bem como conceitos da temática da tese e pesquisas acadêmicas na área.
- Identificar e mapear como se materializa e ocorre a articulação entre os resultados das autoavaliações nos processos de planejamento no âmbito da gestão acadêmica na Universidade Tiradentes.
- Interpretar como o trabalho desenvolvido pela Comissão Própria de Avaliação contribui para uma cultura avaliativa de autoconhecimento da IES.

O presente trabalho está organizado em quatro seções, além dos corpos: pré-textual, os índices – geral, de quadros, gráficos e figuras –, e por fim o pós-textual, onde apresenta-se as referências bibliográficas e anexos, que foram construídos/utilizados no âmbito deste estudo.

As seções do trabalho foram dispostas considerando a seguinte organização:

Na primeira seção trago o encontro com o tema e esclareço a motivação e foco da pesquisa. Na seção II, com o título de “Comissão Própria de Avaliação: legislação, autoavaliação e acompanhamento para gestão”, desvendo ao leitor, com especial atenção, como a CPA é instruída no âmbito da legislação nacional, bem como conceitos da temática da tese e pesquisas acadêmicas na área.

Em “Contextualização, Estrutura e Aplicação da Autoavaliação Institucional na Universidade Tiradentes”, seção III deste trabalho, tenho por objetivo identificar e mapear como se materializa e ocorre a articulação entre os resultados das autoavaliações nos processos de planejamento no âmbito da gestão acadêmica na Universidade Tiradentes. Entre outros aspectos, foi abordado o histórico dos processos avaliativos na Unit, descrevendo a sua trajetória desde seu planejamento até a aplicação da autoavaliação.

A seção IV, sob o título “Cultura Avaliativa: Articulação entre a Avaliação, o Planejamento e o Processo de Tomada de Decisões”, tratará de interpretar como o trabalho desenvolvido pela Comissão Própria de Avaliação contribui para uma cultura avaliativa de autoconhecimento na Universidade Tiradentes, dando visibilidade ao papel da CPA e às recomendações que orientam as ações necessárias para melhoria da qualidade, da utilidade, da efetividade e do significado do objeto avaliativo.

Por fim, nas considerações finais, com o título de “Últimas Palavras”, procuro esclarecer que este trabalho não se esgota em si mesmo ou pretende trazer resultados conclusivos, uma vez ser minha intenção que ele abra um leque para novas pesquisas e outros olhares para o objeto da avaliação, em especial da autoavaliação. Tal seção revela que o presente trabalho pode estimular o desenvolvimento de outros estudos ou mesmo o aprofundamento dos já realizados, ou, ainda, o delineamento de novos objetos, tendo em vista que não pretendo esgotar as discussões e tenho por certo que os resultados deste trabalho poderão ser utilizados na análise de tendências da atual produção científica da temática e possibilitar novas pesquisas, novos estudos para a área de avaliação.

2 COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO: LEGISLAÇÃO, AUTOAVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO PARA GESTÃO

Nesta seção opero com os documentos regulatórios instituídos no âmbito da Legislação Educacional Brasileira, considerando o cenário atual da avaliação e o processo autoavaliativo da Universidade Tiradentes. A seção terá como objetivo descrever ao leitor como a CPA é instruída no âmbito da legislação nacional, bem como conceitos da temática da tese e pesquisas acadêmicas na área.

2.1 LEGISLAÇÃO: SITUANDO A CPA

O debate em torno da Avaliação Institucional está associado às mudanças na forma de organização e atuação das Instituições de Ensino Superior (IES), ao surgimento de um marco regulatório que desenha uma nova forma de estruturação a partir de decretos, leis e normas técnicas que orientam novas disposições acadêmicas e de gestão para educação superior. Quando se pensa em avaliação é instintivo nos remetermos às memórias que envolvem prova, ranqueamento e controle, porque foi assim que historicamente se constituiu.

Trazer em pauta a avaliação como eixo de discussão neste trabalho requer reflexão para que se possa ressignificar o conceito, que se afaste da visão punitiva desse ato e se entenda o processo avaliativo de uma IES como um instrumento para gestão e para fomento da cultura avaliativa. Dito isso, defendo a ideia de que avaliar pressupõe a necessidade de se compreender uma instituição de ensino a partir do seu projeto institucional, da sua identidade e dos conceitos que ela defende, tendo como finalidade a tomada de decisão, assim como defendido nesta tese.

A partir desta reflexão, ao falar em avaliação, autoavaliação e acompanhamento para gestão, tomo as palavras do professor José Dias Sobrinho (2003) e entendo que:

[...] Em primeiro lugar, que a regulação não tenha uma simples função burocrática e legalista, nem se esgote em si mesma, e sobretudo que a avaliação tenha sempre uma intencionalidade educativa, devendo ser concebida e praticada como ação social formativa e construtiva, não como mero controle, fiscalização e hierarquização (DIAS SOBRINHO, 2003, p. 38).

A partir do olhar proposto por Dias Sobrinho (2003), abraço o desafio de explorar o tema da avaliação institucional, mais especificamente no que se refere à autoavaliação e o papel das Comissões Próprias de Avaliação (CPA), que após sua instituição, pela Lei 10.861/2004, tornam-se responsáveis por coordenar as avaliações internas e externas nas Instituições de Ensino Superior e pelos processos de autoavaliação institucional em forma de relatório ao Inep (BRASIL, 2004).

A opção em dar luz às temáticas que envolvem as CPA é justificada pelo fato de ser a referida Comissão⁶, dentro do organograma das Instituições de Ensino Superior e do desenvolvimento das suas atribuições, um espaço independente, contando com a participação de representantes da comunidade acadêmica e da sociedade civil.

Agrega-se, ainda, o fato de ser este grupo privilegiado pelo acesso de informações sobre o cotidiano administrativo e pedagógico, dotado de legitimidade para subsidiar as informações que promovam tomadas de decisões estratégicas da IES em prol de políticas internas de melhoria e de divulgação dos resultados revelados no processo de autoavaliação. Respondem, desta forma, enquanto gestora e fonte de informação ao Sinaes, órgão responsável por analisar as instituições, os cursos e o desempenho dos estudantes por meio de processo de avaliação, reunindo informações do Enade e das avaliações institucionais e decursos.

O reconhecimento de que a avaliação é uma necessidade nos processos internos das IES me faz buscar uma maior compreensão da agenda avaliativa configurada na atualidade pela avaliação interna ou autoavaliação, conduzida pela CPA e orientada pelas diretrizes e pelo roteiro da autoavaliação institucional da Conaes e a avaliação externa, esta por sua vez realizada por comissões designadas pelo Inep, tendo como referência os padrões de qualidade para a educação superior expressos nos instrumentos de avaliação de cursos e nos relatórios das autoavaliações. Cada uma delas possui características próprias e especificidades orientadas pelo viés da legalidade.

É oportuno mencionar que este modelo de avaliação se orienta por uma visão multidimensional que busca integrar os aspectos formativos e de regulação numa

⁶ Sempre que a palavra Comissão estiver iniciada por letra maiúscula neste trabalho, ela estará fazendo referência à Comissão Própria de Avaliação (CPA).

perspectiva de globalidade, quando procura avaliar dimensões distintas para que se assegure o alcance dos objetivos dos instrumentos avaliativos, sejam eles de cursos ou de avaliação institucional. Desta feita, entendo que identificar o seu perfil e o seu significado de forma que o resultado das dimensões avaliadas estejam alinhados aos projetos institucionais é responsabilidade da CPA, uma vez que se cumpre o seu papel de órgão responsável pela sistematização e de prestação das informações junto ao Inep.

Para entender melhor o processo de autoavaliação em uma instituição de ensino superior, é preciso configurar, deste modo, a avaliação como prática geradora de múltiplos sentidos, de diversidade de ideias e de contradições, em virtude do grande número de pontos de vista e da diversidade dos sujeitos envolvidos no processo avaliativo, e ainda por entender que “é praticamente impossível dar conta de todas as dimensões da avaliação, tantos são os conceitos que a identificam e os âmbitos nos quais se aplica.” (DIAS SOBRINHO, 2003, p. 53). O referido autor esclarece ainda sobre avaliação da Educação Superior e sobre o seu sentido acrescentando que essa é uma prática complexa permeada por contradições de caráter epistemológico.

Ao observar tais afirmações ressignifico as minhas percepções sobre o tema acordando com o autor sobre as distintas percepções que podem haver ao se falar de avaliação. Em especial pelos diferentes vieses e possibilidades de interpretação. Agregado também às diferentes visões de mundo, aos diferentes interesses, tendo em vista que nenhuma avaliação ocorre de forma desinteressada e nunca estará livre de diferentes interpretações.

É importante afirmar que, na Educação Superior, avaliação e qualidade são pontos de destaque irrefutáveis. A Constituição de 1988, em seu Art. 209, assegura que “o ensino é livre à iniciativa privada” mediante “avaliação de qualidade pelo poder público”. A LDB (Lei 9.394/96) é expoente, neste sentido, ao determinar no Art. 9, inciso IX, que cabe ao governo federal “autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar cursos e instituições de educação superior”. É a partir deste arcabouço legal que as IES se instrumentalizam e podem dar início ao processo de autoavaliação, construindo mecanismos para uma gestão participativa e de

avaliação permanente⁷. A partir deste exercício buscam identificar o que são e o que desejam ser. Agrega-se ainda a necessidade reconfigurar a organização interna para que possam alcançar objetivos e metas propostos no PDI.

Atrelado ao contexto acima apresentado, percebe-se a necessidade de instrumentos que possam fornecer informações que fomentem um processo de autoconhecimento e autogestão de forma a revelar mecanismo estratégico à gestão e instrumentos que subsidiem a tomada de decisão para ações futuras.

Para legitimar este processo de autoconhecimento, as IES contam com a CPA, prevista pela Lei Federal nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que prevê, em seu Art. 11, que cada instituição deve constituir uma CPA com as funções de coordenar e articular seu processo interno de avaliação e disponibilizar informações que possibilitem melhorias funcionais e educativas.

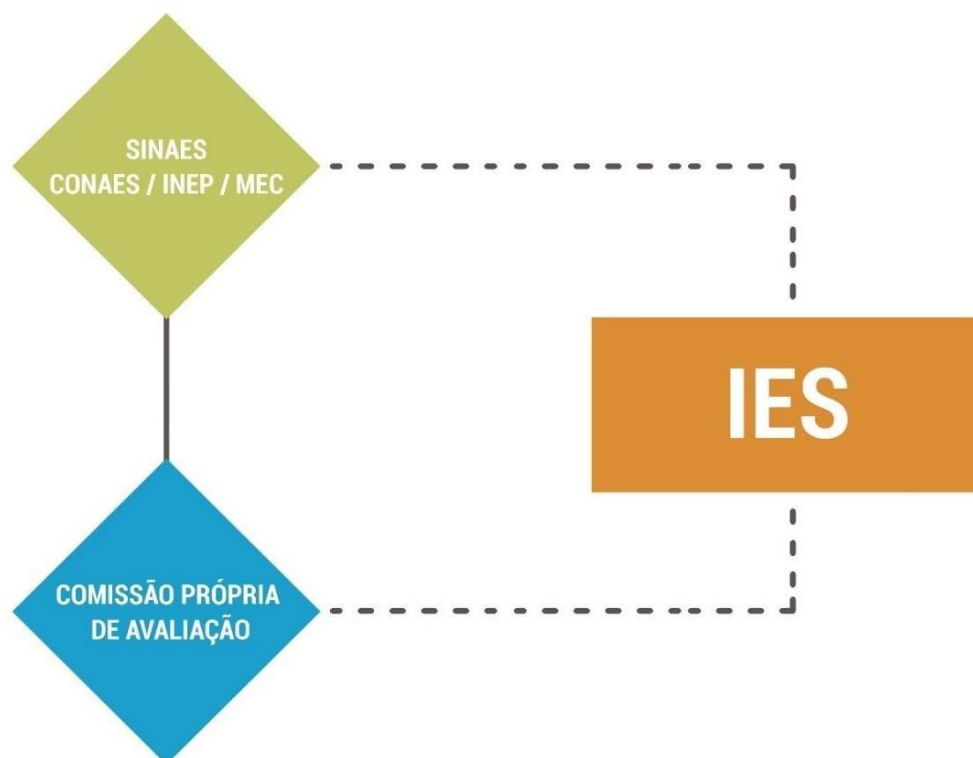
Essas Comissões devem ser cadastradas no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira e devem ser compostas por representantes de todos os segmentos da comunidade acadêmica, dentre eles:

- a) Representantes de coordenações de curso;
- b) Representantes docentes;
- c) Representantes discentes das distintas áreas;
- d) Representantes do corpo técnico-administrativo;
- e) Representantes da sociedade civil organizada.

É a CPA a responsável por coordenar e divulgar a avaliação institucional, utilizada com o intuito de proporcionar melhoria na qualidade do ensino. Nota-se a posição política atribuída à CPA como gestora estratégica da informação e do conhecimento. Sua atuação autônoma, perante os demais conselhos e órgãos colegiados existentes na IES, demonstra o seu protagonismo no viés dos processos de avaliação articulando-se aos órgãos governamentais.

⁷ Faço a opção em utilizar os termos gestão participativa e avaliação permanente tomando como referência o entendimento de que toda avaliação deve prescindir da retroalimentação das ações pelos diferentes atores envolvidos no processo avaliativo.

Figura 1 – Estrutura organizacional da vinculação da Comissão Própria de Avaliação com o Sinaes e as IES



Fonte: Acervo da autora deste trabalho, 2020.

A partir da Figura 1, percebe-se o cenário de destaque ocupado pela Comissão Própria de Avaliação, atuando no diálogo entre IES e os órgãos governamentais, e assim podemos inferir que a autoavaliação conduzida pela CPA organiza-se como uma pirâmide hierárquica na qual a função da CPA, junto à gestão institucional, é legitimar aquilo que está previsto na regulação, sendo esta Comissão “os olhos do MEC” no interior da IES. Desta forma, partindo desta premissa, busco mapear a produção científica entre os anos de 2004, ano de aprovação da Lei nº 10.861, que institui o Sinaes e estabelece a existência das CPA, até o ano de 2017. Este mapeamento possibilita identificar o contexto da produção acadêmica sobre o objeto de estudo desta pesquisa.

Como local de pesquisa, foi eleito o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), na sua Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), portal que integra informação de teses e dissertações existentes no país.

Para identificar os trabalhos do interesse da tese aqui apresentada, foram usados como descritores os termos: “Avaliação Institucional”, “Comissão Própria de

Avaliação”, “Avaliação Interna” e “Autoavaliação Institucional”. Em linhas gerais, a partir dos descritores, foram analisados os seguintes indicadores: ano de publicação, uma vez ser do nosso interesse somente trabalhos publicados no período de 2004 a 2017, visto ser necessário uma digressão para legitimar e buscar os fundamentos legais do objeto do trabalho aqui estudado.

Nos trabalhos localizados foram observados os tipos de publicação, selecionando, entre teses e dissertações, áreas e instituições às quais os autores estavam vinculados. Foram identificados também as palavras-chave, a autoria e o objetivo do trabalho. A partir destes critérios de seleção, foi possível definir o *corpus* de análise, que permitiu assim a elaboração de síntese preliminar deste material e, por fim, me possibilitou sistematizar estes dados, identificando possíveis tendências dos temas abordados a partir do processo de categorização.

Ressalta-se que, na busca dos trabalhos com os descritores anteriormente mencionados, foram localizados trabalhos semelhantes e, por este motivo, optei por analisá-los dentro de um mesmo critério. A partir da definição dos critérios de análise descrita anteriormente e da escolha do referencial teórico-metodológico, nesse momento o mapeamento das produções acadêmicas, foi possível apurar os resultados localizados. Assim, conforme Ferreira (2002), assumi o desafio de:

[...] mapear e de discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, tentando responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, de que forma e em que condições têm sido produzidas certas dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos e de seminários. (FERREIRA, 2002, p. 258).

Para apresentar o cenário sobre o que vem sendo produzido academicamente sobre a temática é que o presente trabalho se ancora no entendimento do que Morosini e Fernandes (2014) conceituam como:

[...] identificação, registro, categorização que levem à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo, congregando periódicos, teses, dissertações e livros sobre uma temática específica. [...] pode ser constituído a partir de: livros – produção amadurecida; teses e dissertações – produção reconhecida junto aos órgãos de avaliação da produção nacional. (MOROSINI; FERNANDES, 2014, p. 154).

Destarte, fazer a “leitura da realidade do que está sendo discutido na comunidade acadêmica” (MOROSINI; FERNANDES, 2014, p. 155), assim como nos sugere as autoras, será relevante na construção desta tese e por certo contribuirá com a análise do campo científico ao qual está ancorada. Ao confrontar o olhar com a leitura da realidade sugerida pelas autoras, passei a inventariar a produção de teses e dissertações sobre Comissões Próprias de Avaliação (CPA) e a sua contribuição nos processos de avaliação das Instituições de Ensino Superior. Neste sentido, passei a analisar o conjunto de produções, em especial de teses e dissertações, destacando o cerne de interesse desta tese: Comissões Próprias de Avaliação.

2.2 DOS RESULTADOS ENCONTRADOS

Ao buscar pelos descritores e após a sua compatibilização, foram selecionados quarenta e dois (42) trabalhos, no entanto evidencia-se que nas buscas alguns resultados foram descartados, tendo em vista a existência de trabalhos que não tratavam em específico do objeto desta pesquisa. A seguir apresento uma síntese do quadro, mapeando os trabalhos de interesse:

Quadro 1 – Mapeamento de produções acadêmicas no período de 2006 - 2017

Nº	Título do Trabalho	Autor	Ano de Publicação	Instituição	Área
1	Sistema de Avaliação Institucional da Faculdade São Francisco de Assis: uma abordagem com base no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES: Lei 10.861/04	ANTONELLO, Otávio Borsa	2006	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Mestrado em Economia
2	O processo de auto-avaliação Institucional do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES como ferramenta de gestão Estratégica nas IES: um estudo de caso	CAVALCANTE, Jorge Henrique Mariano	2006	Fundação Getúlio Vargas	Mestrado em Gestão Empresarial
3	Um estudo meta-avaliativo de uma experiência de autoavaliação em uma Instituição de Educação Superior	GIMENES, Nelson Antonio Simão	2006	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	Mestrado em Educação
4	A Auto-Avaliação Institucional na visão dos coordenadores das Comissões Próprias de Avaliação das Instituições de Ensino Superior de Campinas	AUGUSTO, Rosana	2007	Pontifícia Universidade Católica de Campinas	Mestrado em Educação
5	Participação, reflexão crítica e movimento no processo avaliativo do SINAES: entrevistas com membros de Comissões Próprias de Avaliação sobre a auto-avaliação institucional	RETZ, Raquel de Godoy	2007	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	Mestrado em Educação
6	Avaliação Institucional, as relações de saber e poder na universidade: regulação e auto-avaliação	SANTANA, Margarida Conceição Cunha	2007	Pontifícia Universidade Católica de Goiás	Mestrado em Educação
7	Avaliação Institucional: em busca de um currículo crítico-emancipatório em construção	LARA, Marcos Rodrigues de	2007	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	Doutorado em Educação
8	Avaliação da educação superior: experiências e vozes docentes em uma análise de políticas e práticas	Ana Marta Aparecida de Souza Inez	2007	Universidade Federal de Minas Gerais	Doutorado em Educação
9	Auto-avaliação institucional no ensino superior: uma análise comparativa do processo realizado em uma instituição pública e em uma instituição privada	DIAS, Tereza Cristina	2007	Universidade Federal de Viçosa	Mestrado em Administração
10	Políticas de Avaliação Institucional: regulação e/ou emancipação na auto-avaliação institucional	MATOSKI JUNIOR, Arivonil dos Santos	2008	Pontifícia Universidade Católica do Paraná	Mestrado em Educação
11	Avaliação Institucional: implicações administrativas na gestão da Universidade Federal da Bahia	SILVA, Jacqueline dos Santos	2008	Universidade Federal da Bahia	Mestrado em Educação

12	Função Ativa da Avaliação Institucional: um estudo sobre o processo de auto-avaliação na Unir	ROCHA, Rita de Cássia Ramalho	2008	Universidade Federal de Rondônia	Mestrado em Administração
13	Eu avalio, tu avalias, nós nos Auto-Avaliamos? : a experiência da unidade universitária de Ciências Sócio-Econômicas e Humanas – Unucseh/Ueg Com a auto-avaliação proposta pelo SINAES	QUEIROZ, Kelli Consuêlo Almeida de Lima	2008	Universidade de Brasília	Mestrado em Educação
14	Política Pública de Avaliação da Educação Superior o SINAES na Universidade Pública Estadual: o caso da Universidade do Estado da Bahia – UNEB	VIEIRA, Regina Lúcia Bastos	2008	Universidade Católica do Salvador	Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania
15	Comissões Próprias de Avaliação: controle ou emancipação?	CARVALHO, Erivanio da Silva	2009	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	Doutorado em Educação
16	Análise das representações sociais da comunidade interna da Universidade Federal Do Ceará acerca da Auto-Avaliação Institucional	SOUZA, Laura Alves	2009	Universidade Federal do Ceará	Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão da Educação
17	Política Pública da Educação Superior no Brasil: a efetividade da Avaliação Institucional no Âmbito do SINAES	DOTTA, Alexandre Godoy	2009	Pontifícia Universidade Católica do Paraná	Mestrado em Educação
18	Avaliação Institucional: um olhar transdisciplinar nas dimensões do SINAES no contexto espaço-tempo	SCHNEIDER, Ledi	2009	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	Doutorado em Educação
19	Avaliação do ensino superior: a dinâmica de implementação do SINAES nas universidades federais no tocante ao instrumento de avaliação interna – CPA	LEÃO da Silva, Assis	2009	Universidade Federal de Pernambuco	Mestrado em Educação
20	Autoavaliação Institucional na rede Federal de Educação Tecnológica: análise da implementação do SINAES	ARGOLLO, Rivailda Silveira Nunes de	2010	Universidade Federal da Bahia	Mestrado em Educação
21	SINAES: as diferentes faces da avaliação na UFRN	EUSSEN, Shirmenia Kaline da Silva Nunes	2010	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	Mestrado em Educação
22	O Processo de Auto-Avaliação da UFMA (2004-2006) no contexto regulatório da Educação Superior	LIMA, Lucinete Marques	2011	Universidade Estadual Paulista	Doutorado em Educação
23	Avaliação Institucional: a percepção dos docentes em relação ao processo de autoavaliação da UFSM	NASCIMENTO, Zulmar Belmonte	2011	Universidade Federal de Santa Maria	Mestrado em Administração
24	Avaliação da Educação Superior: condições, processos e efeitos da autoavaliação nos cursos de Graduação da UFPA	CUNHA, Débora Alfaia da	2011	Universidade de Brasília	Doutorado em Educação

25	A Comissão Própria de Avaliação na Promoção da Qualidade em Instituições de Ensino: um estudo sobre a gestão do conhecimento no ensino superior privado	PORÉM, Maria Eugênia	2011	Universidade Estadual Paulista - Unesp	Doutorado em Educação
26	Avaliação Institucional: entre políticas e práticas.	BARBOSA, Vera Maria	2011	Universidade Tuiuti do Paraná	Mestrado em Educação
27	O discurso da Avaliação Institucional Trajetória Articulada no campo das políticas educacionais: um estudo de caso	CUNHA, Kátia Silva	2011	Universidade Federal de Pernambuco	Doutorado em Educação
28	Contribuições de uma política pública de avaliação institucional para a Universidade Federal do Amapá	GUIMARÃES, Maria Nazaré do Nascimento	2012	Universidade Federal de São Carlos	Doutorado em Educação
29	O Significado da Autoavaliação Institucional na perspectiva de Técnicos-Administrativos da Universidade Federal de Uberlândia	FALLEIROS, Ana Elisa de Souza	2013	Universidade Federal de Uberlândia	Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas
30	Autoavaliação Institucional na dimensão do SINAES comunicação com a sociedade: estudo de múltiplos casos em instituições de Ensino Superior do Rio Grande do Norte	SOUZA, Rosana Curvelo de	2013	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	Mestrado em Administração
31	Autoavaliação como instrumento de gestão na Educação Superior: o caso do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás	MENEZES, Ângela Maria de	2013	Universidade de Brasília	Mestrado em Educação
32	A Autoavaliação institucional no ensino superior: a perspectiva e estratégia discentes	ALVES, Marcelo Leandro Ferraz	2014	Universidade Metodista de São Paulo	Mestrado em Educação
33	Avaliação Institucional: o caso da UFSCAR	SANTOS, Joelma dos	2014	Universidade Federal de São Carlos	Mestrado em Educação
34	Autoavaliação a partir da ótica dos gestores de uma instituição de Ensino Superior	ANDRADE, Nelson Lambert de	2014	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	Doutorado em Educação
35	O processo de auto-avaliação institucional como gerador e disseminador de conhecimentos estratégicos para as IES	SANTOS, Rosana Brito	2014	Universidade Federal da Paraíba	Mestrado em Gestão de Organizações Aprendentes
36	Autoavaliação institucional: a realidade da CPA na prática do SINAES	FERREIRA, Alexandra	2014	Universidade Federal do Pará	Mestrado em Planejamento e Desenvolvimento
37	SINAES e os procedimentos de avaliação: a construção de uma nova cultura na Universidade?	ROSAS, Ana Karolina Ramalho de Araújo	2014	Universidade Federal da Paraíba	Mestrado em Sociologia

38	A Autoavaliação no âmbito da Educação Superior: o caso da Universidade Federal de Pernambuco	FERREIRA, Wilma dos Santos	2015	Universidade Federal de Pernambuco	Mestrado em Educação
39	A articulação entre a autoavaliação e os processos de planejamento em instituições de ensino superior no estado do Rio Grande do Sul	BRUSCHI, Giovana Fernanda Justino	2015	Universidade do Vale do Rio dos Sinos	Mestrado em Gestão Educacional
40	Um Modelo de Avaliação Interna para a Melhoria pe Processos Pedagógicos e Administrativos: Aplicação em uma Faculdade de Tecnologia	FREITAS, Renata de Castro Marcondes	2015	Universidade Estadual Paulista	Mestrado em Engenharia Mecânica na área de Gestão e Otimização
41	Intencionalidades e Efeitos da Autoavaliação Institucional na gestão de uma universidade multicampi	BOTELHO, Arlete de Freitas	2016	Universidade de Brasília	Doutorado em Educação
42	Avaliação institucional numa Universidade Multicampi: diálogos, tensões e interfaces com o planejamento	SAIS, Rafael Martins	2017	Universidade do Vale do Rio dos Sinos	Mestrado Profissional em Gestão Educacional

Fonte: IBICT, em novembro de 2019.

Destarte, dos trabalhos localizados com o foco na pesquisa aqui apresentada, foi possível evidenciar uma prevalência de publicações entre os anos de 2007, 2011 e 2013. Ao tentar verificar os motivos pelos quais nos respectivos períodos existiu um maior volume de produções, identifiquei indícios, os quais passo a analisar individualmente.

As produções do ano de 2007 possivelmente estão ligadas ao fato de se cumprir o primeiro ciclo avaliativo conduzido pela CPA, dado seu surgimento no ano de 2004, além desse aspecto muito se discutia nesse período sobre avaliação, em virtude do fim do Exame Nacional de Cursos (ENC) e do surgimento do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade). Em período bem próximo, no ano de 2003 surgia a Comissão Especial de Avaliação (CEA), sendo essa comissão a responsável por propor a criação do então Sistema Nacional de Avaliação e Progresso do Ensino Superior (Sinapes), que mais tarde viria a ser o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). É oportuno acrescentar que a ampliação do marco legal voltado para a regulação por meio da articulação entre instrumentos de planejamento, gestão e avaliação institucional reverberou na criação da Seres, em 2011, na estrutura do MEC.

Contudo, outros aspectos importantes merecem ser destacados, e por certo fomentaram as pesquisas no período nos anos de 2011 e 2013. Um deles é o fato de que no governo do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva⁸ as políticas na educação superior passam a enfatizar o acesso a este nível de ensino, sobretudo por meio da ampliação da rede federal e da oferta de bolsas em instituições privadas. É necessário destacar também que no setor privado o Governo Lula deu continuidade às iniciativas do presidente Fernando Henrique Cardoso⁹, entretanto, no seu governo, houve ampliação na expansão da oferta para educação superior, que passou a ser tratada como uma política social, revelando a necessidade da revisão das políticas de regulação do sistema de educação superior e incorporação de novas medidas, sem, no entanto, alterar a base estabelecida no governo anterior.

⁸ Luiz Inácio Lula da Silva governou o Brasil em dois períodos (2003-2006 e 2007-2010).

⁹ Fernando Henrique Cardoso governou o Brasil no período de 1995 a 2002, durante seu mandato a ampliação da educação superior se caracterizou pela flexibilização normativa para a abertura de novos cursos e IES.

A expansão da oferta na educação superior¹⁰ foi, por certo, um fator determinante para o surgimento da CPA, como órgão de interlocução junto ao Inep para que pudesse ser garantida a qualidade dos serviços prestados pelas IES e por se entender que esta ampliação de acesso ocorresse, desde que acompanhada de garantias de qualidade.

Notadamente o Censo da Educação Superior do ano de 2016¹¹ demonstrou nos dados divulgados que houve ampliação de matrículas, em especial em cursos noturnos de IES privadas, ocupados em sua maioria por alunos de classe média/baixa com perfil trabalhador. Outro dado que instiga e valida a análise que faço do período é o aumento da demanda por Cursos Superiores de Tecnologia, que possuem como característica principal duração menor se comparado a Bacharelados e Licenciaturas e a aproximação do estudante que busca por esta formação ao mundo profissional. Este conjunto de fatores se congrega na ampliação de oferta, assim como já apontado no texto, sendo necessário o acompanhamento ao que se refere aos aspectos qualitativos por parte da CPA e por certo refletiu num maior volume de pesquisas nos programas de *stricto sensu* no país.

É importante também mencionar que desde a publicação da Lei nº 10.861/2004 que o papel da CPA está definido, assim como as suas atribuições, e que, desde então, Instituições de Ensino Superior vêm sendo convocadas pelo MEC a realizar o que lhe compete: a busca da qualidade acadêmica e do desenvolvimento institucional pela análise consciente das potencialidades e das fragilidades reveladas nos processos de autoavaliação. Após a leitura e tentando identificar os olhares sobre a CPA foram eleitos alguns trabalhos para ampliar o entendimento sobre a Comissão. Categorizamos esses trabalhos por período de publicação e a forma como o tema foi tratado nessa periodização.

Entre os trabalhos localizados no ano de 2006, os de autoria de Antonello (2006) e Cavalcante (2006), não fazem uma referência direta ao trabalho da CPA e do seu protagonismo, é descrita somente a sua existência em virtude do atendimento à legislação específica, bem como outros aspectos que sinalizam a preocupação ao proposto pela lei. Somente no trabalho de Gimenes (2006) é

¹⁰ Ao mencionar a expansão na educação superior estou me referindo também às iniciativas como o Programa Universidade para Todos (ProUni), o Programa de Financiamento Estudantil (Fies) e ainda ao aumento da oferta de cursos superiores a distância e às políticas de cotas que exerceram papel importante no que se refere a acesso e oportunidade.

¹¹ Os dados mencionados podem ser verificados no Brasil por meio do Censo da Educação Superior. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/censo-da-educacao-superior>.

possível observar um aprofundamento na análise dos processos de autoavaliação e o papel da CPA. No entanto, é interessante relatar que neste trabalho o autor expressa:

Atendendo a nova Lei federal, a IES redefine a estrutura organizacional do seu processo de auto-avaliação e cria três comissões responsáveis pelo desenvolvimento dos trabalhos: Comissão Própria de Avaliação, Comissão Executiva e Comissões Setoriais. (GIMENES, 2006, p. 29).

Ao analisar a afirmação do autor, é possível perceber que o trabalho da CPA era compartilhado por outros órgãos, que ao meu olhar, desenvolviam as mesmas funções. Tal fato revela que, no período, possivelmente havia ainda poucamaturidade em relação às atribuições da Comissão Própria de Avaliação, o que levou muitas instituições a interpretar a sua existência dentro das necessidades locais ou de práticas já instituídas.

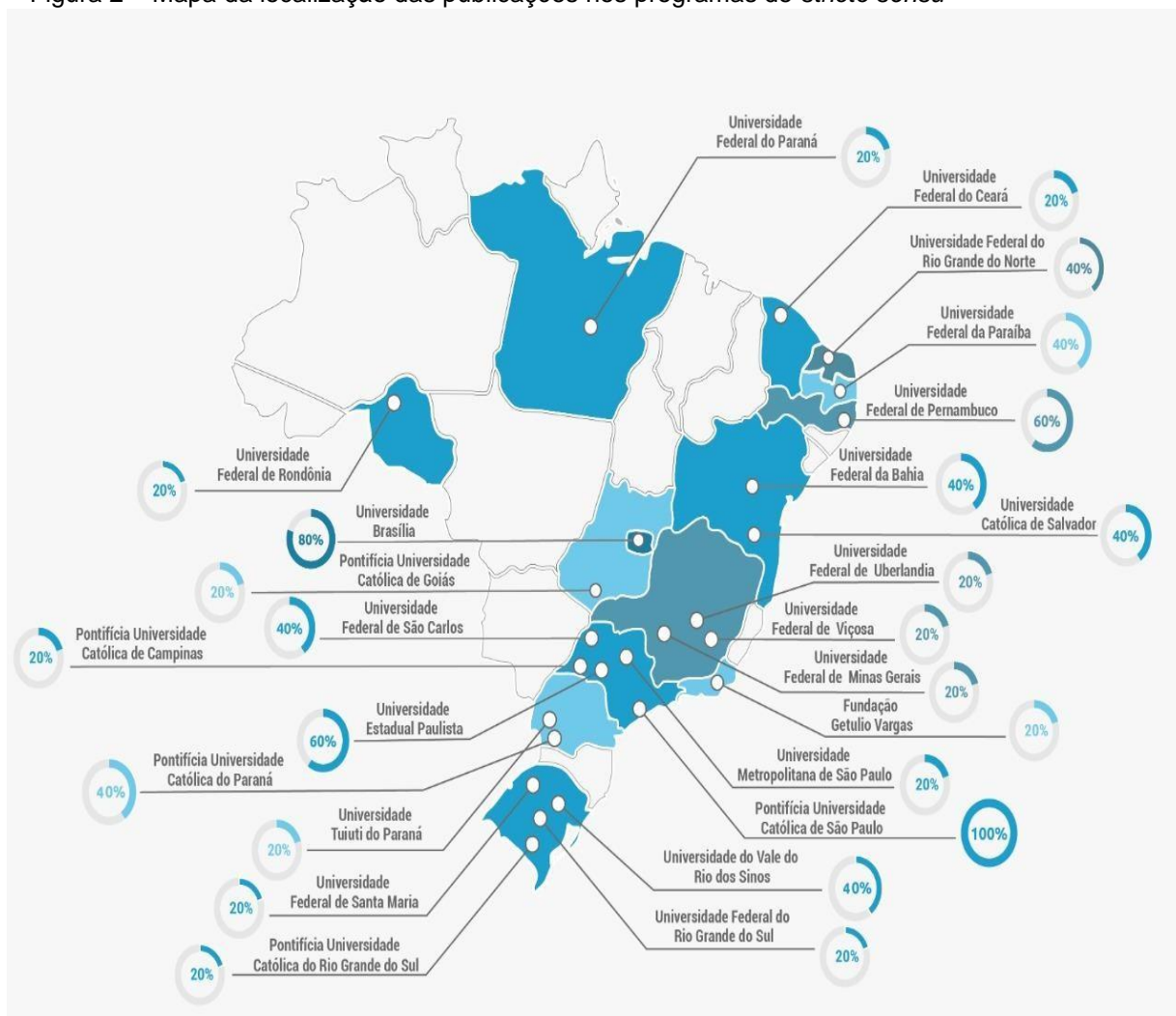
No ano de 2007, há uma ampliação no volume de trabalhos, em que foi possível localizar as primeiras teses defendidas sobre a temática nos trabalhos de Lara (2007) e Inez (2007), sendo as demais dissertações de autoria de Augusto (2007), Retz (2007), Santana (2007) e Dias (2007). Nos anos seguintes há uma oscilação no volume de publicações, observando-se uma prevalência de dissertações.

Ampliando a investigação e movida pelo desafio de revelar o produto das pesquisas já construídas, seus múltiplos enfoques e perspectivas, o que possibilitou um exercício de permanente diagnóstico, tal exercício me levou a mapear também onde e por quem eram produzidas essas pesquisas.

Foi possível observar uma prevalência de publicações pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, com um total de cinco publicações, destas, três teses de autoria de Lara (2007), Carvalho (2009) e Andrade (2014). Seguida pela Universidade de Brasília (UNB) que, fruto do programa de *stricto sensu* em Educação, produziu duas teses e duas dissertações sobre a temática do interesse deste trabalho, sendo as dissertações de Queiroz (2008) e Menezes (2012), ambos no mestrado em educação, e as teses de Cunha (2010) e Botelho (2016). Observa-se também uma prevalência das discussões na Região Sudeste, seguida pela Região Nordeste, que concentram o maior volume de produções acadêmicas sobre a temática. Entretanto, nenhum dos trabalhos foi produzido nos programas de Pós-

Graduação *stricto sensu* do estado de Sergipe. Para melhor visualização e localização dessas publicações no âmbito da regionalidade brasileira, o mapa a seguir dá um panorama dessas produções.

Figura 2 – Mapa da localização das publicações nos programas de *stricto sensu*



Fonte: Acervo da autora deste trabalho, 2020.

Instigada em conhecer o fruto de tais produções, passo a analisar os objetivos propostos em cada um dos trabalhos e seus títulos. O trabalho de Carvalho (2009), intitulado *Comissões Próprias de Avaliação: controle ou emancipação?*, tem como objetivo, conforme apresentado pelo autor, “[...] analisar como as comissões próprias de avaliação (CPA) atuam em relação ao processo de auto-avaliação institucional que desenvolvem nas instituições diante das orientações provenientes do Ministério da Educação e Cultura (MEC)”. (CARVALHO, 2009, p. 10).

Dois aspectos chamam atenção: o primeiro deles é o título do trabalho indagar a possibilidade da autoavaliação como instrumento de controle; o segundo, o fato do objetivo proposto focalizar a atuação da CPA numa perspectiva legalista. Outros trabalhos também foram objeto de uma análise mais minuciosa. Tratando em especial da produção acadêmica da UNB, mais particularmente do trabalho intitulado *Autoavaliação como instrumento de gestão na educação superior: o caso do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás* (MENEZES, 2012), identifico como objetivo: “[...] analisar a apropriação pela gestão dos resultados da autoavaliação, com ênfase no uso das recomendações da Comissão Própria de Avaliação, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás no período de 2006/2008.” (MENEZES, 2012, p. 19).

No trabalho, a autora elegeu como sujeitos para entrevistas os gestores, reitores e pró-reitores, além do presidente da CPA. Ao longo do trabalho é evidenciado o papel da CPA em destaque:

O foco desta pesquisa foi centrado na avaliação interna (autoavaliação), uma vez que ela se configura, teoricamente, como o principal instrumento que subsidiará tanto a instituição quanto os órgãos de controle, na tomada de decisão e no monitoramento dos processos de avaliação institucional. (MENEZES, 2012, p. 127).

Entretanto, é importante salientar que ao longo da sua escrita a autora ainda assevera:

Percebe-se que os gestores conhecem e veem sentido na importância da autoavaliação. Contudo, nem sempre em consonância com as concepções apresentadas pelos diversos autores que tratam do tema, visto que, às vezes, confundem avaliação com accountability. Fica, desse modo, mesmo no discurso, a percepção de que a possibilidade do uso dos resultados está mais para uma esperança, uma utopia do que para uma real possibilidade de se implementar a política de avaliação institucional. (MENEZES, 2012, p. 127).

Observa-se, a partir do que expressa Menezes (2012), um entendimento de autoavaliação distanciado da essência proposta pela lei do Sinaes. Esta realidade também foi perceptível no trabalho de Botelho (2016), que já nos chama atenção pelo título que recebe: *Intencionalidades e efeitos da autoavaliação institucional na gestão de uma universidade multicampi*. Ora, haverá intencionalidades no processo de autoavaliação? Essas não deveriam ser conscientes e de autoconhecimento? Ao

longo deste texto busco estas respostas. Ainda em relação ao trabalho de Botelho (2016), cujo objetivo geral asseverou:

Compreender os efeitos decorrentes da adesão da Universidade Estadual de Goiás (UEG) à política do Sinaes, no que tange ao processo de autoavaliação desenvolvido por essa instituição, e as implicações de alterações no planejamento de suas ações como mediação para a busca da qualidade. (BOTELHO, 2016, p. 22).

A partir do objetivo proposto pela autora, parto para analisar as suas conclusões, em que é possível apreender as dificuldades em se reconhecer o processo de autoavaliação como um momento de reflexão e planejamento, pois segundo ela:

A CPA demonstra esforço para que esse trabalho avaliativo seja um produto de referência dentro e fora da UEG. Mas, acima de tudo, que ele seja reconhecido pela comunidade interna, especialmente pelos gestores, como um instrumento valioso que possa subsidiar as ações gestoras com vistas à melhoria da qualidade do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão, para que ela possa servir de referencial para várias outras IES. (BOTELHO, 2016, p. 322).

Nos trabalhos ora mencionados percebe-se o reconhecimento da CPA enquanto instância efetiva, porém há divergência ainda existente quanto ao seu papel e a sua autonomia parece ser pouco explorada. Neste sentido, parece-me que a autoavaliação ainda não conseguiu cumprir com seu papel de prática reflexiva que propicie sentido e significado. Dito isso, alcanço que o processo de autoconhecimento conduzido pela Comissão Própria de Avaliação ainda não parece ser entendido pelos gestores institucionais. O mesmo foi identificado nos trabalhos de Ferreira (2014) e Sais (2017).

Percebe-se que existem conflitos sobre o entendimento do papel da autoavaliação e o protagonismo da CPA. A vinculação como prerrogativa regulatória estabelecida por legislação específica e referendada pela Portaria MEC nº 1.382, de 31 de outubro de 2017, que aprova em extratos os indicadores dos Instrumentos de Avaliação Institucional Externa, quando para os atos de Credenciamento, Recredenciamento e transformação de organização acadêmica nas modalidades presencial e a distância do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), prevê, no anexo II do documento, um eixo exclusivamente dedicado ao planejamento e avaliação institucional, descrito no quadro que segue:

Quadro 2 – Instrumento de avaliação institucional externa – Anexo II

Nº	Eixo/Indicador
1	Eixo 1 – Planejamento e Avaliação Institucional
1.1	Evolução institucional a partir dos processos de planejamento e avaliação institucional
1.2	Processo de autoavaliação institucional
1.3	Perfil profissional do egresso
1.4	Autoavaliação institucional e avaliações externas: análise e divulgação dos resultados
1.5	Relatórios de autoavaliação

Fonte: Portaria nº 1.382, de 31 de outubro de 2017.

A existência de um eixo específico para descrição e identificação dos principais elementos do processo avaliativo na IES, aos relatórios elaborados pela CPA e aos demais documentos institucionais que constituem o objeto da avaliação, acena para que as instituições demonstrem sua evolução em relação aos processos de Planejamento e Avaliação Institucional. Estes devem ser implantados de maneira a atender às necessidades institucionais, como instrumento de gestão e de ações acadêmico-administrativas de melhoria contínua, tendo a participação efetiva da comunidade acadêmica para apresentação dos resultados, análises, reflexões e novas proposições que possam subsidiar a gestão na tomada de decisões. O eixo aqui dado a ler é norteador dessas ações, tendo a CPA a responsabilidade de implementação da autoavaliação como instrumento de fomento à cultura avaliativa. É o acompanhamento sistemático do referido eixo que possibilita a construção do Relato Institucional (RI)¹² por parte das IES.

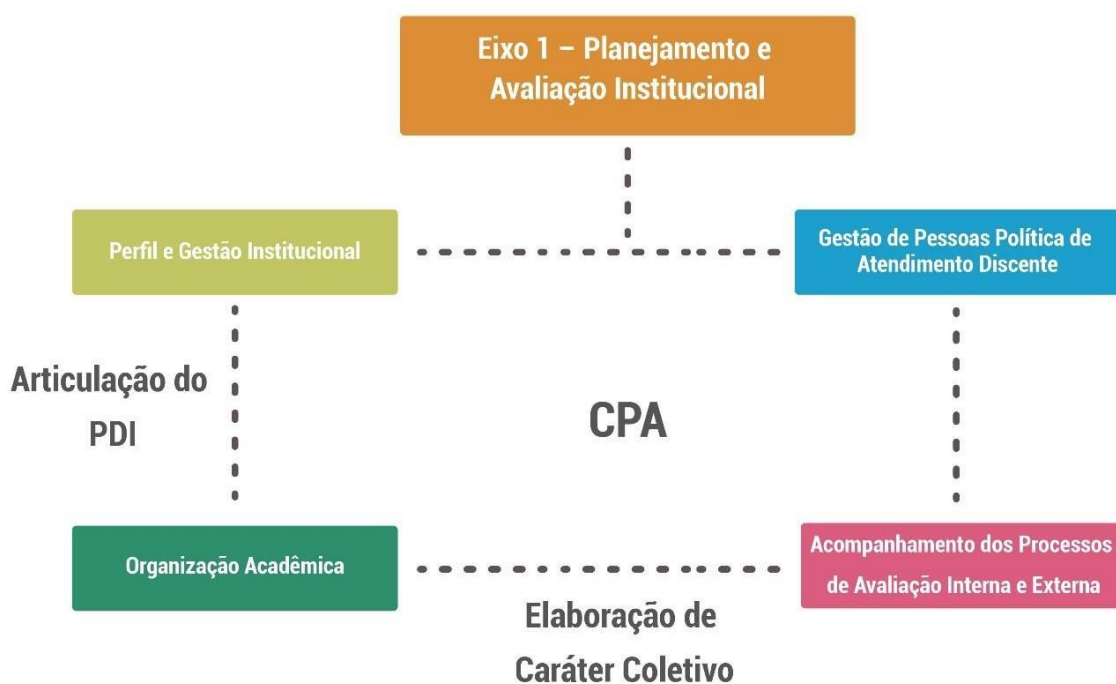
Este documento tem por objetivo integrar as ações de avaliação interna e externa fazendo uma síntese histórica das ações de planejamento acadêmico-administrativas e dos resultados dos processos avaliativos. Deve também evidenciar como a estratégia adotada pela Instituição, as ações e atividades dela decorrentes, atendem às orientações estratégicas definidas em seu planejamento, alinhadas à sua missão, sua visão e seus objetivos definidos em seu Plano de Desenvolvimento Institucional.

¹² Nota Técnica 062 aprovada pelo Inep e Conaes, orienta a Comissão Própria de Avaliação na construção do Relato Institucional a ser encaminhado por cada IES.

É a partir da definição do seu roteiro para o Relatório de Autoavaliação Institucional regulamentado por meio da Nota Técnica nº 065/2014 - Inep/Daes/Conaes que o Relato Institucional é descrito como uma inovação, um instrumento síntese dos processos de avaliação interna e externa da IES, o documento responsável por roteirizar como estão se efetivando os processos de autoavaliação nas instituições de ensino.

Sua elaboração deve se caracterizar como uma das fases de retroalimentação e avaliação do desenvolvimento e do alcance das políticas, dos objetivos e das ações e metas estabelecidas no Projeto Pedagógico Institucional e no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

Figura 3 – Organização do Planejamento e Avaliação Institucional



Fonte: Acervo da autora deste trabalho.

Ao considerar a descrição e identificação dos elementos do processo avaliativo da IES, em relação ao seu Projeto de Desenvolvimento Institucional, aos relatórios elaborados e demais documentos institucionais avaliativos, como foco a evolução acadêmica da IES, este eixo faz, sobretudo, um diagnóstico, ressaltando

os avanços e os desafios a serem enfrentados, visando à melhoria das atividades acadêmicas e de gestão da instituição.

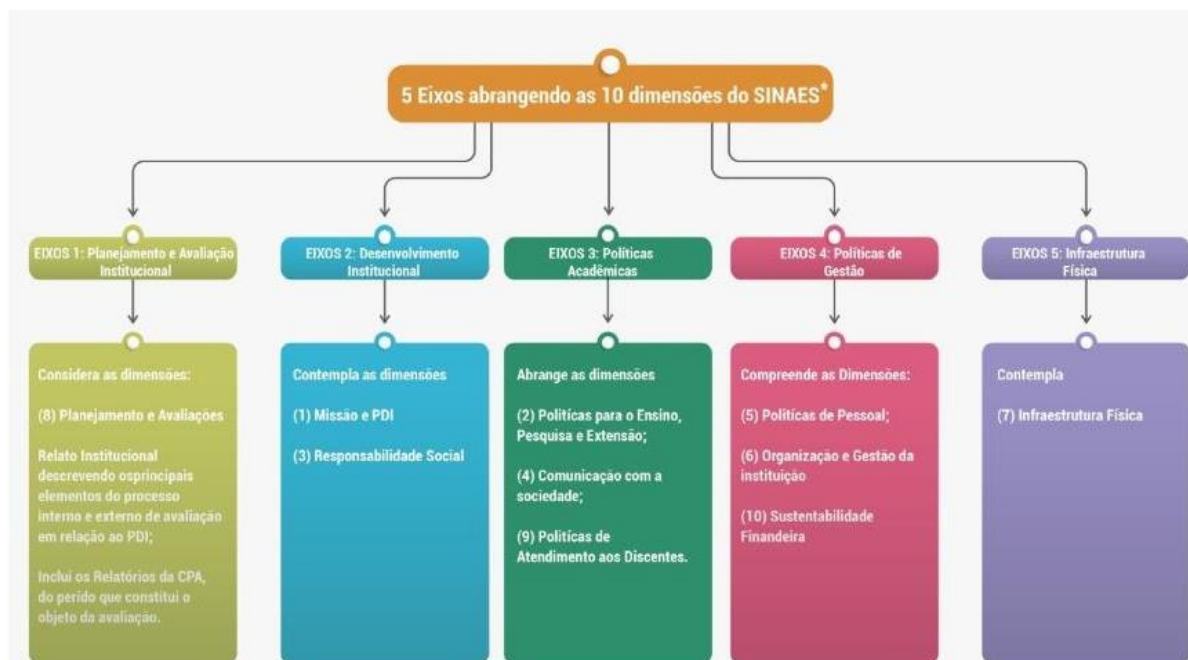
É importante mencionar que ainda nos encontramos em um processo de construção de identidade autoavaliativa e, assim, com base nos escritos de Dias Sobrinho (2010), compreendo:

Obviamente, sempre haverá contradições e imperfeições num sistema de avaliação, pois se trata de um fenômeno social e de uma construção histórica. Nisso consiste a riqueza da avaliação: nunca está acabada, nem fechada às diferentes interpretações e aos distintos interesses de grupo, não é neutra e nem detentora da verdade absoluta, mas precisa se esforçar para ser justa e socialmente eficaz. (DIAS SOBRINHO, 2010, p. 223).

As lentes dessas fragilidades e potencialidades são as CPA, que lançam um olhar crítico sobre a Instituição, fornecendo subsídios para a tomada de decisões por parte dos gestores para que possam projetar um futuro ajustado aos seus projetos educacionais. Desta forma, dada a importância desta Comissão, o número de publicações catalogadas a partir dos descritores eleitos para este trabalho é diminuto em relação à sua importância e à gama de reflexões que devem existir sobre o seu papel e desempenho.

Para transpor a concepção e a prática da avaliação de cunho meramente regulatório, apreendo, a partir do que propõe o Sinaes, que se faz necessário entender que a avaliação assume caráter educativo como uma prática social, com objetivos formativos, “[...] voltada tanto para a obtenção de informação que gere reflexões indutoras da melhoria da qualidade acadêmica quanto para o julgamento a respeito de como o sistema e as instituições de educação superior cumprem suas funções públicas” (INEP, 2004, p. 88). Para tal, o Sinaes define dez dimensões a serem avaliadas e que são orientadoras nos processos de autoavaliação e de avaliação externa. As dimensões referem-se a ensino, pesquisa e extensão, e ainda a questões relacionadas à esfera administrativa. Tendo em vista as dez dimensões consideradas, na avaliação das instituições, serão consideradas suas especificidades tendo em vista os diferentes modelos de organizações acadêmicas, com critérios específicos para as universidades. Há ainda que se destacar que as dez dimensões referenciadas no marco legal do Sinaes (Artigo 3º da Lei nº 10.861) foram agrupadas em eixos, ficando assim dispostos:

Figura 4 – Eixos e dimensões definidas pelo Sinaes



Fonte: Nota Técnica 14/2014

É sobretudo no eixo 1, conforme já considerado ao longo deste texto, que se percebe a importância do trabalho da CPA consolidado no Relato Institucional (RI). À luz dos escritos de Cunha (2005), o qual faz importantes considerações ao relatar sobre os processos de autoavaliação, apreendo que:

Exercitar a autoavaliação é fugir das dualidades classificatórias, tão acarinhadas pela ciência moderna, como bom/ruim, certo/errado, aprovado/reprovado, capaz/incapaz e por aí adiante. É incorporar a relatividade sem, entretanto, perder o rigor. Os dados não devem estar a serviço de uma escala de classificação, mas sim servirem para a formulação de um julgamento sobre a qualidade dos serviços educativos prestados pela instituição e melhorar a tomada de decisões (CUNHA, 2005, p. 212).

Em minha prática profissional, problematizar sobre como é o processo avaliativo e a necessidade em atender aos normativos legais, como destacado nos escritos de Cunha (2005), é uma ação permanente. Entretanto, se faz necessário destacar que tal prática, se não amadurecida, corre o risco de ser mecanizada, deixando de cumprir com a necessidade de reflexão e construção da qualidade acadêmica e de uma cultura avaliativa que fuja da classificação e das armadilhas do ranqueamento.

O papel da CPA como órgão institucional é proporcionar que a dinâmica avaliativa seja alcançada e validada sem dissimulações. A realização de uma

avaliação institucional busca, em sua essência, elementos para o planejamento e aperfeiçoamento do desempenho da instituição, a partir da participação da comunidade acadêmica que a constitui. Assim sendo, percebe-se que aperfeiçoar e elevar os níveis de qualidade acadêmica em todas as suas dimensões, bem como de tornar pública a evolução institucional a partir dos processos de Planejamento e Avaliação Institucional, é um dos desafios da CPA e este trabalho pretende revelar estes aspectos, em especial como eles se materializam na Universidade Tiradentes. O olhar da legislação e a concretização desses insumos acompanhados pela CPA serão apresentados na seção seguinte deste trabalho.

3 CONTEXTUALIZAÇÃO, ESTRUTURA E APLICAÇÃO DA AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NA UNIVERSIDADE TIRADENTES

Esta seção terá por objetivo identificar e mapear como se materializa e ocorre a articulação entre os resultados das autoavaliações nos processos de planejamento no âmbito da gestão acadêmica na Universidade Tiradentes. Para tal, foi realizada pesquisa documental que evidenciasse a trajetória de estruturação e aplicação dos processos autoavaliativos. Deste modo, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com membros da Comissão Própria de Avaliação do marco temporal desta tese. Entre outros aspectos, foi abordado o histórico dos processos avaliativos na Unit descrevendo a sua trajetória desde seu planejamento até a aplicação da autoavaliação.

3.1 CONTEXTUALIZANDO A UNIVERSIDADE TIRADENTES

Quando se faz referência a uma instituição de educação superior estamos caracterizando a organização acadêmica de uma instituição de ensino que pode ser credenciada¹³ como faculdade, centro universitário ou universidade. Para cada um desses perfis há prerrogativas que dependem de credenciamento ou credenciamento¹⁴ específico e do atendimento satisfatório a padrões de qualidade estabelecidos pelo MEC.

Destarte, como apontado na introdução desta tese, o *locus* desta pesquisa é a Universidade Tiradentes. A IES, sediada na cidade de Aracaju, no estado de Sergipe, é uma instituição privada de Ensino Superior, com fins lucrativos, que presta serviços educacionais à população sergipana e cercanias. Sua atuação é caracterizada nas distintas modalidades (presencial e EAD) pela oferta de cursos de Bacharelados, Licenciaturas e Cursos Superiores de Tecnologia e, ainda, mediante a oferta de formação continuada nos cursos de pós-graduação *Lato e Stricto Sensu*. Sua atuação como Universidade permite que ultrapasse as fronteiras locais e, por

¹³ Ato expedido pelo Ministério da Educação para as instituições privadas que deve ser renovado a cada ciclo avaliativo e que é acompanhado pela CPA. Conforme previsto no Artigo 18 do Decreto nº 9.235, o início do funcionamento de uma IES privada está condicionado à edição prévia desse ato.

¹⁴ Cada IES poderá protocolar junto à Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação, pedido de credenciamento, observando calendário específico, desde que atenda ao previsto na Seção IV, do Decreto nº 9.235, que trata do credenciamento institucional.

meio da educação a distância¹⁵, oferece a possibilidade de acesso à educação superior nos estados da Bahia, Alagoas, Pernambuco e no Rio Grande do Norte. Será por meio da análise da atuação da Unit que tratarei da autoavaliação como processo de gestão e de construção de uma cultura avaliativa. Obras como as de Mendonça e Silva (2012) trazem o percurso histórico dessa instituição do ginásio até a oferta de Educação Superior, bem como seus desafios e prospecções na educação. Por não ser fruto desta pesquisa tal detalhamento, deixo aos leitores a indicação de leitura.

3.1.1 Comitê de Planejamento Tático e Estratégico – Complate: O primeiro exercício de autoavaliação

Em seu histórico de avaliação, a Universidade Tiradentes, mesmo antes da institucionalização e obrigatoriedade da autoavaliação, por meio do Programa de Avaliação Institucional (PAI), coordenado pelo então Comitê de Planejamento Tático e Estratégico (Complate), institui no ano de 1998 os primeiros passos nos processos de autoavaliação como uma ferramenta de autocrítica e reflexão. O PAI almejava o atendimento à Lei 9.131 de 1995, publicada no Diário Oficial da União (DOU), na edição extra de 25 de novembro de 1995, que entre outras prerrogativas apontava para a necessidade de que os processos de autorização, credenciamento e de credenciamento ocorressem com base em relatórios e avaliações que deveriam ser apresentados ao MEC.

Tal prerrogativa induziu que as IES utilizassem processos avaliativos para subsidiar os registros das ações empreendidas que sistematizassem uma avaliação contínua articulada ao ensino, pesquisa e extensão. Se faz oportuno esclarecer que a referida Lei 9131/95 é ambígua e não faz menção clara a como se estruturariam os citados relatórios e avaliações. Entretanto, tal prerrogativa pode responder ao vanguardismo da Unit, que já se projetava a interiorizar¹⁶ a sua atuação.

O processo de interiorização para além da ampliação no número de estudantes precisaria atender à recente transformação da então Faculdade

¹⁵ A Universidade Tiradentes, por meio da Portaria nº 170, de 3 de fevereiro de 2017, foi credenciada para continuar a oferecer serviços educacionais a distância, além de programas de pós-graduação *Lato Sensu*.

¹⁶ Em 2.000 há a implantação dos campi Estância, localizado na litoral sul do estado de Sergipe. Em 2002 a atuação da IES chega à região central do estado, na cidade de Itabaiana, e, por fim, em 2004 na cidade de Propriá, na região do Baixo São Francisco.

Tiradentes para Universidade Tiradentes.¹⁷ Por certo, a maturidade da instituição induziu à necessidade de acompanhamento dos processos geridos e de todas as necessidades que envolviam projetos maiores como a criação de programas de *stricto sensu*, a exemplo do Mestrado em Engenharia de Processos que surge no ano de 2005. Apreendo que esse movimento feito pela IES surge não como uma necessidade de autoavaliação, mas possivelmente para instrumentalizar processos administrativos que vislumbravam legitimar a instituição e o seu valor social com o intento de se consolidar como polo difusor de ensino em âmbito regional, além do atendimento às orientações legais da época, o que seria sistematizado nos relatórios de autoavaliação.

Na busca por narrar como se institucionalizou o processo de autoavaliação na Universidade Tiradentes, fui ao encontro dos indícios e vestígios, o que me fez entender a necessidade desvendar por meio das narrativas aquilo que os documentos não pudessem me revelar. E, ainda, agregar entre as diferentes formas da escrita a narrativa de quem viveu os fatos que compõem a institucionalização dos processos de autoavaliação na Universidade Tiradentes.

Apoiada nos escritos de Nascimento (2010) e na afirmação de que “Pesquisar é explorar a estrutura do objeto de investigação, a partir das fontes. Como a fonte é a matéria-prima do pesquisador, a investigação é a semente, germe da produção do conhecimento.” (NASCIMENTO, 2010, p. 86), passei a catalogar os documentos que me permitissem dar a ler esse processo. É oportuno ressaltar que na trajetória de qualquer pesquisa há sempre obstáculos a serem superados. Não diferente disso, ao iniciar a catalogação das fontes me deparei com a carência de documentos desse momento inicial de autoavaliação, o que fez necessário tomar como objeto de análise a memória dos envolvidos no processo de implantação. Em função disso, como já anunciado, procurei compreender a trajetória da institucionalização da autoavaliação a partir dos relatos orais, que foram peças importantes na construção desta pesquisa. Desta forma, as entrevistas foram aportes imprescindíveis. Minha relação enquanto pesquisadora ficou no campo da interlocução e interpretação das falas, confrontadas com aquilo que os documentos oficializavam.

¹⁷ Em 25 de agosto de 1994, por meio da Portaria nº 1.274 do Ministério da Educação e do Desporto, publicada no Diário Oficial da União nº 164, a Faculdade Tiradentes passa a atuar como Universidade Tiradentes (Unit).

Outro ponto a ser destacado é que as entrevistas estruturadas precisaram passar por adaptação no seu modelo de execução, inicialmente previsto para ocorrer presencialmente, e com cronograma de início para o mês de março do ano corrente. Entretanto, após reconhecimento da pandemia decorrente do Covid-19¹⁸ e seus reflexos em território nacional, é estabelecido Estado de Calamidade Pública, definido regras para o isolamento social e situação de quarentena. De forma específica no estado de Sergipe, em 16 de março de 2020, por meio do Decreto Estadual nº 40560/2020, é promulgada situação de emergência na saúde pública em razão da disseminação do vírus Covid-19. Diante de tais circunstâncias, foram feitas adaptações ao método de realização das entrevistas. Como alternativa, encontrei nos recursos de tecnologia a possibilidade para continuidade na coleta de informações. Assim, fiz uso dos recursos do Google, por meio do Google Meet, ferramenta de videochamadas que possibilitou sua realização. Por intermédio do Google Meet os diálogos são criptografados enquanto ocorrem e quando gravados são guardados em Drive para posterior consulta. Após realização das entrevistas, os diálogos foram transcritos respeitando a fala de cada entrevistado.

Destarte, com agendamento prévio, os entrevistados foram contactados, recebiam o link de reunião e assim as perguntas previamente estruturadas eram feitas a partir da autorização de gravação. Foram realizadas entrevistas com presidentes da Comissão Própria de Avaliação no período estudado, assim como com representantes docentes, técnicos administrativos e coordenadores. No total foram entrevistados seis membros, ocorrendo no período dos meses de março a maio. Das entrevistas realizadas, nem todas foram transcritas e utilizadas nas seções que seguem, tendo em vista a necessidade de seleção de informações.

As questões norteadoras tomaram como aporte as lacunas deixadas pelas evidências documentais. A partir disso, foi estabelecido um roteiro de perguntas, direcionadas a cada um dos atores envolvidos, sendo que algumas destas se repetiam em ambos os grupos:

¹⁸ A COVID-19 é uma doença causada pelo coronavírus, denominado SARS-CoV-2, que apresenta um espectro clínico variando de infecções assintomáticas a quadros graves. Para maiores esclarecimentos podem ser encontrados no site do Ministério da Saúde no endereço eletrônico <https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca>.

Quadro 3 – Roteiro de perguntas

Entrevistado	Pergunta
Presidente da CPA	<ul style="list-style-type: none"> - Em que pese a autonomia da CPA perante os demais órgãos e setores da IES, como é instrumentalizado o questionário aplicado para autoavaliação? - Como ocorre a sensibilização da comunidade acadêmica para participação na autoavaliação institucional? - É possível afirmar que o processo de autoavaliação fortalece a gestão, bem como favorece ao autoconhecimento da IES? De que forma isso se concretiza? - Como se consolida o Relato Institucional? - Como estão estruturadas as fases do processo de autoavaliação? - Como são selecionados os representantes da Comissão? - Você considera que a comunidade acadêmica reconhece a atuação da CPA? - Como se dá a divulgação dos resultados dos processos avaliativos conduzidos pela CPA? - Como são tratados os dados colhidos no processo de autoavaliação? - Existe uma agenda de trabalho previamente estabelecida para as ações a serem desenvolvidas pela CPA? - Quais são os maiores desafios da CPA?
Representante Docente	<ul style="list-style-type: none"> - Como se deu o convite para participar da CPA? - Você considera que a comunidade acadêmica reconhece o trabalho da CPA? - Em que pese a autonomia da CPA perante os demais órgãos e setores da IES, como é instrumentalizado o questionário aplicado para autoavaliação? - Como ocorre a sensibilização da comunidade acadêmica para participação na autoavaliação institucional? - Quais são os maiores desafios da CPA?
Representante Discente	<ul style="list-style-type: none"> - Como se deu o convite para participar da CPA? - Você considera que a comunidade acadêmica reconhece o trabalho da CPA? - Em que pese a autonomia da CPA perante os demais órgãos e setores da IES, como é instrumentalizado o questionário aplicado para autoavaliação? - Como ocorre a sensibilização da comunidade acadêmica para participação na autoavaliação institucional? - Quais são os maiores desafios da CPA?
Representante do corpo	<ul style="list-style-type: none"> - Como se deu o convite para participar da CPA? - Você considera que a comunidade acadêmica reconhece o

Técnico-Administrativo	trabalho da CPA? - Em que pese a autonomia da CPA perante os demais órgãos e setores da IES, como é instrumentalizado o questionário aplicado para autoavaliação? - Como ocorre a sensibilização da comunidade acadêmica para participação na autoavaliação institucional? - Quais são os maiores desafios da CPA?
Representante da Sociedade Civil	- Como se deu o convite para participar da CPA? - Você considera que a comunidade acadêmica reconhece o trabalho da CPA? - Em que pese a autonomia da CPA perante os demais órgãos e setores da IES, como é instrumentalizado o questionário aplicado para autoavaliação? - Como ocorre a sensibilização da comunidade acadêmica para participação na autoavaliação institucional? - Quais são os maiores desafios da CPA?

Fonte: Acervo da autora deste trabalho.

É a partir dos relatos das entrevistas que triangulo as informações que apontavam para existência do Programa de Avaliação Institucional Contínua pelo qual passo a relatar na sequência. Ao longo do texto, a fala dos entrevistados será identificada pelo cargo que ocupam/ocuparam no período em que permaneceram/permanecem como membros da CPA, com as seguintes abreviações:

Quadro 4 – Abreviação do entrevistado

Entrevistado	Abreviação para pesquisa
Presidente da Comissão Própria de Avaliação (CPA)	Pres. CPA
Representante dos coordenadores	Repres. Coordenadores
Representante dos docentes da Área de Ciências Exatas e Tecnológicas	Repres. Docentes
Representante do corpo técnico-administrativo	Repres. Téc. Administrativo

Fonte: Acervo da autora deste trabalho.

Este foi o método escolhido para que o caminho desta pesquisa fosse percorrido. Neste caminho fui guiada buscando, na complexidade do trajeto, dar luz ao objeto escolhido para esta tese, a qual irei explorar na sequência.

3.1.2 Programa de Avaliação Institucional Contínua (Paic)

Oficialmente a Universidade Tiradentes constitui em 04 de maio de 2004, por meio de Portaria do Conselho Superior de Administração (Consad), o Programa de Avaliação Institucional Contínua (Paic), que institui e disciplina as ações e procedimentos que promovem a Autoavaliação Institucional. É a partir da implementação do referido Programa que inicialmente surge a Comissão de Avaliação Institucional Contínua (Caic), que antecede a CPA.

Em sua composição havia representações dos distintos segmentos:

Quadro 5 – Membros e segmentos representados na Caic

Nome	Segmento que representa
Adelmo Santos Porto	Representante da Comunidade Local – Conselho Regional de Administração/SE
Aieska Mendes Gonçalves Cordeiro	Representante dos Coordenadores de Curso da ACHSA
Ângela Sanches Peres Leal	Representante do Corpo Técnico-Administrativo – Campus Aracaju Farolândia
Betisabel Vilar de Jesus Santos	Representante Docente
Dario Arcanjo de Santana	Representante da Reitoria
Edler Bruno Leite de Araújo	Representante do Corpo Técnico-Administrativo – Campus Aracaju Farolândia
Ézio Christian Deda de Araújo	Representante dos Coordenadores de Curso da ACHSA
Geraldo Calazans Barreto Júnior	Representante dos Pesquisadores e Professores da Pós-Graduação
Gilton Kennedy Souza Fraga	Representante da Pró-Reitoria Adjunta de Assuntos Comunitários e de Extensão
Hudson Francisco Lima	Representante Discente
Ildema Gomes Aragão	Representante Discente
José Alfeu do Nascimento	Representante do Corpo Técnico-Administrativo – Campus Estância
Jouberto Uchoa de Mendonça Júnior	Representante da Mantenedora
Juan Carlos G. Cordovez	Representante da Comunidade Local – Secretária Municipal de Planejamento
Julio César Ferreira	Representante Discente
Mary Anne Bittencourt	Representante do Corpo Técnico-Administrativo – Campus Farolândia
Ricardo Wathson F. de Carvalho	Representante Discente
Rossana Maria Lucas Fernandes	Representante dos Coordenadores de Curso da Acet
Solange Alves Nascimento	Representante da Comunidade Local – Adema/SE
Sônia Maria Alves Novais	Representante dos Coordenadores de Curso

	da ACBS
Tainá Thalita S. Santos	Representante Discente
Temisson José dos Santos	Representante de Pesquisadores e Professores de Pós-Graduação
Tereza Cristina Cerqueira da Graça	Representante da Comunidade Local
Wagner Barreto Soares	Representante do Corpo Técnico-Administrativo – Campus Itabaiana
Walter Marcelo O. de Carvalho	Representante da Comunidade Local – Secretaria Estadual de Saúde
Yure Neiman	Representante do Corpo Técnico-Administrativo

Fonte: Relatório de Autoavaliação, 2005.

Ao analisar a composição da época, chama atenção o fato de termos, como membros, docentes que acumulam também funções administrativas na IES, esta escolha possivelmente tenha ocorrido para facilitar o trabalho de organização e comunicação entre os atores ou uma estratégia de atendimento ao previsto na legislação. Há que se considerar que as instituições de ensino estavam passando por um processo de adaptação para o cumprimento às regras impostas pela legislação que se estabelecia naquele momento. Outro fato interessante é a Comissão de Avaliação Institucional Contínua ter os mesmos objetivos e atribuições que a CPA. Esta peculiaridade talvez ocorra por conta da recém-criada, à época, Lei 10.861/2004, que determina a todas as instituições públicas e privadas a constituição de uma Comissão Própria de Avaliação. Observo que a Unit, possivelmente pela novidade trazida pela Lei, denomina essa Comissão com um outro nome, atribuindo-lhe as mesmas competências e definindo como objetivos:

- I – Promover meios e formas de coleta e análise de dados sobre a Universidade, em seus diversos âmbitos;
- II – Instituir instrumentos e procedimentos de avaliação institucional interna;
- III – Contribuir com o realinhamento de ações, políticas e programas acadêmicos e institucionais com vistas à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados;
- IV – Possibilitar a constituição de banco de dados de forma a subsidiar decisões estratégicas do corpo e órgãos diretivos da Instituição;
- V – Subsidiar os setores da Instituição no fornecimento de informações solicitadas pelos órgãos oficiais. (PAIC, 2004, p. 1).

Noto que o Paic que disciplinava a então Comissão de Avaliação Institucional Contínua estava alinhado, como já revelado, aos preceitos e orientações estabelecidos pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes).

Tal situação me faz analisar as circunstâncias do período e o marco legal que surge à época. Cronologicamente, é a partir Lei nº 10.861, instituída em 14 de abril de 2004, que a obrigatoriedade da CPA surge, entretanto, sua regulamentação é oficializada com a Portaria MEC nº 2.051, de 9 de julho de 2004, que define suas atribuições e sistematiza a prestação das informações pelas IES ao Inep. É por meio dessa portaria que, no Artigo 7º, § 2º, se define:

A forma de composição, a duração do mandato de seus membros, a dinâmica de funcionamento e a especificação de atribuições da CPA deverão ser objeto de regulamentação própria, a ser aprovada pelo órgão colegiado máximo de cada instituição de educação superior, observando-se as seguintes diretrizes:
I - necessária participação de todos os segmentos da comunidade acadêmica (docente, discente e técnico-administrativo) e de representantes da sociedade civil organizada, ficando vedada a existência de maioria absoluta por parte de qualquer um dos segmentos representados;
II - ampla divulgação de sua composição e de todas as suas atividades.
(BRASIL, 2004)

Há por certo a intencionalidade de se construir um pensamento sistêmico para a avaliação da educação superior que desencadeasse práticas de gestão aderentes aos diferentes atores envolvidos no processo e estabelecidos nesta diretriz. Em outro ângulo, observo também que tanto a Portaria 2.051/2004 quanto a Lei 10.861/2004 geram certa expectativa, sobretudo quando tomam como prerrogativa a necessidade de valorizar as construções históricas desse processo. Apreendo que os relatórios de autoavaliação são tomados como canais que irão fomentar a construção de uma memória avaliativa e de uma cultura institucional focada em mecanismos que possibilitem modelos de referencial para um autoconhecimento. Por certo, há aqui uma intenção de criação de um estudo sistêmico que pudesse oportunizar um retrato segmentado da educação superior.

É a partir desse pressuposto que a Unit, por meio do Paic, busca consolidar sua identidade e constituir ações de posicionamento baseadas nos resultados de autoavaliação como eixo do seu planejamento estratégico. Desta forma, originado desde a implementação do Complate, que buscava efetivar ao longo desse processo o aperfeiçoando com vistas a atender às necessidades de adequação aos preceitos legais, é a partir dessas determinações que a Universidade Tiradentes institui e oficializa, por meio de designação por ato do Reitor, a Comissão Própria de Avaliação, que assume a responsabilidade de conduzir o processo de autoavaliação na IES, além de acompanhar a avaliação externa.

O processo de autoavaliação de uma instituição de ensino deve refletir o compromisso com a qualidade demonstrando como se incorpora e se articula, a fim de subsidiar diagnósticos quantitativos e qualitativos. Neste sentido, possui relevância imprescindível ao autoconhecimento que subsidia a tomada de decisão e a contínua melhoria dos seus processos internos. Essa foi e é a essência dos processos avaliativos instituídos pela Universidade Tiradentes desde o surgimento do Paic, que no ano de 2005 aplica o primeiro processo de autoavaliação, por meio de questionários destinados a docentes, discentes, coordenadores de curso e técnicos administrativos.

A composição estreada da Comissão Própria de Avaliação (CPA), então denominada de Comissão de Avaliação Institucional Contínua (Caic), foi instituída por meio da Portaria do Gabinete do Reitor nº 01/2005, em 03 de janeiro do ano de 2005. Eram membros:

Quadro 6 – Membros e segmentos representados da composição estreada da CPA

Nome	Segmento que representa
Zuleide Cardoso Leite	Presidente
Jouberto Uchoa de Mendonça Júnior	Representante da Mantenedora
Yure Neiman	Representante do Corpo Técnico-Administrativo
Mary Anne Menezes Bitencourt	Representante do Corpo Técnico-Administrativo
Dario Arcanjo de Santana	Representante da Reitoria
Gilton Kennedy Souza Fraga	Representante Docente
Betisabel Vilar de Jesus Santos	Representante Docente
Temisson José dos Santos	Representante de Pesquisadores e Professores de Pós-Graduação
Tereza Cristina Cerqueira da Graça	Representante da Comunidade Local
Adelmo Santos Porto	Representante da Comunidade Local
Julio César Ferreira	Representante Discente

Fonte: Relatório de Autoavaliação, 2005.

Nesta primeira composição, há, no ano de 2006, uma substituição na presidência da Comissão. Por motivos de saúde a professora Zuleide Cardoso Leite solicita afastamento, assumindo em seu lugar a professora Betisabel Vilar de Jesus Santos, que já constituía a Comissão como membro representante do corpo docente. Observa-se também que os membros desta composição derivam daqueles previstos na Comissão de Avaliação Institucional Contínua (Caic), o que permite a

compreensão de que havia a necessidade de alinhamento e integridade das ações empreendidas por ambos. Sobre esse momento, a Presidente da CPA à época esclarece:

Era um momento de muitas novidades e surpresas no cenário da regulação, era tudo muito novo e as coisas estavam se estruturando de forma muito rápida. Houve uma capacitação em Brasília que reuniu os procuradores institucionais do Brasil todo para discutir como implementar a autoavaliação nas instituições. Passamos uma semana discutindo e debatendo os processos de avaliação nas IES. Nessa formação percebemos uma certa instabilidade porque era muita informação e mudanças que precisavam ocorrer para que esses processos se concretizassem de forma efetiva nas instituições. (Pres. CPA, 2020).

A fala da entrevistada revela o momento de aprendizado que todas as IES em todo o país estavam vivendo, bem como a descoberta dos desafios atrelados à construção de uma identidade e de uma cultura de autoavaliação.

A constituição do Caic e a nomeação dos seus membros, segundo previsto em relatório, consagrou:

Representante da comunidade acadêmica e da sociedade civil e ganhou caráter democrático ao possibilitar a ampla participação dos referidos segmentos na identificação das potencialidades e fragilidades e na definição dos encaminhamentos direcionados a superar as dificuldades e ampliar a excelência dos serviços prestados à comunidade local e regional. (RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO, 2006, p. 3).

Foi na presidência da professora Betisabel Vilar de Jesus Santos que a Universidade Tiradentes encaminhou ao Inep, no ano de 2006, o Relatório de Autoavaliação Institucional referente ao período de 2004/2005. O documento originou um conjunto de cadernos, resultados das ações empreendidas no Programa de Avaliação Institucional Contínua (Paic), articuladas pela assessoria de planejamento, pró-reitorias e demais setores. Conforme descrito no documento, utilizou-se como metodologia:

Aplicação de questionários com docentes, discentes, funcionários, técnico-administrativos e coordenadores. As questões foram estruturadas de modo a contemplar as 10 dimensões do SINAES e foram disponibilizadas em sistema eletrônico, por meio de senhas aleatórias que visavam garantir a transparência, lisura do processo e a privacidade dos respondentes. (RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO, 2006, p. 2).

A sistematização desses primeiros passos empreendidos pela Unit na construção de uma cultura de autoavaliação reforça o entendimento aqui expresso de que a instituição vislumbrava consolidar sua práxis buscando nos processos de autoavaliação a construção de uma cultura avaliativa que precisou ser amadurecida para que subsidiasse tomada de decisões, essência desse processo.

Além disso, como já apontado ao longo deste texto, havia um projeto institucional que almejava expansão da sua atuação, ampliação de matrículas e visibilidade que ultrapassasse os limites geográficos da cidade de Aracaju, *locus* de atuação inicial da instituição. Por certo, os processos de autoavaliação respaldariam os indicadores de qualidade para o cenário daquele momento e a projeção da instituição na vanguarda dos processos de avaliação interna.

Destarte, estamos revelando a trajetória avaliativa de uma instituição de ensino particular que investiu na formação de equipes e em infraestrutura para que a autoavaliação fosse realidade, isso me faz crer na intencionalidade dessa instituição com os indicadores de qualidade do processo e com a construção de uma identidade de cultura avaliativa.

Nessa primeira experiência avaliativa, o universo desta pesquisa englobou os distintos cursos ofertados à época, sendo aplicada com o auxílio do Departamento de Tecnologia e Informação (DTI), que desenvolveu um *software on-line*, denominado de Sistema de Questionário, que segundo descrito no relatório possibilitou:

Os usuários, através de uma senha, distribuída de forma aleatória, tiveram acesso ao instrumento de avaliação correspondente à função acadêmica. Uma vez concluído o questionário, o sistema disponibilizou a opção gravar. Assim feito, a senha passaria a não ter mais validade/utilidade. (RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO, 2006, p. 6).

Antecedendo a aplicação da autoavaliação, o relatório também faz menção a um período de sensibilização e divulgação da autoavaliação, que, conforme descrito, ocorreu mediante “[...] matérias publicadas no Portal Unit, através de faixas fixadas em todo campi, bem como, da atuação dos coordenadores de curso e gestores da Universidade”. (Relatório de Autoavaliação, 2006, p. 6). Em relação à primeira experiência de autoavaliação, a Presidente da CPA aponta:

No início houve resistência, porque ainda não havia muita clareza sobre esse processo e no que ele resultaria. O engajamento foi difícil. Era tudo muito novo. O professor Yure Neiman em alguns momentos precisou intervir. E na verdade a dificuldade era também pelo volume de informações que estávamos investigando, o questionário era imenso, mais de 200 questões. Eu mesma percebi isso ao responder como professora. Esse primeiro questionário foi elaborado ainda pela professora Zuleida, depois reavaliamos e excluímos algumas questões, mesmo assim, ainda ficou enorme, o que nos deu um trabalho muito grande no tratamento estatístico dos dados. (Pres. CPA, 2020).

Além das estratégias acima listadas, o referido relatório faz menção também a eventos segmentados por área e público de interesse, num total de 24 (vinte e quatro) atividades distintas:

Tabela 1 – Número de encontros por público

Público	Quantidade de encontros
Pró-reitores, coordenadores, Assistentes, Docentes e Diretores de Campi	15
Técnicos Administrativos	2
Docentes da Pós-Graduação	1
Discentes	6

Fonte: Relatório de Autoavaliação, 2005.

A mobilização em torno da divulgação da autoavaliação engajou funcionários de distintos setores que se voluntariaram a participar desse momento, seja na divulgação ou em outras atividades.

Em relação aos instrumentos de avaliação aplicados no período e aos resultados da avaliação, fica expresso no relatório que alcançou um total de 1.016 (mil e dezesseis) respondentes. As informações foram tabuladas e os seus resultados inseridos no relatório final. Com base nesses resultados, a Comissão organizou relatórios por área, que posteriormente foram organizados em cadernos, além de quadro-síntese identificando os pontos fortes e frágeis constatados na autoavaliação, alinhados às dimensões do Sinaes. Observo nesse histórico a preocupação da IES e dos seus órgãos superiores em atender ao previsto no marco regulatório, tanto pelo contexto político de legitimar o processo avaliativo, quanto pelo contexto educacional e de projeção para a sociedade como sendo uma instituição de referência e destaque não somente local como também no cenário regional. Essas ações se desdobraram em outras iniciativas que passarei a expor nasequência.

3.2 ESTRUTURANDO A AUTOAVALIAÇÃO: ENTRE DOCUMENTOS OFICIAIS, QUESTIONÁRIOS E PERCEPÇÕES

As práticas avaliativas em uma instituição de educação superior devem resultar das intenções conscientes dos diferentes atores que a compõem, estando em sintonia com as diretrizes regulatórias do sistema educacional brasileiro.

Em que pese cada realidade, num país de dimensões continentais e com realidades tão particulares, nem sempre esta afirmação se concretiza. Ora pelo percurso que ainda estamos construindo em relação ao que chamo de “intensões conscientes” e da “sintonia com o processo regulatório”. Por mais complexo que pareça, o maior desafio de uma instituição reside na tomada de consciência do processo avaliativo pelos envolvidos na ação de avaliar. Aqui está o maior desafio, tornar e dar consciência aos indivíduos que estão imersos nesse processo, torná-los protagonistas nas decisões futuras que envolvem o ser e fazer de cada um.

Para que essa ação de consciência ocorra é necessário mais do que se prevê no marco regulatório, que é pragmático, meramente burocrático e muitas vezes engessado. É preciso ir além para se alcançar êxito. Talvez esta reflexão que faço esteja alinhada a um dos valores institucionais defendidos pela Universidade Tiradentes que é a valorização do ser humano. Ao se autoavaliar, a instituição está respondendo e mostrando a cada um dos envolvidos a sua importância nesse processo. É óbvio que não posso afirmar que todos tenham essa consciência, ou alcancem este entendimento, entretanto enquanto pesquisadora e profissional da área identifico o quão necessário se faz investir nesse processo.

A avaliação institucional, de maneira particular a autoavaliação, não deve ter caráter reducionista meramente caracterizado por procedimentos que quantifiquem uma dimensão avaliada ou promovam um ranqueamento, uma vez que entendo que avaliar está alinhado ao ato de educar. Os avanços nos estudos da área mostram a indissociabilidade dos processos avaliativos aos contextos históricos e sociais nos quais ela se insere. É a partir da necessidade de instrumentalizar o processo de avaliação interna para qualificar a coleta de informações que a CPA, baseada nos documentos oficiais e questionários, constrói a visão de futuro do que se almeja alcançar. Essa é condição estratégica para que qualquer instituição possa se projetar em cenários local ou regional.

Tal exercício é orientado pela nota técnica Inep/Daes/Conaes nº 065, uma vez que este documento sugere que a IES, com o auxílio de análise da CPA, deve fazer diagnóstico, ressaltando os avanços e os desafios a serem enfrentados, aliando os resultados dessa análise ao seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Esse movimento, se bem compreendido e executado, é estratégico à gestão da IES, subsidiando instrumentos para a tomada de decisão.

Cabe observar que à medida que as sociedades mudam, as práticas educativas também evoluem e, por consequência, os modelos avaliativos. Atenta a esta realidade, percebo que em momentos distintos, assim como revelado anteriormente na fala da Presidente da CPA, houve a necessidade de revisão dos questionários aplicados. O Projeto de autoavaliação da Unit propõe princípios norteadores estruturados em aspectos que envolvem:

- a) Globalidade, que se fundamenta em uma visão sistêmica e global da IES, objetivando um olhar contextual sobre as ações institucionais.
- b) Impessoalidade, não punição e não premiação, visto que não se propõe nenhum julgamento intencional e/ou individual, acerca dos atores envolvidos, pois a autoavaliação tem seu foco nas estruturas, práticas, processos e recursos, em função dos objetivos desejados.
- c) Respeito à identidade institucional, pois o desempenho da IES deve ser avaliado e analisado em função da sua missão, valores, políticas e diretrizes, que lhe são próprias e que definem sua identidade.
- d) Credibilidade, visto que a avaliação institucional somente se converte em instrumento para o planejamento da melhoria da qualidade, a partir de uma concepção de competência técnica e postura ética, o que se reverte em transparência nos procedimentos, autonomia e adesão voluntária, enquanto mecanismos, que convalidam a credibilidade dos resultados produzidos pelo processo.
- e) Continuidade e regularidade, o que pressupõe um compromisso assumido com a comunidade acadêmica e a sociedade, visto que por estes processos contínuos se conduz um permanente conhecimento da IES, a fim de alimentar o planejamento para a melhoria constante da qualidade.
- f) Disposição para a mudança, pois a necessária relação dialética entre autoavaliação e a geração de metas para a tomada de decisão, deve pressupor o compromisso com a mudança, como processo contínuo de um planejamento de ações, que tem na melhoria constante da qualidade, o seu fim e motivação para a condução do processo. (RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO, 2019, p. 9).

É a partir de tais princípios norteadores e com base nas dimensões a serem avaliadas que a CPA atua analisando dados, propondo atualização e revisão dos questionários, compatibilizando a evolução e também avaliando seu papel nesse processo. Tal impressão foi relatada na fala da Representante de Coordenadores, membro da CPA:

Em alguns momentos essas questões passavam por revisão. Avaliávamos questão por questão. Houve um momento que eu considero o mais importante que foi um encontro entre as CPA do grupo que ocorreu em especial para uma revisão das questões da avaliação institucional. Na ocasião foi possível, entre outros aspectos, discutir o número de questões e a necessidade dessas perguntas. Foram dois dias muito produtivos porque estavam não só os membros da Unit Sergipe, mas também os colegas da Unit Alagoas e foi um espaço de discussão coletiva e bem produtivo. Isso trouxe ao grupo um amadurecimento, porque inclusive ficou claro para nós que não há outra forma de expressar a realidade dos diferentes itens avaliados em um número menor de perguntas e a necessidade de cada uma delas. (Repres. Coordenadores, 2020).

A fala da entrevistada traz considerações importantes, que me fazem refletir sobre a necessidade da CPA estar em permanente atenção sobre os processos que envolvem avaliação e, para além disso, que esse grupo gestor passa ter a real necessidade de cada um dos aspectos avaliados. Acrescento ainda que, para além de uma análise norteada meramente sobre o viés do marco regulatório, é importante ter posse do que de fato precisa comunicar cada um dos itens avaliados e de como esses aspectos previstos no questionário a ser aplicado serão interpretados pelos atores desse processo.

Há que se considerar que o Encontro de Comissões Próprias de Avaliação mencionado na fala da entrevistada revela um interessante exercício de reflexão. Esse é um dos compromissos, o da avaliação que deve ter alicerce e caráter participativo, corresponsabilidade no alcance de metas e objetivos propostos que buscam atender aos padrões de qualidade articulados às demandas da sociedade. Avaliar quem avalia, esta foi a intenção relatada no evento mencionado pela Representante de Coordenadores, que acrescentou:

No exercício pegamos o questionário e tivemos a total liberdade de expressar a opinião alinhando a visão de cada membro independente da instituição que estava representando. Particularmente, acho que o número de questões é excessivo, porém entendo que não há outra alternativa para que os objetivos da avaliação sejam alcançados senão mantê-las. Entretanto, acho que uma alternativa seria manter a avaliação o semestre inteiro e não num limite de tempo específico. (Repres. Coordenadores, 2020).

Aspectos importantes são pontuados na fala da professora Valéria Crisitini Bonini. Um deles revela a autonomia dos membros na avaliação do processo e dos instrumentos que compõem a avaliação, fato importante que valida e dá idoneidade aos questionários aplicados. Por fim, é comum encontrar indagações no que se refere ao volume de perguntas presentes nos questionários de autoavaliação. A fala

da representante das coordenações faz esta referência, mesmo entendendo que não há outras possibilidades, diante das necessidades definidas em lei. Há que se considerar também que criar uma cultura de avaliação é um processo em contínuo constructo que valida e consolida o compromisso social de qualquer instituição de ensino que entenda a seriedade desse processo.

Essas impressões também foram reveladas na fala do Representante do Corpo Docente, e também coordenador de curso da área de Exatas:

Participo desde o Caic, antes mesmo de existir a CPA. Hoje sou o representante docente da área de exatas na Comissão. O convite partiu da professora Andrea Karla. Esse primeiro ano foi muito intenso com muitas reuniões, uma jornada grande de análise e construção de documentos. (Repres. Docente Exatas, 2020).

O entrevistado rememora as informações já apontadas no início desta seção, quando a CPA se denominava Comissão de Avaliação Institucional Contínua (Caic), sua fala também aponta para os aspectos que envolvem o processo contínuo de revisão aos questionários aplicados e, agregando ao que já foi dado a ler, acrescenta:

Houve um evento grande que contou com a participação de todas as CPAs e até representantes de alunos. Foi um encontro grande e muito participativo. Avaliamos os questionários alinhando aos instrumentos avaliativos, observando a pertinência de cada questão e sua relação com os eixos avaliados. (Repres. Docente Exatas, 2020).

O aporte das entrevistas me possibilitou interpretar as nuances das memórias dos envolvidos e a dinâmica deste processo de amadurecimento da CPA que fomenta a construção de uma identidade fortalecida deste grupo e revela um caminho profícuo para construção de uma cultura de avaliação que favoreça a gestão. Na fala do professor, Representante da área de Exatas, foi rememorado:

A CPA é como se fosse o controle de qualidade de uma empresa. São os responsáveis por avaliar o PDI e todas as demais demandas que envolvam esse documento. Usamos as ferramentas de avaliação, desde a avaliação nominal docente ou a institucional ou móbil para favorecer o crescimento da instituição. (Repres. Docente Exatas, 2020).

É perceptível a inter-relação da narrativa do entrevistado com os aspectos que envolvem os critérios relacionados aos processos de planejamento e gestão

para uma avaliação institucional que atenda não só aos preceitos regulatórios como àqueles que envolvem os diferentes atores do processo. É papel da CPA acompanhar os diferentes instrumentos de avaliação, tanto interna quanto externa. São os resultados da autoavaliação que validam os demais processos, uma vez que é a responsável por consolidar esses dados em relatórios.

O relatório de autoavaliação expressa que essa consolidação ocorre a partir de etapas bem definidas, envolvendo toda comunidade acadêmica e que compreende:

- Preparação: 1) CPA; 2) Sensibilização; 3) Projeto e convalidação de instrumentos e documentos;
- Desenvolvimento: 1) Diagnóstico e coleta de dados; 2) Acompanhamento e retroalimentação da sensibilização; 3) Adoção de Metodologia e Tabulação e Análise de Dados; 4) Geração de Relatórios preliminares;
- Consolidação: 1) Comunicação: Divulgação preliminar de resultados setorializados; 2) Balanço e análise de dados;
- Execução e tomada de decisão: 1) Pontos de Melhoria; 2) Estratégias de Correção; 3) Implantação de Melhorias;
- Retroalimentação do processo; Acompanhamento de execução de metas e Comunicação. RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO, 2019, p. 9).

Observo que nas etapas registradas nos relatórios estão alinhadas as falas dos entrevistados. É importante destacar que, em sua concepção, a Comissão Própria de Avaliação entende que a avaliação é um processo que busca melhorar a qualidade dos serviços prestados pela instituição. Não obstante, as etapas de estruturação revelam os compromissos assumidos de caráter participativo qualificados e legitimados para responder às demandas de autoavaliação.

3.2.1 Tomando posse dos documentos oficiais para compor o questionário de autoavaliação

A autoavaliação institucional é o processo em que se concretiza a percepção de discentes, docentes, coordenadores e técnicos administrativos a respeito da IES e dos seus processos. Esses instrumentos, modelados em questionários, utilizam para aferição dos resultados uma escala numérica contendo cinco categorias que podem variar numa escala de um a cinco, sendo a nota de 1 o menor nível de satisfação e a nota 5 o maior nível. Há ainda a possibilidade de resposta que permite aos respondentes informar desconhecer ou não ser possível avaliar o item. O papel da CPA é de informação e prestação de contas. Orientativo no sentido de apresentar

o cenário observado pelas avaliações aplicadas para que os interessados possam, com base nisso, buscar as melhores soluções. Isso é feito a partir do alinhamento necessário ao que está previsto na legislação educacional vigente.

Para além dos resultados isolados da autoavaliação, é papel da CPA comparar as dimensões avaliadas e seus indicadores, considerando, também, as avaliações externas, estabelecidas pelo Sinaes. Este cotejo é realizado a partir de relatórios emitidos por comissões de avaliadores *ad hoc*, por ocasião de visita *in loco*, para avaliação de cursos a fim de renovação de reconhecimento ou de reconhecimento, por meio do Conceito Preliminar de Curso (CPC), e ainda pelos resultados e relatórios do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), considerando os desempenhos de cada Curso, que formalizam os insumos do CPC; e do Índice Geral de Curso (IGC). Esses três processos avaliativos formam o tripé da avaliação: Instituições, Cursos e Estudantes.

É a partir desse referencial que os questionários são organizados, levando em consideração aspectos distintos das dimensões avaliadas. Talvez, alinhar os interesses dos itens pelos avaliadores ao entendimento do que se avalia e para que se avalia seja um dos grandes desafios do CPA.

Na organização desses questionários há que se levar em consideração um trabalho intenso que se inicia com a preparação da nova campanha de sensibilização da comunidade acadêmica. Todo esse trabalho é pauta das reuniões da CPA, em especial o que se refere à sensibilização da comunidade acadêmica. Sobre esse item a professora Representante dos Coordenadores acrescenta:

Falando enquanto coordenadora nunca tive dificuldade no que se refere à sensibilização, talvez por ter um curso pequeno e um quadro de docente que está junto há bastante tempo. No que se refere à comunicação com alunos também sempre flui bem, uso os recursos do Magister na comunicação, além do contato direto. O mesmo na comunicação com docentes. Além desses recursos tem as campanhas institucionais que são sempre um recurso utilizado. (Repres. Coordenadores, 2020).

Em sua fala, a coordenadora ainda acrescenta, ao se referir aos processos de sensibilização e comunicação da autoavaliação com os demais atores:

Independente de qualquer estratégia no que se refere à sensibilização e comunicação, temos alguns problemas, claro! Eu acho que as pessoas ainda não conhecem a CPA na sua essência, principalmente colaboradores, que não entendem o papel da CPA nos processos de avaliação de cursos, por exemplo. Talvez pelo tamanho da instituição, do número colaboradores

que precisam ter ciência disso. Talvez fosse preciso uma outra forma de comunicar que não fosse o que chamamos de “quarteto fantástico” que é propaganda, Facebook, cartaz e outdoor. Talvez isso precisasse ser revisto. Entretanto, para alunos essa estratégia alcança com efetividade. Outro ponto interessante é que não considero que os alunos sejam resistentes à avaliação ou que respondam no automático, eu percebo que aqueles que respondem fazem de forma consciente e quando você analisa os resultados desses processos é possível perceber isso. (Repres. Coordenadores, 2020).

Observo, na fala da entrevistada, aspectos interessantes ao se referir à efetividade dos processos de autoavaliação e o seu alcance para os estudantes e demais colaboradores. Neste sentido, é oportuno esclarecer que a visibilidade da autoavaliação muitas vezes se revela de forma distinta. Aqui reside um grande desafio da CPA que valida seu papel e atuação.

Não se pode perder de vista que falar em avaliação é falar de um processo complexo. Uma rede que envolve sujeitos, compromisso e distintas formas de apreender o que se avalia. A corresponsabilidade sobre este aspecto é processual e contínua, nisso reside a riqueza da avaliação. Sobre esta mobilização integrando os distintos públicos que são foco dos processos de autoavaliação, o Representante Docente da área de Exatas expressa:

É grande a mobilização da CPA, todos os setores avaliando a instituição como um todo. E a oportunidade de a universidade avaliar as metas e ações projetadas em seu PDI sendo o momento de avaliar a sintonia do grupo nas diferentes áreas de atuação. O resultado disso é perceptível, como por exemplo melhoria na infraestrutura dos campi, formação continuada docente, ampliação dos recursos de tecnologia para todos os alunos e colaboradores. São muitos exemplos. É um trabalho sério, árduo, que visa à melhoria. Exemplo disso é que mesmo durante a pandemia o trabalho da CPA continua. Agora mesmo estamos aplicando questionário para avaliar o processo de virtualização das atividades. Esse questionário se estenderá para docentes e discentes. (Repres. Docente Exatas, 2020).

A fala do professor traz um ponto importante no processo de autoavaliação que é a validação da comunidade acadêmica sobre as dimensões avaliadas. As críticas pontuadas, vez por outra, sobre o volume de questões avaliadas sempre encontram a justificativa nas amarras da regulação, tendo em vista ser obrigatório apresentar resultados que envolvam os cinco eixos¹⁹ e as dez dimensões previstas. São estes indicadores que lhe são materialidade.

¹⁹ Cada um dos cinco eixos do instrumento de avaliação o ato de credenciamento ou transformação de organização acadêmica, possuem pesos distintos os eixos 1 (Planejamento e Avaliação

Nos questionários aplicados aos diferentes segmentos da comunidade acadêmica o objetivo principal é identificar a percepção dos envolvidos a respeito da IES e a verificação se a metodologia aplicada na coleta, análise, interpretação dos dados, bem como na elaboração do relatório de autoavaliação está em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

As questões avaliadas são organizadas em questionários distintos, sendo distribuídas da seguinte forma:

Tabela 2 – Número de perguntas por eixo avaliado

Eixos	Questionário Coordenador	Questionário Técnico-Administrativo	Questionário Docente	Questionário Discente
	Número de perguntas por eixo avaliado			
Eixo 1 – Planejamento e Avaliação Institucional	2	0	2	2
Eixo 2 – Desenvolvimento Institucional	4	1	7	2
Eixo 3 – Políticas Acadêmicas	13	0	14	29
Eixo 4 – Políticas de Gestão	24	30	17	0
Eixo 5 – Infraestrutura	19	9	20	21

Fonte: Acervo da autora deste trabalho.

Para avaliação de egressos e da pós-graduação, a CPA conta com o apoio de setores estratégicos como Unit Carreira e Diretoria de Inteligência Competitiva, que auxiliam na coleta de informações daqueles que concluíram seus cursos para que possam subsidiar a autoavaliação acerca da formação oferecida.

Há que se revelar nos questionários aplicados algumas nuances do interesse deste trabalho. Em especial as questões previstas para docentes e discentes. Aos docentes as perguntas permeiam a busca por evidenciar o quanto o professor se apropria de aspectos que envolvem as avaliações internas e externas e ainda ao conhecimento da IES relativo ao PDI, PPI e aos PPC do curso. Esses aspectos são

Institucional) e 3 (Políticas acadêmicas) possuem peso 10, enquanto os eixos 2 (Desenvolvimento institucional) e 5 (Infraestrutura) têm peso 30; o eixo 4 (Políticas de gestão) possui peso 20.

avaliados nos Eixos 1 e 2, que tratam de Planejamento e Avaliação Institucional e Desenvolvimento Institucional. O Eixo 3, que trata de Políticas Acadêmicas, o mais extenso para esses dois públicos, faz abordagens e busca informações comuns entre discentes e docentes. As questões comuns buscam dar luz ao entendimento sobre o desenvolvimento do ensino e aprendizagem, desenvolvimento de competências.

3.2.2 A materialização do questionário autoavaliativo no Magister

É essência nos processos de autoavaliação que os resultados obtidos possam se revelar em ações concretas e, para além deste aspecto, possam reverberar em amplos debates sobre os rumos da própria IES, maximizando suas potencialidades e possibilitando, de forma assertiva, investimentos futuros.

Ao final de cada processo de autoavaliação existem compromissos assumidos. Para além disso, existe também a preocupação constante em garantir padrões de excelência com os serviços prestados e as demandas da atualidade, pode-se obter a fala do professor Alex Sandro Barreto Melo ao revelar a atuação da CPA no processo de virtualização de atividades presenciais decorrentes da pandemia do Covid-19. Para a Universidade Tiradentes não haveria outra forma de tornar o processo de autoavaliação mais assertivo e com maior alcance sem que fosse com o auxílio da tecnologia. Para tal, todos os envolvidos contam com o Sistema Magister, portal de serviços da Unit em que os questionários de autoavaliação ficam hospedados. O acesso é feito com login e senha individual.

Para os estudantes, após o acesso, o sistema de protocolo, no ícone graduação, abrirá um item sobre avaliação. Nesse ícone abrirá a página Avaliação Institucional, com o questionário a ser preenchido. Para técnicos administrativos o acesso ao questionário ocorre por meio do navegador Intranet Tiradentes, rede de serviços e colaboração do Grupo Tiradentes.

O colaborador, ao realizar o acesso na Instituição pela rede administrativa, será direcionado automaticamente ao seu perfil na intranet, conforme apresentado na imagem que segue, onde estará disponível um pop-up²⁰ de aviso referente à avaliação. Ao clicar no botão “Avaliação Institucional” automaticamente é direcionado

²⁰ Tipo de janela que se abre ao visitar uma página ou acessar uma aba em um navegador.

ao questionário para preenchimento das questões disponíveis de acordo com o seu perfil.

Figura 5 – Imagem da tela de autoavaliação institucional na Intranet



Fonte: Manual de Autoavaliação CPA.

O questionário é organizado em três etapas, sendo necessário ao final do preenchimento de cada uma das etapas clicar no item “próxima etapa” para avançar. Na última etapa é necessário clicar no botão/ícone “gravar”.

Caso alguma questão obrigatória do questionário não seja respondida, ao tentar prosseguir para a etapa de gravação do questionário o sistema irá alertar ao respondente qual a questão não foi preenchida.

Figura 6 – Imagem da tela de autoavaliação institucional



Fonte: Manual de Autoavaliação CPA.

O preenchimento da Avaliação Institucional para os docentes funciona de forma similar ao da avaliação para o corpo técnico-administrativo, apenas com a consideração de que o docente não poderá utilizar-se da rede administrativa da instituição. Para este grupo o acesso é feito pelo endereço eletrônico

intranet.set.edu.br e será direcionado para uma tela de login e senha que, para os docentes, serão os mesmos utilizados para o acesso ao portal Magister.

O Magister é o portal de comunicação, pelo qual a Unit faz a publicação dos comunicados, o período de realização, assim como o resultado dos processos avaliativos. O *post* que segue é um dos exemplos dessa comunicação.

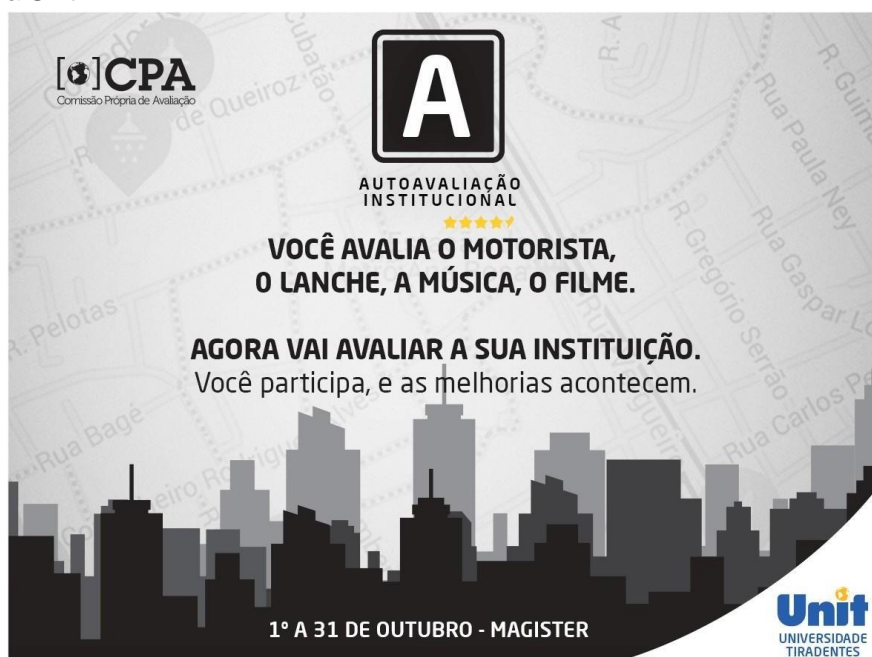
Figura 7 – Banner de divulgação e sensibilização para participação da comunidade acadêmica na autoavaliação institucional da Unit



Fonte: Sistema Magister.

Além desse canal, há toda uma estratégia de marketing criada com campanhas específicas, visando alcançar os distintos públicos, que usam como estratégias desde a criação de banners, folders, entre outros itens, até o marketing digital.

Figura 8 – Banner de divulgação para participação da comunidade acadêmica na autoavaliação institucional da Unit



Fonte: Acervo CPA.

Há que se ressaltar que a forma de divulgação dos resultados foi se aprimorando ao longo dos anos. Inicialmente, como já revelado, os registros e os seus resultados decorriam na elaboração de cadernos com os dados coletados que ficavam disponíveis na biblioteca da instituição, hoje esses resultados ficam disponíveis virtualmente. Na página da Unit, existe um link de acesso com informações específicas da CPA – Avaliação Institucional, conforme a imagem a seguir:

Figura 9 – Informações sobre a CPA disponibilizadas no site da Unit



Fonte: Site da Universidade Tiradentes.

Entretanto, do mesmo modo na fala da Representante de Coordenadores, quanto do Representante Docente da Área de Exatas, os melhores resultados e retorno surgem das reuniões com os envolvidos. Esse é o momento de reflexão- interpretação cujo objetivo é extrapolar a análise meramente quantitativa dos resultados. É essa análise e depuração de dados e informação que mobiliza a construção dos relatórios e planos de ação a serem acompanhados e dados a ver a toda a comunidade acadêmica.

3.3 SENSIBILIZAR PARA PARTICIPAR: O EU PROTAGONISTA

Todo o movimento anteriormente relatado precisa ser percebido por quem irá participar desta autoavaliação em busca do fortalecimento de uma cultura de

avaliação. É certo que o processo de autoavaliação deve ser compreendido como o elemento fundamental no planejamento estratégico de uma Instituição de Educação Superior para fortalecimento do processo de gestão institucional, pois possibilita a identificação dos aspectos imprescindíveis para o seu crescimento quantitativo e qualitativo. Entretanto, há que se considerar um fator fundamental para isso, que é o envolvimento de todos os que fazem a autoavaliação se concretizar.

A autoavaliação se sustenta no envolvimento da comunidade acadêmica, sem esse envolvimento ela perde seu sentido e propósito. Aqui reside a maior riqueza e o maior desafio deste processo, a construção da identidade do “eu protagonista.”

Aqui uso o “eu protagonista” para dar luz ao entendimento defendido nesta tese, para o lugar que os diferentes atores precisam ocupar nesse processo. Busca a essência da palavra protagonista entendendo que ela está aliada a um ato político, de posicionamento. Aqui se ancora mais um desafio da autoavaliação, o de engajar e posicionar os pares nessa ação, neste sentido, vale refletir sobre o que Dias Sobrinho (2000) aponta como sendo titularidade da avaliação:

[...] Assumir a titularidade da avaliação institucional implica a responsabilidade de construir, através dos processos intersubjetivos da comunidade acadêmica, os indicadores adequados à compreensão da universidade e da qualidade de suas atividades. (DIAS SOBRINHO, 2000, p. 78).

Entendo, a partir desta prerrogativa, que essencialmente cabe a cada IES a tarefa de construir coletivamente os mecanismos de integração para que essa titularidade, a qual prefiro chamar de protagonismo, possa de fato se consolidar. O protagonismo na autoavaliação pressupõe participação ativa, envolvimento individual e coletivo desses atores no decorrer do processo avaliativo para que se consolide um processo profícuo.

Defendo o entendimento de que a construção de uma cultura avaliativa tem como pressuposto o envolvimento consciente daqueles que a fazem acontecer. É sabido por todos o quão necessário se faz um trabalho contínuo de conscientização dos atores envolvidos no processo. Primeiro pelo quantitativo de pessoas envolvidas, segundo pela renovação do público, seja pelos processos de contratação, para o público administrativo ou de ingresso de estudantes na instituição. Este entendimento também foi perceptível na fala do Representante Docente da Área de Exatas ao afirmar:

É um trabalho árduo, mas eu acho que a comunidade acadêmica reconhece sim. Em tempos passados, lá no início foi pior, mas hoje não. Podem até não dar credibilidade, mas conhecem sim. Eu diria que não há aluno que não conheça o trabalho da CPA, seja pelas campanhas institucionais, pela divulgação mais próxima que os coordenadores fazem ou mesmo pelas mudanças que são perceptíveis a todos. Os funcionários também. (Repres. Docente Exatas, 2020).

A fala do entrevistado revela aspectos importantes que reforçam o que defendo no processo de construção do “eu protagonista” que reverbera no fortalecimento da cultura avaliativa de uma instituição de Educação Superior. Nos processos de autoavaliação realizados pela Universidade Tiradentes o envolvimento da comunidade acadêmica e do protagonismo dos diferentes atores nesse processo pode ser percebido pela ampliação na participação dos mesmos conforme destacado no Relatório de Autoavaliação de 2019.

Tabela 3 – Média de Autoavaliação Discente 2017 / 2019

Eixos	Médias de Respostas 2017	Médias de Respostas 2019
Desenvolvimento Institucional	3,70	3,87
Infraestrutura	3,74	3,92
Planejamento e Avaliação	3,78	3,91
Políticas Acadêmicas	3,62	3,76

Fonte: CPA, 2019.

Tabela 4 – Média de Autoavaliação Docente 2017 / 2019

Eixos	Médias de Respostas 2017	Médias de Respostas 2019
Planejamento e Avaliação	4,11	4,25
Desenvolvimento Institucional	4,11	4,27
Políticas Acadêmicas	4,00	4,19
Políticas de Gestão	4,06	4,12
Infraestrutura	4,16	4,35

Fonte: CPA, 2019.

Tabela 5 – Média de Autoavaliação dos Coordenadores 2017 / 2019

Eixos	Médias de Respostas 2017	Médias de Respostas 2019
Planejamento e Avaliação	4,41	4,50
Desenvolvimento Institucional	4,41	4,46
Políticas Acadêmicas	4,25	4,34
Políticas de Gestão	4,17	4,22
Infraestrutura	4,14	4,35

Fonte: CPA, 2019.

Tabela 6 – Média de Autoavaliação dos Técnicos Administrativos 2017 / 2019

Eixos	Médias de Respostas 2017	Médias de Respostas 2019
Planejamento e Avaliação	3,68	-
Desenvolvimento Institucional	4,04	3,91
Políticas de Gestão	3,69	3,59
Infraestrutura Física	3,61	3,60

Fonte: CPA, 2019.

A partir dos quadros apresentados é possível observar que os estudantes atribuem as menores médias aos eixos avaliados. Desta constatação, podemos problematizar e levantar diferentes percepções e questionamentos. Estariam as estratégias utilizadas pela CPA para a sensibilização e mobilização da comunidade acadêmica no intuito de reforçar nos docentes, discentes e técnicos o sentimento de pertencimento por meio da prática avaliativa da Instituição surtindo efeito e corresponsabilizando os atores? Problematizar sobre esta questão me faz entender ainda melhor que o papel da autoavaliação está intimamente ligado à (re)construção do projeto institucional, tendo em vista a necessidade permanente do exercício crítico e debate.

A mobilização da comunidade acadêmica para que esta tome posse da dinâmica avaliativa é imprescindível para que o seu sentido pleno seja alcançado. Avaliar tem a ver com escolhas, interesses, valores, não pode se esgotar na aplicação de instrumentos, pois para que cumpra de fato seu papel deve ter sentido crítico, para que se efetive a transformação e melhoria da realidade institucional.

4. CULTURA AVALIATIVA: ARTICULAÇÃO ENTRE A AVALIAÇÃO, O PLANEJAMENTO E O PROCESSO DE TOMADA DE DECISÕES

Esta seção tratará de interpretar como o trabalho desenvolvido pela Comissão Própria de Avaliação contribui para uma cultura avaliativa de autoconhecimento, dando visibilidade ao papel da CPA e às recomendações que orientam as ações necessárias para melhoria da qualidade, da utilidade, da efetividade e do significado do objeto avaliativo. Para isso o percurso metodológico que consolida a autoavaliação será descrito ao longo do texto.

4.1 UNIVERSIDADE TIRADENTES: CAMINHOS PARA CONSTRUÇÃO DE UMA CULTURA AVALIATIVA

Ao tratar da cultura avaliativa, suas implicações e a sua articulação para o planejamento e tomada de decisões, se faz necessário retomar o entendimento defendido ao longo desta tese do que seja a avaliação. Isso porque avaliação e cultura avaliativa são termos polissêmicos, que guardam uma relação de sentido entre si, entretanto, percorrem caminhos distintos e plurais.

Enquanto a avaliação por si só cumpre com a formalização de um processo de tomada de decisão, a cultura avaliativa só se personifica quando se traduz sinergicamente entre a tomada de decisão, baseada nos resultados dos processos avaliativos, reverberando em um planejamento estratégico que busque refletir sobre os resultados alcançados.

De forma concreta, defendo que só haverá cultura avaliativa implantada quando os resultados dos processos de autoavaliação resultarem no fortalecimento do pluralismo pedagógico e na autonomia das IES para a inovação.

Dito isso, volto a asseverar que defendo o conceito de avaliação trazido por Dias Sobrinho (2002), ao descrever:

Avaliar é mais que elaborar um banco de dados, medir os graus de possíveis aprendizagens, inventariar resultados ou demonstrar desempenhos, embora tudo isso seja importante e deva fazer parte do processo. É mais que medir, selecionar, controlar e fiscalizar, embora essas funções tenham estigmatizado toda a história da avaliação e sob muitos argumentos se justifiquem. A avaliação democrática, no sentido de uma

ampla ação do coletivo universitário, deve priorizar seu potencial formativo e proativo. Deve levar a instituição educativa a se interrogar de forma radical e de conjunto sobre os significados de seus serviços e atividades e de suas relações com a ciência e com a sociedade. Essencialmente, a avaliação deve suscitar interrogações de sentido ético, político e filosófico sobre a formação que está promovendo e engendrar reflexões sobre o significado mais profundo da missão e da visão de cada instituição, segundo os princípios da equidade e da pertinência. (DIAS SOBRINHO, 2002, p. 135).

É a partir deste entendimento trazido pelo autor que percebo que a avaliação deve ultrapassar a mera quantificação, modelação ou fiscalização em busca de compreender as relações e os processos que se integrem numa cultura avaliativa, mais que isso, dever ser um ato político.

A tradição da avaliação está se consolidando no Brasil, as discussões sobre a temática possuem percurso histórico construído, entretanto, precisamos consolidar os seus avanços, os legados, seus indicadores, projetos e os aspectos críticos, entre tantas outras discussões que demonstram sua pujança e favorecem não somente aos estudos da avaliação, como também a qualificação do processo avaliativo.

Dito isso, me aproximo do conceito de cultura avaliativa. Segundo König (2007):

O termo “cultura” encerra um conceito polissêmico e complexo. Mais ainda se combinado com o termo de avaliação no âmbito educacional. Sem pretensão reducionista, mas no afã de chegar a um acordo para estimular a discussão, propõe-se a entender por “cultura avaliativa” a combinação adicional de ações avaliativas formais que se difundem com a aplicação dos resultados de tais avaliações, para as tomadas de decisão e para o reconhecimento social da relevância da informação avaliativa. (KÖNIG, 2007, p. 83).

Ainda segundo König (2007), existem fatores que favorecem a construção dessa cultura avaliativa, com destaque para a tradição avaliativa, as políticas educacionais, a legislação ou as normas e as estratégias e formas de divulgação de resultados que consolidam a identidade avaliativa de uma instituição. A partir da combinação desses fatores e das ações desencadeadas por meio dos resultados de tais avaliações, é que a tomada de decisão deve acontecer para que sejam favorecidos o seu reconhecimento social e a sua relevância.

Tensionar sobre os aspectos que estão atrelados diretamente aos fatores que consolidam a cultura avaliativa e que são defendidos pela autora se faz necessário para que seja possível entender a construção da cultura avaliativa a partir das suas concepções, daquilo que transita por ela e a materializa num percurso histórico que

está se criando a partir de um forte marco regulatório. Para tanto, compreendo que ao tratar de cultura avaliativa é necessário refletir sobre três pontos cruciais:

- Que interferências sofre?
- O que transita por ela?
- Como se materializa em uma instituição?

Ao longo desta seção busco dialogar com estes aspectos. A primeira reflexão que faço está ligada ao modelo meramente regulatório e suas interferências no processo avaliativo. Entender o ato avaliativo meramente para atender à regulação, para disciplinar, afastado da ideia de promoção da qualidade na Educação Superior, me faz rememorar os escritos de Tognarelli (2012), ao afirmar:

Historicamente a área avaliativa insistiu em práticas asseguradas por um exercício predominantemente disciplinar, em detrimento da reflexão formativa sobre a atuação dos sujeitos e da qualidade institucional, tornando-se uma atividade desintegradora, ganhando em disciplinamento e perdendo em qualidade. (TOGNARELLI, 2012, p. 14).

O que a autora assevera me faz entender os questionamentos acima listados e, a partir disso, concluo que o grande desafio de uma instituição de ensino reside na construção da consciência que deve existir para a acolhida dos resultados, numa perspectiva qualificadora do processo, que considere a compreensão dos problemas identificados e a tomada de decisões a partir dos resultados concretizados, nisso se concretiza a cultura avaliativa.

É notório que ultrapassar o modelo disciplinar e avançar para um modelo de reflexão formativa nos processos avaliativos requer um processo de amadurecimento e a busca permanente para que se implemente estratégias para autorreflexão e autocrítica, para que se possa conhecer e intervir estrategicamente ante as múltiplas possibilidades de análise do processo de avaliação e alcance da cultura avaliativa.

Dentro das tensões sobre avaliação, as políticas educacionais se debruçam sobre a construção de novos conceitos que deem conta da contemporaneidade da temática. Outro aspecto importante é a sua significação. Como são tratados os resultados da autoavaliação? Como esses resultados são usados para o alcance de ações qualificadoras? Como a CPA, enquanto órgão responsável por liderar o

processo de autoavaliação, comunica esses resultados? Esses questionamentos me fazem avançar na investigação aqui apresentada e servem como guia da escrita desta seção e na busca pelas respostas das questões interrogadas.

Espera-se do processo de autoavaliação e da promoção da cultura avaliativa que estes estejam alinhados e que possam subsidiar e estimular reflexões e debates capazes de nortear a busca contínua da qualidade, do aperfeiçoamento, do planejamento para fortalecimento dos compromissos assumidos pela instituição. É isso que prevê o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), ao destacar que o objetivo principal da avaliação institucional é melhorar o mérito e o valor das instituições. A partir disso, para melhor compreensão e para que se possa ilustrar o entendimento, esses objetivos se subdividem em indicativos estratégicos a serem perseguidos.

Figura 10 – Elementos mobilizadores dos objetivos da autoavaliação



Fonte: Acervo da autora, 2021.

Assim sendo, há que se registrar a necessidade de tratar sobre os aspectos que envolvem a qualidade e que estão diretamente ligados à avaliação institucional. Afinal, a autoavaliação deve subsidiar mudanças qualitativas e fomentar melhorias nas diretrizes do fazer político e pedagógico da instituição.

É importante destacar que, ao me referir à qualidade alinhada à cultura avaliativa, estou defendendo o mesmo entendimento que Dias Sobrinho (2008), ao afirmar:

[...] observa que, quando a avaliação e o conceito de qualidade estão determinados pelos especialistas externos e as autoridades

governamentais, em geral, se limitam a controlar, medir, certificar e regular, em detrimento dos processos participativos e formativos de reflexão e debates da comunidade acadêmica e científica, com prejuízo, portanto, ao exercício da autonomia universitária. (DIAS SOBRINHO, 2008, p. 819).

É desta participação, debate e reflexão sobre os processos avaliativos junto à comunidade acadêmica que reside a essência da cultura avaliativa e que impulsiona os padrões de qualidade alinhados ao compromisso com a transformação da universidade e o fomento à sua relevância social.

Ora, há que se destacar que o conceito de qualidade pode ser orientado por diferentes perspectivas, nunca analisado de forma neutra. Haverá sempre um posicionamento político e até mesmo ideológico ao se tratar do conceito, uma vez que a concepção de qualidade nunca está isenta de valores e interesses, cabendo às instituições de ensino, por meio dos seus processos de autoavaliação, que fomentam os seus Planos de Desenvolvimento Institucional e os Projetos Pedagógicos Institucionais, definir os diferenciais que serão defendidos e perseguidos. Afirmar que a melhora da qualidade educativa é uma construção coletiva é uma visão simplória de todo fluxo e processo que acontece em uma autoavaliação e por isso se faz necessário refletir sobre como a Universidade Tiradentes atua sobre estes itens, isso esclarecerá o fortalecimento da Cultura Avaliativa.

4.2 ITINERÁRIOS PARA BUSCA DAS ANÁLISES DOS PROCESSOS DE AUTOAVALIAÇÃO

Método significa caminho, percurso. Durante a investigação, a inspiração para a escrita esteve sempre próxima ao meu fazer profissional atrelado aos processos regulatórios e de avaliação interna e externa. A jornada profissional me faz entender a necessidade de compreender a complexidade das entrelinhas dos resultados de autoavaliação e, portanto, a partir deste fio condutor me aproximo da análise dos relatórios de autoavaliação.

Sendo agente ativa do processo de autoavaliação, tanto no viés profissional, atuando numa instituição de educação superior como Gerente de Avaliação e Acreditação, ou ainda como membro do Banco de Avaliadores do Ministério da Educação, e também enquanto indivíduo que avalia e participa ativamente da

autoavaliação, enxergo o quão complexa é a sua implementação. E ainda, agregado ao meu fazer na pesquisa que me faz refletir sobre o tema numa perspectiva de buscar adensar o entendimento e as reflexões que se aproximem do viés em que a autoavaliação é vista como forma de valorizar a identidade da instituição, a sua missão e os alicerces que se sustentam nas prerrogativas do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes).

A autoavaliação é, pois, o processo que responderá se de fato a instituição está realizando aquilo que se propôs, analisando em que medida as metas delineadas em seu PDI estão sendo alcançadas e o grau de satisfação da comunidade acadêmica em relação às dimensões avaliadas.

Destarte, se faz oportuno reafirmar que a autoavaliação precede a avaliação externa, ambas coordenadas pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), que realiza o seu trabalho com base em um ciclo de atividades. Cabe a cada instituição, a partir da sua autonomia, definir metodologias e instrumentos a serem aplicados.

Há que se destacar também, segundo nos aponta Cunha (2005), que a autoavaliação deve privilegiar os processos coletivos sobre os individuais. A partir desta afirmação, passo a elucidar sobre a elaboração, aplicação e análise dos resultados dos instrumentos de autoavaliação junto a todos os atores desse processo e a forma como a instituição comunica esses resultados. Dito isso, partoda premissa que autoavaliar é abrir um canal de comunicação, proporcionar aos envolvidos o exercício do protagonismo em busca da tomada de decisões que gerem reflexões indutoras da melhoria da qualidade acadêmica, orientadas por diferentes percepções.

A participação da comunidade acadêmica muito contribui para o enriquecimento dessa tomada de decisão e se personifica nos resultados apurados pelos questionários aplicados no processo de autoavaliação, conforme orienta o Art. 3º da Lei N° 10.861, que institui o Sinaes, acontece considerando dez dimensões que se organizam em cinco eixos distintos, de acordo com o preconizado pela Nota Técnica INEP/DAES/CONAES nº 065. Esses documentos orientam a construção dos instrumentos aplicados pela Universidade Tiradentes no processo de autoavaliação, sendo eles:

- Instrumento Autoavaliação Institucional: discente presencial;
- Instrumento Autoavaliação Institucional: discente EAD;

- Instrumento Autoavaliação Institucional: docente presencial;
- Instrumento Autoavaliação Institucional: docente EAD;
- Instrumento Autoavaliação Institucional: coordenador presencial;
- Instrumento Autoavaliação Institucional: coordenador EAD;
- Instrumento Autoavaliação Institucional: técnico-administrativo presencial;
- Instrumento Autoavaliação Institucional: técnico-administrativo EAD;
- Instrumento Autoavaliação Institucional: coordenador de polo;
- Instrumento Autoavaliação Institucional: tutor;
- Instrumento Autoavaliação Institucional: egressos;
- Instrumento Autoavaliação Institucional: usuários de serviços da Unit;
- Instrumento Autoavaliação Institucional: convênios de parceria e empresas/órgãos/instituições com vistas à empregabilidade.

Foi com base na análise dos resultados obtidos mediante a aplicação desses questionários que passei a entender como se materializa em uma instituição a cultura avaliativa. Para ter acesso aos resultados, além dos relatórios disponibilizados pela CPA, seja fisicamente ou por meio digital, no site da instituição, que passei a analisar as questões avaliadas e a quais eixos e dimensões estariam alinhadas. Este exercício me fez perceber o alinhamento entre o previsto na regulação e aquilo que é aplicado na prática.

Foi com base nesses documentos, que pude desenvolver em formato de infográfico²¹, buscando demonstrar de modo dialógico e interativo todos os quesitos que contemplam o instrumento de avaliação institucional aplicado pela Universidade Tiradentes e como estes estão organizados. Para tanto, basta passar o mouse sobre o título do eixo, no qual consta um *hiperlink*, que dará acesso ao detalhamento das perguntas elencadas. Os respectivos questionários também se encontram nos anexos deste trabalho, para aqueles que optarem por fazer a leitura em formato impresso.

²¹ Infográfico ou gráfico de informações é uma representação visual de informações ou dados, de modo que textos ganhem um visual explicativo e informativo associado a elementos não verbais, tais como imagens, sons, gráficos, hiperlinques.

Figura 11 – Infográfico de questionário aplicado para coordenadores de curso



Fonte: Comissão Própria de Avaliação.

Figura 12 – Infográfico de questionário de autoavaliação aplicado a Técnicos-Administrativos



Fonte: Comissão Própria de Avaliação.

Figura 13 – Infográfico de questionário de autoavaliação aplicado a Docentes



Como já dado a ler nas seções anteriores, as entrevistas mais uma vez puderam elucidar aspectos que os documentos por si só não esclareceram. Entender como se materializa e encontrar respostas para a elaboração ou atualização do questionário foi um dos aspectos investigados. Nas entrevistas com os representantes das coordenações, professores e demais membros da CPA, incluindo egressos, foi reiterada nas falas a existência de reuniões e até mesmo eventos em que os questionários aplicados eram pauta de discussões que buscavam avaliar como cada item que compõe os questionários poderia produzir conhecimentos que possibilitassem mensurar a qualidade dos serviços prestados pela instituição, fortalecer as relações de cooperação entre os diversos atores institucionais e tornar mais efetiva a vinculação dos resultados dos processos de autoavaliação com a comunidade.

Na fala da primeira presidente da CPA, já demonstrada no capítulo anterior, também foi relatada a necessidade de revisão das questões e, em especial, ser o formulário de autoavaliação muito longo, informação semelhante também foi identificada na fala do representante docente da área de exatas. É interessante notar que apesar das afirmações comuns os entrevistados participaram de diferentes composições da CPA e, apesar do marco temporal distinto, apontam a mesma necessidade.

Ao analisar a evolução do questionário, o que se identifica são mudanças muito pequenas e que não trazem grandes modificações ou otimização no número de questões. Refletir sobre isso me fez rememorar a minha participação em um desses momentos de revisão, no ano de 2013, que contou com a participação dos diferentes agentes envolvidos no processo de autoavaliação.

Esse processo foi iniciado justamente para atender ao novo ciclo da gestão da CPA durante a presidência da professora Doutora Andréa Karla Ferreira Nunes, que é orientadora deste trabalho, e ao Relatório de Autoavaliação do ano de 2013. Os encontros ocorreram no auditório do Bloco D, no Campus Farolândia, com cronograma de reuniões previamente divulgado. Participei como representante da então Diretoria de Graduação, lembro-me das discussões e, em especial, do grupo concluir, após alguns encontros e muitas discussões, a necessidade de manutenção das questões existentes, tendo em vista a dificuldade de avaliar cinco eixos e dez dimensões em um volume de questões menores que o implementado no documento.

Figura 14 – Reportagem de divulgação da realização da Avaliação Institucional

Comunidade acadêmica participa de Avaliação Institucional

De 1º a 15 de outubro, alunos, professores e colaboradores técnico-administrativo contribuirão para melhorias dos serviços ofertados pela Unit

© 2009-2013 ac.s0936

Compartilhe:



Entre os dias 1º e 15 de outubro, a comunidade acadêmica participará da Avaliação Institucional 2013. A ideia é proporcionar a estudantes, professores e colaboradores do corpo técnico-administrativo, da Universidade Tiradentes, um espaço para que possam apresentar suas opiniões em relação à infraestrutura, formação docente, das ferramentas envolvidas no

processo de ensino-aprendizagem e contribuir para potencializar e melhorar o serviço ofertado pela Unit. Na tarde desta segunda-feira, 30 de setembro, a Comissão Própria de Avaliação – CPA – lançou a campanha deste ano e reuniu no auditório do bloco D do Campus Aracaju Farolândia, o superintendente-geral do Grupo Tiradentes, professor Jo Roberto Uchôa Junior; o superintendente acadêmico Eduardo Peixoto; o procurador institucional e coordenador de Acreditação e Avaliação do Grupo Juliana Dias; o diretor adjunto de Graduação Evandro Duarte; e representantes de diversos setores da comunidade acadêmica.

A avaliação acontece a cada dois anos e é totalmente informatizada. Embora a Lei do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – Sinaes – esteja em vigor pelo Ministério da Educação desde 2004, a Unit já realizava avaliações institucionais desde o final da década de 90. “Pela lei do Sinaes 10.861/2004, o MEC orienta que toda a instituição tenha uma Comissão Própria de Avaliação. A Unit já tem esse histórico desde 1998 através da Comissão de Planejamento Tático e Estratégico que trabalha com o Programa de Avaliação Institucional Contínuo, ao qual é utilizado hoje pela CPA. Então a Avaliação Institucional nos ajuda a lapidar e melhorar aquilo que oferecemos. E quando a comunidade participa, ela entende que a opinião dela é considerada e essa participação gera resultados”, afirma o gerente do projeto Enade e Presidente da CPA da Unit, professora Andrea Karla Ferreira Nunes.

Os dados obtidos com a avaliação geram relatórios que a Comissão tem dois anos para analisar e elaborar plano de ação sob o qual executar projetos que ajudem a melhorar as fragilidades identificadas. “Fazemos reuniões com representantes dos alunos, professores, coordenadores, da Diretoria de Educação a Distância para apresentar esses resultados. É a partir desta apresentação que trabalhamos com o plano de ação. É possível dizer que há uma geração de resultados”, explica Andrea Karla.

Reunião sobre Avaliação Institucional reúne representantes de diversos setores da comunidade acadêmica

Reunião sobre Avaliação Institucional reúne representantes de diversos setores da comunidade acadêmica

Fonte: Portal Unit: <https://portal.unit.br/>.

Importante ressaltar que o movimento em relação à realização de eventos para discussão da avaliação foi amadurecido ao longo dos anos, sendo instituído o Fórum de Avaliação, evento que tem como objetivo promover debates sobre o cumprimento dos compromissos institucionais, assegurando a integração das dimensões propostas pelo Sinaes. Tal indicativo concretiza intenções da Unit na construção de uma cultura avaliativa ao passo que se materializa como uma estratégia importante de posicionamento e projeção da instituição, tanto no cenário local como nacional, uma vez que os eventos passaram inclusive a contar com a participação de membros do próprio Inep, a exemplo da assessora pedagógica da

Coordenação de Avaliação da Educação Superior da Daes/Inep, Ana Carolina Oliveira, que esteve na edição do ano de 2017.

Figura 15 – Divulgação da Realização do Fórum de Educação com temáticas voltadas à avaliação



Fonte: Portal Unit: <https://portal.unit.br/>.

Eventos como esse, associados a outras estratégias de comunicação utilizadas pela CPA, por certo fomentaram as discussões que pudessem favorecer um entendimento claro e preciso daquilo que é objeto e objetivo da avaliação. Ainda em relação aos questionários, o que fica perceptível é que não há dentro do marco temporal deste trabalho mudanças significativas. Para entender melhor este aspecto, busquei o entendimento de como os alunos desse período alcançavam essas mudanças e foi na fala de um deles que encontrei elementos importantes a serem destacados:

O processo de divulgação se dava por meio do Magister, bem como por meio do coordenador de curso que chegava a passar duas ou três vezes na sala de aula solicitando que os alunos respondessem à avaliação no período estipulado, alguns professores também disponibilizavam alguns minutos da aula para que os estudantes fizessem a avaliação. Muitos de nós não tínhamos internet ou até mesmo computadores em casa e esse tempo era pra quem precisasse pudesse utilizar a biblioteca ou os laboratórios para responder. Outro meio de divulgação eram os cartazes espalhados em vários lugares da instituição, lembro bem da biblioteca, corredores e mural de avisos. Lembro que quando a avaliação estava disponível, todas as vezes que acessava o Magister o questionário aparecia na página principal, o que dava a entender que era algo obrigatório a ser realizado. Outro aspecto é que a página do Magister ficava parcialmente bloqueada para outras funções enquanto o questionário de avaliação não era respondido. (Repres. aluna egressa, 2020).

A fala da aluna, egressa do ano de 2013, revela aspectos importantes, desde a mobilização feita pela coordenação do curso para que os alunos pudessem responder à autoavaliação, até mesmo o incômodo em relação aos *pop-up* que apareciam ao acessar o Magister lembrando o período da avaliação. Por certo, a estratégia de mobilização e divulgação da autoavaliação buscava garantir participação efetiva e é possível entender, por meio do relato, que havia de algum modo uma intenção de buscar alcançar os anseios sobre diferentes aspectos.

Foi perceptível ao longo da investigação uma mobilização ativa por parte das coordenações para engajamento da comunidade acadêmica, e por vezes incomôda, o que me fez refletir sobre como ocorre a mobilização para a participação dos egressos.

Há que se revelar que se a mobilização com alunos ativos no período de autoavaliação é desafiadora e de grande importância para uma Instituição de Ensino Superior, maior ainda é o desafio para o contato e engajamento com aqueles que já não mais estão nos corredores da IES e que colocam seus conhecimentos em prática enquanto profissionais, nem sempre ao alcance das instituições. Mas por que a participação de egressos? Respondo. Para que a IES possa refletir acerca da formação realizada, analisando os êxitos e seus eventuais problemas, visando sempre melhorias no ensino como um todo. Este é um item previsto nos Instrumentos de Avaliação que subsidiam os atos de credenciamento e credenciamento de instituições disponibilizados pelo Inep.

Conforme se observa no quadro a seguir, os indicadores que mensuram como as IES se comunicam e avaliam o desempenho dos seus egressos mudaram ao longo do período estudado, o que reforça a necessidade de constante reavaliação dos questionários.

Quadro 7 – Mudanças no indicador de avaliação de egressos pelo Instrumento de Avaliação

Instrumento	2010	2015	2017
Indicador	9.4. Acompanhamento de egressos e criação de oportunidades de formação continuada.	3.11 Política e ações de acompanhamento dos egressos. 3.12 Atuação dos egressos da IES no ambiente socioeconômico.	3.7 Política institucional de acompanhamento dos egressos
Conceito mínimo de qualidade	Quando existem mecanismos adequados para conhecer a opinião dos egressos sobre a formação recebida, tanto curricular quanto ética, para saber o índice de ocupação entre eles, para estabelecer relação entre a ocupação e a formação profissional recebida; além disso, a opinião dos empregadores dos egressos é utilizada para revisar o plano e os programas e existem atividades de atualização e formação continuada para os egressos.	Quando o plano de ação/ações institucionais previsto/implantado atende de maneira excelente à política de acompanhamento dos egressos. Quando as ações previstas/implantadas pela IES para verificação do egresso em relação à sua atuação profissional são excelentes, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: responsabilidade social e cidadania em que a IES está inserida, empregabilidade, preparação para o mundo do trabalho, relação com entidades de classe e empresas do setor.	A política institucional garante mecanismo de acompanhamento de egressos, a atualização sistemática de informações a respeito da continuidade na vida acadêmica ou da inserção profissional, estudo comparativo entre a atuação do egresso e a formação recebida, subsidiando ações de melhoria relacionadas às demandas da sociedade e do mundo do trabalho, e promove outras ações reconhecidamente exitosas ou inovadoras.

Fonte: Inep.

É relevante que se compreenda que o acompanhamento de egressos como sendo parte importante das avaliações institucionais reforça o entendimento da autoavaliação como um instrumento de diagnóstico, uma vez que este público em especial representa como a instituição está contribuindo com o desenvolvimento social por meio da prestação de serviço à sociedade. Reforça também os princípios que enfatizam a responsabilidade social da IES com a qualidade da educação superior. Em outras palavras, a avaliação das instituições de educação superior cumprem com o seu real propósito quando contam com a participação efetiva de toda a comunidade interna e, ainda, com a contribuição de atores externos do seu entorno. É assim que se revela e se constrói a identidade de uma cultura de avaliação que possibilita uma permanente atitude de tomada de consciência sobre sua missão, tal qual orienta o Sinaes.

É importante observar que apesar de existirem mudanças nos instrumentos de avaliação, entre os anos de 2010 e 2017 o indicador que trata dos egressos basicamente se mantém no que se refere à dimensão a ser avaliada. No ano de 2015 há um desdobramento do indicador, sem que nada de significativo fosse acrescentado para que fosse avaliado institucionalmente. Em 2017, com o atual instrumento vigente, novamente houve a integração e esse indicador é avaliado de forma integral.

É preciso compreender ainda que a dimensão avaliativa proposta pelo Sinaes ao que se refere diretamente ao egresso, tal como aponta o Instrumento de Avaliação Institucional e seus indicadores acerca da inserção profissional, mecanismos para conhecer a opinião dos egressos sobre sua formação, empregabilidade, atividades de atualização e formação, ao ouvir o egresso está na verdade avaliando a contribuição da instituição e sua contribuição para o desenvolvimento social.

O Sinaes sugere a existência de pesquisas ou estudos sobre os egressos e seus empregadores, na Universidade Tiradentes. Para atendimento a este requisito legal, o processo de autoavaliação, segundo Relatório de Autoavaliação Institucional, ocorre em parceria com o setor Unit Carreiras²², com o objetivo de colher informações em relação à empregabilidade e mobilidade daqueles que

²² Espaço disponibilizado pela Universidade Tiradentes aos alunos da graduação, pós-graduação e egressos com foco na capacitação profissional, no gerenciamento e divulgação de oportunidades profissionais e de estágios, na orientação individual ao plano de carreira e na interação social por meio das redes sociais.

concluíram seus cursos na Universidade Tiradentes, bem como subsidiar a autoavaliação acerca da formação oferecida.

Os instrumentos utilizados na autoavaliação institucional, aplicados a cada dois anos, buscam identificar a percepção dos diferentes segmentos que participam do processo a respeito da IES. Para aferição dos resultados é utilizada a escala *Likert*²³, com excessão do instrumento aplicado para egressos, conforme já relatado.

4.2.1 A autoavaliação na Universidade Tiradentes e os caminhos percorridos na institucionalização da cultura avaliativa

Ao se propor avaliar toda e qualquer instituição de ensino deve-se, em primeiro lugar, ter a clareza de onde se quer chegar, para alcance da sua intencionalidade e para que se estabeleça as bases da participação reflexiva dos que irão contar a história dessa instituição.

Em especial na autoavaliação institucional, deve-se levar em conta as reflexões que busquem respostas para perguntas cruciais deste processo e que permitam o entendimento de como mobilizar maior participação dos membros colegiados, estimulando discussão a respeito do processo avaliativo e da sua convergência para atender aos anseios da comunidade acadêmica. É, pois, a aplicação dos questionários que possibilita esta mensuração. Assim, parto para análise desses resultados e do tratamento dos dados.

Para o desenvolvimento da autoavaliação, a Unit adota uma metodologia alinhada a procedimentos exploratórios, ao trabalho de campo e aos métodos de análise de dados. Assim sendo, conforme já descrito anteriormente, cada respondente de um dos grupos que estão inseridos na autoavaliação pode indicar seu grau de satisfação em relação às perguntas propostas nos questionários. Existem ainda duas opções de resposta fora da escala, sendo elas:

- não conheço o aspecto avaliado;
- ou não utilizo o aspecto avaliado.

Destaco que, no percurso de análise dos resultados e do que foi apresentado nos relatórios de autoavaliação, chama atenção a visão de futuro e a projeção dos

²³ A escala Likert ou escala de Likert é um tipo de escala de resposta psicométrica usada habitualmente em questionários que permite diferentes níveis de intensidade da opinião nas respostas.

resultados alcançados, esta evidência foi verificada no relatório do ano de 2015, que destaca:

De acordo com os dados analisados, verifica-se que a comunidade acadêmica da Unit aponta o Eixo 2 - Desenvolvimento Institucional (as dimensões 1- a Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI e a 3- responsabilidade social da Instituição), além do eixo 4 – Políticas de Gestão como sendo aquelas onde se pode identificar os pontos mais fortes. As dimensões que durante a Autoavaliação Institucional (2013/2015) foram identificadas como pontos frágeis, foram trabalhadas com o intuito de sanar tais fragilidades, cuja estratégia foi o delineamento em Plano de Ação, com representação dos segmentos da instituição. Esse relatório fecha o ciclo de avaliação, visto que com a nota técnica nº 065/2014 os relatórios passam a ser submetidos anualmente, por meio do Sistema e-MEC, ao longo de um período de três anos. Contudo, por entender que o processo avaliativo é contínuo, a CPA ao fechar um ciclo avaliativo (2013/2014) já direciona seu olhar e suas ações para o acompanhamento do novo processo de avaliação que ocorrerá ao final do ano de 2015. Dessa forma, este relatório presta contas de um percurso avaliativo, ao tempo que se abre outro período de avaliação que irá acontecer ao final de 2015 e que será encerrado em 2018, com acompanhamentos de relatórios parciais nos anos seguintes, até o fechamento do ciclo. (RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO, 2015).

Ao observar as informações previstas no relatório em destaque, fiz a triagem dos dados, com ênfase para os itens que se repercutiram nos diferentes processos avaliativos nesses últimos relatórios. Para melhor compreensão, eles foram organizados no Quadro 8.

Na trajetória da pesquisa foi necessário organizar os dados, considerando dois indicadores que foram alinhados em: questões educacionais e metodológicas e de infraestrutura. Para os indicadores educacionais foram dados destaques as iniciativas de fortalecimento aos aspectos que envolvem ações e projetos de melhoria no âmbito do ensino, pesquisa e extensão, organização didático-pedagógica dos cursos e formação continuada docente. Para infraestrutura foram destaques rede wi-fi, salas de aula colaborativa, biblioteca, parque de laboratórios, espaços de convivência, acessibilidade e auditórios.

Quadro 8 – Indicadores educacionais apontados nos Relatórios de Autoavaliação 2013 - 2017

Educacionais	Evidências de atendimento
Desenvolvimento de ações e projetos de melhoria no âmbito do ensino, pesquisa e extensão	Ampliação dos grupos de iniciação científica e ligas acadêmicas.
	Monitorias remuneradas e voluntárias para todos os cursos de graduação.
	Fortalecimento dos projetos e programas de extensão junto aos cursos.
	Divulgação da Política de Apoio à participação de alunos e professores em eventos científicos externos (Programa de Auxílio tipo A, B e C).
	Formação, atração e fixação de pesquisadores.
	Implementação do Magister Mobile (aplicativo para <i>smartphone</i>), em que é possível consultar horário das aulas, notas e faltas, acessar material de aula e ainda abrir inúmeros protocolos.
	Aquisição de Chomebooks para utilização dos recursos de tecnologia em sala de aula.
	Ampliação de Editais com bolsas remuneradas para projetos de extensão.
Organização didático-pedagógica dos cursos	Criação de disciplinas voltadas à pesquisa e extensão nos currículos.
	Implementação do Programa de Integração de Calouros visando acolhimento aos discentes e demonstração dos diferenciais de qualidade dos cursos.
	Ampliação do Programa de Formação Complementar e de Nivelamento Discente, buscando sanar fragilidades no processo de ensino e aprendizagem apresentadas pelos discentes, com o objetivo de se evitar a evasão e reprovação.
	Implementação de metodologias ativas.
	Reestruturação de Currículos alinhados ao desenvolvimento de competências.
	Ampliação do uso de recursos audiovisuais e de multimídia em sala de aula.
	Melhorias no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) para atender necessidades das disciplinas <i>on-line</i> .
Reestruturação do modelo de avaliação e a mensuração dos pesos correspondente à prova contextualizada e medidas de eficiências.	

Formação Continuada Docente	Investimento em capacitações voltadas à aplicação de metodologias ativas a serem empregadas nas práticas docentes.
	Implementação de metodologias em favorecimento à aprendizagem utilizando-se de tecnologia.
	Oferta de bolsas para Mestrados e Doutorados Interinstitucionais – Minter e Dinter, além de bolsas para os programas da própria IES.
	Inserção da IES no Programa Google for Education e formação de professores embaixadores como multiplicadores no uso dos recursos de tecnologia.

Quadro 9 – Indicadores de infraestrutura apontados nos Relatórios de Autoavaliação 2013 - 2017

Infraestrutura	Evidências de atendimento
Rede de Wi-Fi	Utilização de equipamentos de informática com acesso à Internet de alta velocidade, simulações por meio de <i>softwares</i> específicos às áreas de formação.
	Aquisição de Chomebooks.
Salas de Aprendizagem colaborativa	Salas Google: espaço de aprendizagem colaborativa, resultado do estímulo da IES às inovações nas metodologias utilizadas no processo de ensino-aprendizagem.
Biblioteca	Biblioteca Inclusiva: espaço reservado para pessoas com necessidades especiais, que oferece aos alunos a Lupa Eletrônica de mesa, que é um equipamento que amplia textos, imagens e pequenas peças em qualquer TV, facilitando a leitura, escrita e trabalhos manuais por pessoas com baixa visão, representando, portanto, um excelente auxílio, na leitura de livros e trabalhos acadêmicos.
	Criação do Espaço do Professor, local destinado à pesquisa do docente e ao conhecimento de novas aquisições realizadas pela biblioteca.
	Ampliação do acervo físico e de acesso virtual.
Parque de laboratórios	Ampliação e reestruturação dos laboratórios quanto à atualização, manutenção dos equipamentos e softwares disponibilizados para as atividades do curso.

Acessibilidade	Melhorias implementadas relacionadas à acessibilidade e sinalização, no campus Aracaju Farolândia e nos campi de Estância, Itabaiana e Propriá, além dos Polos de Apoio Presencial.
Espaços de convívio	Disponibilização de locais para convívio entre discentes, docentes e funcionários técnico-administrativos. Reestruturação de toda infraestrutura de eletricidade para refrigeração das salas no Campus Estância.
Auditórios	Ampliação do número de auditórios em Aracaju e melhorias com o intuito de oferecer um ambiente ainda mais confortável e adequado aos discentes e docentes nos campi de Estância, Itabaiana e Propriá.

Fonte: Relatórios de Autoavaliação 2013 – 2017.

Mais uma vez busco entender como os alunos puderam visualizar as evidências. É possível observar ainda, na fala da entrevistada, informações sobre o olhar “punitivo” que os alunos também nutriam da autoavaliação, ao revelar:

Era importante notar, mesmo que nem sempre da forma como gostaríamos, as melhorias na unidade onde estudei. A avaliação era o canal direto para expor os anseios, principalmente no diz respeito à infraestrutura. Recordo que quando estudava as salas não tinham ar-condicionado e a quantidade de alunos era grande por turma e uma das principais queixas era a ausência do ar, então ouvi muito nos corredores “essa avaliação eu vou detonar.” (Repres. Aluna Egressa, 2021).

Os apontamentos trazidos pela entrevistada demonstram o quão desafiador é para uma instituição de ensino comunicar os resultados e evidências de um processo de autoavaliação. Em especial quando nem sempre é possível atender aos anseios da comunidade acadêmica de forma imediata. O exemplo trazido pela estudante, ao relatar as questões de infraestrutura, é uma dessas evidências, estavam previstas desde o relatório de 2013, entretanto é no ano de 2015 que se concretiza a instalação dos equipamentos de ar-condicionado para refrigeração das salas de aula.

Há que se destacar que os dois quadros apresentam insumos importantes que foram burilados pela instituição ao longo dos processos avaliativos e que, por certo, reverberaram em itens de destaque no processo de credenciamento institucional pelo qual passou a Unit no ano de 2018. Ao observar que o relatório do

ano de 2015 já faz referência ao ciclo avaliativo futuro, percebe-se a vanguarda da IES, que já se projetava a um novo ciclo de avaliação.

Outro fator de análise é o posicionamento da instituição ante os itens avaliados. Ao avaliar cada um dos indicadores previstos nas planilhas que seguem nesta seção, inventariei cada uma delas para que fosse possível descrever as ações que foram empreendidas pela IES tornando possível dar visibilidade aos resultados da autoavaliação. Essa visibilidade era impulsionada em campanhas como “Você pediu, a CPA Atendeu”.

Este, para além de ser um espaço de comunicação, foi o modo encontrado para divulgar, tanto para a comunidade interna, quanto para a comunidade externa, a forma como a Unit estava atendendo aos anseios daqueles que a escolheram como instituição formadora. Por certo, também é a oportunidade da instituição ganhar destaque social, uma vez ser uma instituição particular, com fins lucrativos, que precisa manter e ampliar sua base de alunos.

Essa comunicação ocorria em eventos institucionais, contando com a participação dos distintos setores, além de alunos e professores. Além dos eventos para comunicação, outra estratégia adotada era a divulgação por meio de material impresso como folders, cartazes, outdoors, entre outros.

Figura 16 – Lançamento de Campanha de Autoavaliação



Fonte: Acervo da Pró-reitoria de Graduação.

Figura 17 – Material de convite para a participação na autoavaliação institucional

Autoavaliação Institucional
Para ter conhecimento sem limites é preciso se conhecer.

Participe você também do próximo processo de Autoavaliação da Unit dando a sua opinião no período de 19 a 30 de setembro.

A Unit vem realizando processos sistemáticos de avaliação. Dentre eles, a Avaliação Interna que é realizada a cada dois anos, momento em que alunos, professores, coordenadores e funcionários técnico-administrativos opinam sobre diversos aspectos do trabalho desenvolvido na Instituição.

Com base nos resultados obtidos a Unit busca melhorar a qualidade do atendimento, a infraestrutura e, sobretudo, a formação oferecida a você, para torná-lo mais apto para o mundo do trabalho.

Avaliar é responsabilidade de todos e já faz parte do cotidiano da Instituição.

Sua opinião é fundamental para o aperfeiçoamento das atividades administrativas e pedagógicas desenvolvidas pela Unit.

Opine, colabore, avalie e construa conosco o seu projeto de vida.

Acesse o Portal Magister
Pelo site www.uunit.br
Comissão Própria de Avaliação – CPA

CPA COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO

Unit
UNIVERSIDADE TIRADENTES

0800 729 2100
www.unit.br

Campus Aracaju Centro
Rua Lagarto, 264, Centro - Aracaju/SE
CEP: 49010-390 | Telefax: (79) 3218-2100

Campus Aracaju Farolândia
Av. Murilo Dantas, 300, Farolândia - Aracaju/SE
CEP: 49032-490 | Telefax: (79) 3218-2100

Campus Estância
Travessa Tenente Eloy, s/n, Bairro Alagoas - Estância/SE
CEP: 49200-000 | Telefax: (79) 3522-3030

Campus Itabaiana
Rua José Paulo Santana, 1254, Bairro Sítio Porto - Itabaiana/SE
CEP: 49500-000 | Telefax: (79) 3431-5050

Campus Propriá
Praça Santa Luzia, 105, Centro - Propriá/SE
CEP: 49900-000 | Telefax: (79) 3322-2774

Você pediu, a Unit atendeu!

Fonte: Acervo da Pró-Reitoria de Graduação.

Figura 18 – Material de divulgação de resultados alcançados por meio das autoavaliações

Você respondeu e nós retribuimos. A Unit está cada dia melhor.

ASPECTOS PEDAGÓGICOS

- Realização de reuniões programadas com docentes, Colegiado de Curso e NDE.
- Definições de parcerias com órgãos e empresas com vistas à prestação de serviços e realização de estágio.
- Redimensionamento das disciplinas de práticas investigativas e extensionistas.
- Recepção dos ingressantes – Semana de Integração de Calouros.
- Realização de eventos e atividades complementares.
- Promoção de eventos para divulgar PPI e PFC.

COMUNICAÇÃO

- Identificação de espaços alternativos na mídia.
- Capacitação periódicas com a equipe do Call Center.
- Realização sistemática de verificação dos principais problemas ocorridos e sua resolução.
- Criação do novo layout para os murais.
- Implantação da intranet.

PESQUISA E INICIAÇÃO CIENTÍFICA

- Divulgação das atividades de iniciação científica.
- Divulgação dos eventos externos e internos.
- Avaliação permanente das ações desenvolvidas nas disciplinas de Práticas Investigativas.
- Divulgação da Política de Apoio à participação de alunos e professores em eventos científicos externos.

LABORATÓRIOS

- Ampliação do número de máquinas com acesso a internet, para uso dos alunos.
- Disponibilização de computadores em pontos de grande movimento na Instituição, com acesso a internet.
- Realização periódica da manutenção e supervisão preventiva dos equipamentos.
- Divulgação da política de utilização dos laboratórios.
- Levantamento anual das necessidades de manutenção dos laboratórios.
- Normatização das visitas regulares dos docentes aos laboratórios através de ação programada no Plano Individual de Trabalho (PIT).
- Desenvolvimento do plano de implantação de novos laboratórios de modo a atender às necessidades dos cursos por área de conhecimento.

ATENDIMENTOS PRESTADOS

- Divulgação entre os discentes da relevância das bolsas de Monitoria para sua formação.
- Avaliação das formas de atendimento e integração dos discentes à vida acadêmica.
- Elaboração de instrumentos que possibilitem trazer um perfil socioeconômico e cultural dos discentes como forma de orientar as políticas institucionais voltadas a este segmento.
- Sinal wireless em todos os campi.

BIBLIOTECA

- Consolidação da Política de Aquisição e Atualização do acervo.
- Ampliação da frequência à biblioteca, através do estímulo aos professores para que estes realizem atividades neste espaço.
- Levantamento das necessidades em termos de espaços físicos e materiais de estudo já disponibilizado.
- Divulgação da Política de Aquisição e Atualização do acervo no Portal, nas aulas inaugurais e nas visitas dos coordenadores às salas de aula.
- Implantação da Biblioteca virtual.

POLÍTICA DE EXTENSÃO E RESPONSABILIDADE SOCIAL

- Elaboração do Balanço Social da Unit.
- Divulgação das ações de extensão.
- Promoção de eventos no Memorial de Sergipe, como forma de divulgar o espaço.
- Avaliação permanente das ações desenvolvidas nas disciplinas de Práticas Extensionista.

Fonte: Acervo da Pró-Reitoria de Graduação.

Observa-se com o material apresentado que a instituição faz um “acerto de contas” com aqueles que a avaliam. Não à toa o apelo expresso em todo material da campanha. Frases como “Você pediu, a Unit Atendeu!” ou ainda “Você respondeu e nós retribuímos” nos dão a entender a necessidade da instituição em estar próxima àqueles que são a razão de ser do processo avaliativo e que fazem a cultura avaliativa se materializar.

Para além desses momentos, encontros permanentes ocorriam com o intuito de aproximar a CPA da comunidade acadêmica.

Figura 19 – Encontros para divulgação dos resultados promovidos pela CPA



Fonte: Acervo Pró-Reitoria de Graduação.

Para além das avaliações, os princípios e valores defendidos pela Universidade Tiradentes estão diretamente relacionados ao compromisso da IES em cumprir sua missão, isto é, a garantia de boa qualidade de ensino para os cidadãos que adquirem os serviços educacionais por ela oferecidos.

São exemplos de destaque nas campanhas o investimento na implantação da tecnologia *wireless* em todos os outros campi (Aracaju Centro; Estância; Itabaiana e Propriá) e em espaços de práticas como a Clínica de Psicologia e o Laboratório Central de Biomedicina, que não estão abrigados em nenhum dos *campi*. Com esta

iniciativa, o acesso à internet sem fio foi facilitado e favoreceu a outros projetos da instituição, em especial aqueles que previam o fomento ao uso de tecnologias em sala de aula, assim como o Google for Education, que possibilitou acesso a diferentes ferramentas e drive ilimitado para o armazenamento de arquivos nas nuvens, proporcionando uma maior interação entre alunos e professores como o *classroom* e *forms*. A partir desses recursos, estudantes podem realizar trabalhos de forma colaborativa com os *docs* e *hangouts*, dentre outras funcionalidades.

Tal empreendimento trouxe destaque para a Universidade Tiradentes, que se tornou a primeira instituição a ser reconhecida como referência pelo Google desde o ano de 2016. Esse *know-how* potencializa a Universidade Tiradentes a estabelecer estratégias e dispositivos de suporte a docentes e discentes com vistas a fortalecer suas habilidades pedagógicas e tecnológicas. A parceria possibilitou que a instituição ampliasse o investimento em capacitação e certificação para docentes e alunos que tornaram-se multiplicadores.

Por certo esse investimento também favoreceu a instituição a virtualizar as atividades no período de pandemia desenvolvendo amplo programa de formação docente intitulado “Programa de Formação Docente na Era Digital”, iniciado em março do ano de 2020. O desenho instrucional para formalizar as ações acadêmicas em plataforma digital foi organizado em momentos síncronos e assíncronos. No rol de atividades, o cronograma de capacitações visou ampliar as habilidades necessárias dos docentes, a fim de garantir o sucesso do processo de ensino e aprendizagem. Na programação todo o quadro docente teve acesso às seguintes atividades:

- **Rodas de conversa:** voltadas para competências socioemocionais: autocuidado, abertura ao novo, autogestão, resiliência emocional e engajamento com os outros temas de relevância no contexto de virtualização de atividades;
- **Relatos de experiências:** momento de trocas e diálogo entre professores que compartilham boas práticas para condução de uma aula virtualizada;
- **Oficinas:** vivências práticas sobre as principais ferramentas Google e estratégia pedagógica para garantir o sucesso acadêmico.

Todo o cronograma de formação e capacitações para o corpo docente da IES

contemplou ainda:

- Curadoria de conteúdos;
- Trilha de aprendizagem;
- Uso das funcionalidades do Google for Education;
- Uso da Biblioteca Virtual;
- APS - Estudo Dirigido;
- Competências socioemocionais;
- Orientação aos estudantes (ativação de conta e acesso ao Google sala de aula);
- Acessibilidade (auditiva, baixa visão); entre outros.

Destaca-se também que foram criados canais de comunicação pelos quais docentes e discentes podem ter suporte por meio do Google Classroom (funcionalidade do Google for Education) para troca de informações, dificuldades e oportunidades de melhoria. Tais ações demonstram a *expertise* da Unit, uma vez ser referência mundial no Google For Education.

Sobre este aspecto, é importante destacar o acompanhamento da CPA e o seu monitoramento ao processo de virtualização das atividades em período de pandemia. Por não ser objeto central da tese que sustenta este trabalho, não aprofundarei tais discussões, sendo citado apenas para respaldar o trabalho da CPAe, como já relatado aqui, como as ações implementadas, frutos das autoavaliações, puderam reverberar positivamente no atual contexto.

Todo esse investimento em tecnologia se alinha a outros aspectos observados na autoavaliação, a exemplo daqueles que estão alinhados à formação continuada docente, também fruto dos resultados da autoavaliação e que reverberaram em projetos futuros, como a criação do Núcleo de Desenvolvimento Docente (NDD), responsável por liderar os processos de formação continuada, além deste, o recém-criado Modelo Acadêmico Tiradentes também responde aos insumos mensurados nas autoavaliações, em especial no viés de formações, revisões curriculares alinhadas à modelagem por competências, metodologias ativas e projetos focados na educação para o século XXI.

Nota-se que o Modelo Educacional Tiradentes também se alinha à autoavaliação ao propor novos paradigmas que norteiem as atividades acadêmicas e as diretrizes e políticas que fortaleçam a aprendizagem, a gestão dos cursos e também o fortalecimento da cultura de avaliação para o processo de melhorias contínuas.

Observem que o projeto, conforme descrito pela IES, se estrutura nos itens previstos e mensurados na planilha aqui apresentada, com destaque para quatro pilares de sustentação:

- Formação docente – com foco centrado nos estudantes e nas melhores estratégias educacionais;
- Indicadores Acadêmicos – metodologia de medição, metas, limites inferiores e superiores;
- Modelagem Curricular – mapeamento da integração entre perfil profissional, competências, bloco de saberes e práticas pedagógicas;
- Gestão de Aprendizagem – estabelecimento dos processos para controle e melhoria contínua no Modelo Educacional Tiradentes.

É importante mais uma vez tensionar que há uma intencionalidade por parte da Instituição com a divulgação dos resultados das autoavaliações e com projetos institucionais desta envergadura. O papel da CPA, neste sentido, é protagonizar e sistematizar as avaliações internas, fomentando a melhoria do fazer político-pedagógico para que as mudanças e a construção contínua de se criar cultura de avaliação possa de fato se concretizar.

Primar pela qualidade institucional, além de subsidiar insumos que sirvam para a gestão acadêmica, não é tarefa fácil, tendo em vista todo o processo privilegiado de ação-reflexão.

Os fios que tecem tal reflexão foram tomados por tudo que vivi, quando inserida no processo de autoavaliação, seja como agente que avalia, ou seja, como aquele que estuda e busca compreender mais e melhor sobre o tema, buscando sempre legitimar o previsto no regulatório com aquilo que se pratica e se interpretado processo avaliativo.

Por fim, volto minha atenção para esclarecer que entendo e defendo a ideia de que a autoavaliação antecipa de forma intencional a construção do que ao longo

do texto denominei de “eu protagonista” e, por conseguinte, fomenta uma cultura avaliativa na Universidade Tiradentes em busca dos padrões de qualidade definidos em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), este é um esforço para lançar-se e materializar a Instituição em posição de destaque no Nordeste.

5 ÚLTIMAS PALAVRAS

Avaliar coletividades e instituições significa aclarar e tornar públicas informações sobre seu funcionamento, a partir de dados objetivos e do contraste e triangulação das percepções que têm os diferentes participantes nela. (SACRISTÁN; GOMEZ, 1998, p. 265).

Faço uso das palavras de Sacristán e Gomez (1998) para refletir sobre o percurso que me touxe ao registro das últimas palavras deste trabalho.

Há um espelho retrovisor em que horas me vejo envolvida teoricamente e, neste sentido, aqui fala a pesquisadora. Por vezes, também me lembro do indivíduo que avalia e é avaliado, e aqui fala o “eu protagonista”.

Ao longo da escrita fui conduzida pelas memórias do meu percurso profissional e pela motivação que a temática da avaliação me proporciona. Aclarar os conceitos e fazer o convite à reflexão sobre tema da autoavaliação é motriz desta trajetória.

Há, por certo, a intenção de se construir um pensamento sistêmico para a avaliação da educação superior que possa subsidiar aos interessados na temática da autoavaliação, práticas de gestão qualificadas e alinhadas ao que prevê a Lei 10.861/2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), definindo objetivos e finalidades no processo avaliativo. E, para além disso, que possa construir uma cultura avaliativa.

Ao afirmar que cada instituição de ensino superior, pública ou privada, constituirá Comissão Própria de Avaliação (CPA), a Lei 10.861/2004 alça a CPA ao papel de protagonista, uma vez ser essa Comissão a responsável por responder como gestora e fonte de informação, tornando-se responsável pela condução dos processos de avaliação internos.

Nota-se assim a posição política e estratégica atribuída à CPA. A referida Lei assegura ainda a atuação autônoma da Comissão perante os demais conselhos e órgãos colegiados existentes na IES, o que demonstra o seu protagonismo. Torna-se, desta forma, um espaço independente dentro do organograma de uma IES, conta-se em sua composição com a participação de representantes da comunidade acadêmica e da sociedade civil, o que se revela em uma posição privilegiada pelo acesso de informações sobre o cotidiano administrativo e pedagógico, dotado de legitimidade para subsidiar as informações que promovam tomadas de decisões.

Ao longo da pesquisa, apreendo que os relatórios de autoavaliação são tomados como canais que fomentam a construção de uma memória avaliativa e de uma cultura avaliativa focada em mecanismos que possibilitam um autoconhecimento.

Ao aclarar os conceitos que sustentam este trabalho, senti a necessidade de buscar, nos indivíduos que viveram a institucionalização da autoavaliação na Universidade Tiradentes, nas memórias dos alunos, professores e funcionários, aquilo que os relatórios e a regulação não puderam me revelar. Foi assim que preenchi as lacunas que a documentação não pôde responder. Pelo exercício da rememoração, as entrevistas concedidas tornaram-se documentos, fontes importantes na escrita deste trabalho e que trouxeram o desafio e a necessidade de adaptação, uma vez que no período em que elas estavam ocorrendo entramos em situação de calamidade pública, em virtude da pandemia de Covid-19.

Toda pesquisa nasce de um incômodo, de uma provocação, e assim sendo, a Avaliação Institucional é entendida, neste trabalho, como um processo que produz e promove sentido e que permite a triangulação de diferentes percepções, tendo os sujeitos envolvidos no processo um instrumento coletivo para além da visão de expiação e exclusão, delineador de reflexão sobre os caminhos da Educação Superior e da própria IES. Assim, na medida do possível, o presente trabalho tenta contribuir com o cenário atual da avaliação da Educação Superior, sobretudo com o tema da autoavaliação.

De maneira intencional ao longo da escrita e por ter certeza da sua incompletude, tendo em vista a vasta oportunidade para aprofundamento, busquei alçar a avaliação instituída pelo Sinaes e estimular que outros estudos ou, ainda, o delineamento de novos objetos, a partir do que foi proposto nesta tese, pudessem frutificar de agora em diante.

Para além de aspectos regulatórios, como a institucionalização da Comissão Própria de Avaliação (CPA) no ano de 2004, até que os primeiros resultados fossem divulgados, a Unit traçou um longo percurso para que, de forma intencional, pudesse alcançar os padrões de qualidade definidos em seu PDI. Ao autorregular-se, se projetou ao futuro, vindo, ao longo desse percurso histórico, a reafirmar sua cultura avaliativa como sendo uma ferramenta capaz de subsidiar ações assertivas tanto aos aspectos pedagógicos, quanto ao que se refere aos aspectos administrativos.

Ter como objeto a autoavaliação institucional aguça meu o olhar para o cotidiano da instituição, seus reflexos e nuances são plurais e nisso reside sua maior riqueza, pois permite valorizar ainda mais o percurso do processo avaliativo e o que dele pode ser alcançado.

É certo que, ao tratar de avaliação, seja dos conceitos que envolvem a avaliação da aprendizagem ou a avaliação institucional, existe sempre a possibilidade de associação ao entendimento que nos aproxime de poder, punição, ações autoritárias, foi assim que esses conceitos historicamente se contituíram. Entretanto, atualmente, entender o seu contexto histórico, político e social se torna necessário para que se compreenda o enredo da autoavaliação, seus processos e como estes se configuram na contemporaneidade. Enfim, é necessário contruir novos conceitos a partir de um novo tempo.

A autoavaliação oportuniza que as instituições diferenciem-se entre si, uma vez que, à luz do marco regulatório, podem desenhar seu próprio modelo e, a partir dele, utilizar os resultados dos processos como mecanismos diferenciados da promoção da qualidade, fazendo com que o espaço avaliativo possa contribuir com a cultura avaliativa.

Para chegar a tais conclusões pude sistematizar pelo percurso orientado pelo objetivo geral desta tese, que me permitiu analisar como os relatórios aplicados pela Comissão Própria de Avaliação, por meio da autoavaliação institucional no período de 2013 a 2017, se traduziram em uma cultura avaliativa. A partir disso, cada seção foi delineada para que a tese que sustenta este trabalho pudesse se confirmar.

Com efeito, a partir do percurso que buscou descrever como a CPA é instruída no âmbito da legislação nacional, bem como conceitos da temática e, ainda, como se materializa e ocorre a articulação entre os resultados das autoavaliações nos processos de planejamento no âmbito da gestão acadêmica, me foi possibilitado interpretar como o trabalho desenvolvido pela Comissão Própria de Avaliação contribui para uma cultura avaliativa de autoconhecimento da IES.

Foi possível confirmar que a tese que orienta o trabalho se fundamenta no entendimento de que a CPA, como diretriz estabelecida pelo MEC e política institucional, conduz o processo avaliativo da IES a um autoconhecimento institucional, fornecendo dados para um planejamento estratégico e construção de uma cultura avaliativa que promova os valores partilhados pela comunidade

acadêmica ao fazer a triangulação dos dados e evidenciar os movimentos delineados na autoavaliação.

Por fim, reafirmo a Comissão Própria de Avaliação (CPA) como órgão impulsionador da gestão e do planejamento estratégico que fomenta, junto aos demais atores envolvidos na avaliação, a construção da cultura avaliativa.

Assevero ainda que trazer em pauta a avaliação como eixo de discussão neste trabalho requereu um processo de reflexão para que fosse possível ressignificar o conceito, que se afaste da visão punitiva deste ato e para que se entenda o processo avaliativo de uma IES como um instrumento para gestão qualificadora e para fomento da cultura de avaliação. Dito isso, volto a defender a ideia expressa ao longo desta tese de que avaliar pressupõe a necessidade de se compreender uma instituição de ensino a partir do seu projeto institucional, da sua identidade e dos conceitos que ela defende, tendo como finalidade a tomada de decisão, assim como dado a ler neste texto.

Destarte, estamos revelando a trajetória avaliativa de uma instituição de ensino particular que investiu na formação de equipes e em infraestrutura para que a autoavaliação fosse realidade, isso me faz crer na credibilidade dessa instituição com os indicadores de qualidade do processo e com a construção de uma identidade de cultura avaliativa, iniciada nos idos dos anos 90.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Nelson Lambert de. **Autoavaliação a partir da ótica dos gestores de uma instituição de ensino superior**. 2014. 180 f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.
- ANTONELLO, Otávio Borsa. **Sistema de Avaliação Institucional da Faculdade São Francisco de Assis: uma abordagem com base no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior-Sinaes: Lei 10.861/04**. (Mestrado em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.
- AUGUSTO, Rosana. **A auto-avaliação institucional na visão dos coordenadores das Comissões Próprias de Avaliação das Instituições de Ensino Superior de Campinas**. 156 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2007.
- BALZAN, N. C.; DIAS SOBRINHO, J. (org.). **Avaliação institucional: teoria e experiências**. São Paulo: Cortez, 2000.
- BOTELHO, Arlete de Freitas. **Intencionalidades e efeitos da autoavaliação institucional na gestão de uma universidade multicampi**. 2016. 381 f., il. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2016.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O Que é Educação**. 33. ed. SP: Brasiliense 1995. (Coleção Primeiros Passos).
- BRASIL. **Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: MEC, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm Acesso em: 26 set. 2019.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE. Secretaria do Ensino Superior. **Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras - PAIUB**. Brasília, 1993.
- BRASIL. Ministério da Educação. INEP. **SINAES: da concepção à regulamentação**. 5. ed. revisada e ampliada. Brasília: INEP, 2009.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Lei n.º 10.861, de 14 de abril de 2004**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/10.861.htm. Acesso em: 26 set. 2019.
- BRASIL/MEC. **Portaria nº 92**: evidenciou a necessidade de se utilizar os relatórios e avaliação interna como informações para as conclusões das avaliações in loco. 2014.

BRASIL. **Lei n. 9.131, de 24 de novembro de 1995**. Altera dispositivos da Lei n.º 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e dá outras providências. Disponível em: http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/l9131_95.htm. Acesso em: 16 jul. 2020.

CARVALHO, Erivanio da Silva. **Comissões Próprias de Avaliação: controle ou emancipação?**. 2009. 129 f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

CAVALCANTE, Jorge Henrique Mariano. **O processo de auto-avaliação institucional do sistema nacional de avaliação da educação superior - SINAES como ferramenta de gestão Estratégica nas IES: um estudo de caso**. Dissertação (Mestrado em Gestão Empresarial) – FGV - Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2006.

CHAUI, M. “Janelas da Alma, espelho do Mundo.” *In*: AGUIAR, F. *et al.* **O Olhar**. São Paulo: Companhia das Letras. 1988.

COELHO, Ildeu Moreira. Avaliação Institucional na Universidade Pública. *In*: DIAS SOBRINHO, José; RISTOFF, Dilvo I. (org). **Universidade desconstruída: avaliação institucional e resistência**. Florianópolis: Insular, 2000, p. 59-72.

CUNHA, Débora Alfaia da. **Avaliação da educação superior: condições, processos e efeitos da autoavaliação nos cursos de graduação da UFPA**. 2010. 354 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

CUNHA, Luiz Antônio. **Nova reforma do ensino superior: a lógica reconstruída**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 101, p. 20-49, jul. 1997.

CUNHA, M. I. O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES): a autoavaliação como condição emancipatória. *In*: CUNHA, M. I. (org.). **Formatos avaliativos e concepção de docência**. Campinas: Autores Associados, 2005. p. 201-213.

DIAS SOBRINHO, J. (org.). **Avaliação institucional da UNICAMP: processo, discussão e resultados**. Campinas: UNICAMP, 1994.

DIAS SOBRINHO, J. **Avaliação: políticas educacionais e reformas da educação superior**. São Paulo: Cortez, 2003.

DIAS SOBRINHO, José. **Universidade e avaliação: entre a ética e o mercado**. São Paulo: Insular, 2002.

DIAS SOBRINHO, José. **Qualidade, avaliação: do Sinaes a índices**. Avaliação, Campinas; Sorocaba, v. 13, n. 3, p. 817-825, nov. 2008. Disponível em: . Acesso em: 19 fev. 2021

DIAS SOBRINHO, J. **Avaliação e transformações da educação superior brasileira (1995-2009): do Provão ao SINAES**. Avaliação, Campinas, v. 15, n. 1, p. 195-224, mar. 2010. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cpa/periodicos/revista-avaliacao-da-educacao-superior>

2010/AVALIACaOETRANSFORMACOES_ArtigoRevAval2010_v15n1a11.pdf.
Acesso em: 14 out. 2017.

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação como instrumento da formação cidadã e do desenvolvimento da sociedade democrática: por uma ético-epistemologia da avaliação. *In*: RISTOFF, Dilvo; ALMEIDA JÚNIOR, Vicente de Paula (org.). **Avaliação participativa: perspectivas e desafios**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2005. 240 p. (Coleção: Educação superior em debate, v. 1).

DIAS SOBRINHO, José. **Avaliação institucional: teorias e experiências**. 5. ed. São Paulo: SP, Cortez, 2011.

DIAS, Tereza Cristina. **Auto-Avaliação no ensino superior: uma análise comparativa do processo realizado em uma instituição pública e em uma instituição privada**. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2007.

FERREIRA, Alexandra. **Autoavaliação institucional: a realidade da CPA na prática do SINAES**. 2014. 109 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Belém, 2014.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas "estado da arte". **Revista Educação & Sociedade** [online]. 2002, v. 23, n. 79, pp. 257-272. ISSN 0101-7330. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302002000300013>. Acesso em: 19 out. 2017.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões**. 25. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

GALDINO, M. N. D. **A autoavaliação institucional no ensino superior como instrumento de gestão**. 2012. Disponível em: http://www.unigranrio.com.br/_docs/cpa/autoav-inst-ensino-sup-instr-gestao-mary-galdino.pdf. Acesso em: 20 jul. 2019.

GIMENES, Nelson Antonio Simão. **Um estudo meta-avaliativo de uma experiência de autoavaliação em uma Instituição de Educação Superior**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade**. 20. ed. Porto Alegre: Mediação, 2003.

INEZ, Ana Marta Aparecida de Souza. **Avaliação da educação superior: experiências e vozes docentes em uma análise de políticas e práticas**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, 2007.

KÖNIG, E. H. **A defesa de uma cultura avaliativa**. Cadernos Cenpec. São Paulo, v.1, n.3, p. 80-89, jan./jun. 2007.

LARA, Marcos Rodrigues de. **Avaliação institucional: em busca de um currículo crítico-emancipatório em construção.** 2007. 234 f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições.** 15. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MAGALHÃES, J. P. Breve apontamento para a história das instituições educativas. *In: SANFELICE, J. L.; SAVIANI, D.; LOMBARDI, J. C. História da Educação: perspectivas para um intercâmbio internacional.* Campinas: Autores Associados; HISTEDBR, 1999. p. 67- 72.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. **Tecendo nexos: história das instituições educativas.** Bragança Paulista/SP. Editora Universitária São Francisco, 2004.

MENEZES, Ângela Maria de. **Autoavaliação como instrumento de gestão na educação superior: o caso do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.** 2012. 175 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

NASCIMENTO, Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho do. **Inventário para a Produção de uma investigação e a História da Educação no Brasil.** *In: BERGER, Miguel André (Org.). A pesquisa educacional e as questões da educação na contemporaneidade.* Maceió, EDUFAL, 2010.

QUEIROZ, Kelli Consuelo Almeida de Lima. **Eu avalio, tu avalias, nós nos auto-avaliamos?: a experiência da Unidade Universitária de Ciências Sócio-Econômicas e Humanas – UnUCSEH/UEG com a auto-avaliação proposta pelo SINAES.** 2008. 177 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

RETZ, Raquel de Godoy. **Participação, reflexão crítica e movimento no processo avaliativo do SINAES: entrevistas com membros de comissões próprias de avaliação sobre a auto-avaliação institucional.** 2007. 134 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

SAIS, Rafael Martins. **Avaliação institucional numa Universidade Multicampi: Diálogos, tensões e interfaces com o Planejamento,** 2017. Dissertação (Mestrado em Gestão Educacional) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Unisinos, 2017.

SACRISTÁN, J. G.; GOMEZ, A.I. P. **Compreender e transformar o ensino.** 4. Ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 1998.

SANTANA, Margarida Conceição Cunha. **Avaliação institucional, as relações de saber e poder na universidade: Regulação e Auto-avaliação.** 2007. 114 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, GOIÂNIA, 2007.

SILVA Cunha, Kátia; Macedo Gomes, Alfredo. **O discurso da avaliação institucional trajetória articulada no campo das políticas educacionais: um**

estudo de caso. 2011. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

TOGNARELLI, Vanda Rutkowski. **Entre sombras e luzes da baixada:** a construção da escola pública. São Paulo: Lúmen, 1997.

TOGNARELLI, Vanda Rutkowski. **Avaliação Institucional:** do processo construído á vivência do SINAES – a consolidação do sujeito coletivo institucional. São Paulo: Terracota, 2012.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Roteiro da Entrevista (1) – Presidente da Comissão Própria de Avaliação



UNIVERSIDADE TIRADENTES – UNIT
 PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPED
 DOUTORADO EM EDUCAÇÃO

PESQUISA: COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO: LEGISLAÇÃO, AUTOAVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO PARA GESTÃO NA UNIVERSIDADE TIRADENTES – (UNIT)

PESQUISADORA: Michelline Roberta Simões do Nascimento

ORIENTADORA: Profa. Dra. Andréa Karla Ferreira Nunes

DADOS PESSOAIS:

FUNÇÃO QUE OCUPA NA INSTITUIÇÃO:

FORMAÇÃO ACADÊMICA (GRADUAÇÃO E ÚLTIMA FORMAÇÃO):

CURSO (OS) VINCULADO A INSTITUIÇÃO:

ANO DE INGRESSO NA UNIT:

QUESTIONAMENTOS:

- 1- Em que pese a autonomia da CPA perante os demais órgãos e setores da IES, como é instrumentalizado o questionário aplicado para autoavaliação?
- 2- Como ocorre a sensibilização da comunidade acadêmica para participação na autoavaliação institucional?
- 3- É possível afirmar que o processo de autoavaliação fortalece a gestão, bem como favorece ao autoconhecimento da IES? De que forma isso se concretiza?
- 4- Como se consolida o Relato Institucional?
- 5- Como estão estruturadas as fases do processo de autoavaliação?
- 6- Como são selecionados os representantes da Comissão?
- 7- Você considera que a comunidade acadêmica reconhece a atuação da CPA?
- 8- Como se dá a divulgação dos resultados dos processos avaliativos conduzidos pela CPA?
- 9- Como são tratados os dados colhidos no processo de autoavaliação?
- 10- Existe uma agenda de trabalho previamente estabelecida para as ações a serem desenvolvidas pela CPA?

11-Quais são os maiores desafios da CPA?

APÊNDICE B – Roteiro da Entrevista (2) – Representante Docentes, Discentes e Técnicos Administrativos



UNIVERSIDADE TIRADENTES – UNIT
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPEd
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO

PESQUISA: COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO: LEGISLAÇÃO, AUTOAVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO PARA GESTÃO NA UNIVERSIDADE TIRADENTES – (UNIT)

PESQUISADORA: Michelline Roberta Simões do Nascimento

ORIENTADORA: Profa. Dra. Andréa Karla Ferreira Nunes

DADOS PESSOAIS:

FUNÇÃO QUE OCUPA NA INSTITUIÇÃO:

FORMAÇÃO ACADÊMICA (GRADUAÇÃO E ÚLTIMA FORMAÇÃO):

CURSO (OS) VINCULADO A INSTITUIÇÃO:

ANO DE INGRESSO NA UNIT:

QUESTIONAMENTOS:

- 1- Como se deu o convite para participar da CPA?
- 2- Você considera que a comunidade acadêmica reconhece o trabalho da CPA?
- 3- Em que pese a autonomia da CPA perante os demais órgãos e setores da IES, como é instrumentalizado o questionário aplicado para autoavaliação?
- 4- Como ocorre a sensibilização da comunidade acadêmica para participação na autoavaliação institucional?
- 5- Quais são os maiores desafios da CPA?

APÊNDICE C – Roteiro da Entrevista (3) – Representante da Sociedade Civil



UNIVERSIDADE TIRADENTES – UNIT
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPEDE
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO

PESQUISA: COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO: LEGISLAÇÃO,
AUTOAVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO PARA GESTÃO NA UNIVERSIDADE
TIRADENTES – (UNIT)

PESQUISADORA: Michelline Roberta Simões do Nascimento

ORIENTADORA: Profa. Dra. Andréa Karla Ferreira Nunes

DADOS PESSOAIS:

FUNÇÃO QUE OCUPA NA INSTITUIÇÃO:

FORMAÇÃO ACADÊMICA (GRADUAÇÃO E ÚLTIMA FORMAÇÃO):

CURSO (OS) VINCULADO A INSTITUIÇÃO:

ANO DE INGRESSO NA UNIT:

QUESTIONAMENTOS:

- 1- Como se deu o convite para participar da CPA?
- 2- Você considera que a comunidade acadêmica reconhece o trabalho da CPA?
- 3- Em que pese a autonomia da CPA perante os demais órgãos e setores da IES, como é instrumentalizado o questionário aplicado para autoavaliação?
- 4- Como ocorre a sensibilização da comunidade acadêmica para participação na autoavaliação institucional?

ANEXOS

Figura 11 – Infográfico de questionário aplicado para coordenadores de curso

Questionário 1**Coordenador de curso presencial****Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional**

Importância e funcionalidade das avaliações internas (Avaliação Nominal Docente e da Gestão Acadêmica, e Avaliação Institucional).
Divulgação dos resultados (Avaliação Nominal Docente e da Gestão Acadêmica, e Avaliação Institucional) e ações implementadas na comunidade acadêmica.

Eixo 2: Desenvolvimento Institucional

Apresentação e divulgação da Missão Institucional.
Apresentação e divulgação do Projeto Pedagógico Institucional (PPI) direcionado à comunidade acadêmica.
Apresentação e divulgação do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).
Incentivo à preservação da memória cultural.

Eixo 3: Políticas Acadêmicas

Comprometimento/participação dos professores que fazem parte do Núcleo Docente Estruturante (NDE) nas principais decisões do curso.
Comprometimento/participação dos professores que fazem parte do Colegiado nas principais decisões do curso.
Participação docente nas decisões do curso, sobretudo na revisão e implementação do PPC.
Política de Monitoria adotada pela Instituição no âmbito do curso.
Política de aquisição e atualização do acervo bibliográfico indicado nas disciplinas do curso.
Clareza nas informações e atualização dos meios de comunicação interna adotados pela Instituição (murais, manuais, cartazes, banner, portal, mídias internas etc.).
Contribuição da disciplina Práticas de extensão (Práticas Extensionistas) para a formação do aluno.
Estímulo da IES às atividades de extensão no âmbito do curso.
Divulgação das atividades de pesquisa/iniciação científica (Pibic/CNPq, Probic, Provic, Pibiti, Semex, Sempesq) por parte da instituição.

Clareza nas informações e atualização dos meios de comunicação externa adotados pela Instituição (outdoor, site, campanhas de divulgação, Mídias Sociais etc.).
Contribuição das disciplinas Práticas de Pesquisa, Projetos Integradores ou Práticas Investigativas para a formação do aluno.
Estímulo da IES às atividades de pesquisa/iniciação científica no âmbito do curso.
Contribuição da política de fomento (publicações, bolsas, auxílios e etc) para o desenvolvimento da pesquisa no curso

Eixo 4: Políticas de Gestão

Qualidade do atendimento prestado pelos(as) Assistentes Acadêmicos(as).
Qualidade dos serviços prestados pela Pró-reitoria de Graduação, quanto ao atendimento, à divulgação de informações, esclarecimento de dúvidas e resolução de problemas.
Qualidade dos serviços prestados pelos agentes educadores
Qualidade do atendimento prestado pelo Setor de Medicina do Trabalho.
Qualidade dos serviços prestados pelo Departamento de Assuntos Acadêmicos Financeiro (DAAF), quanto ao atendimento, à divulgação de informações, esclarecimento de dúvidas e resolução de problemas.
Qualidade do atendimento prestado pela Ouvidoria.
Qualidade dos serviços prestados pela operadora de assistência odontológica.
Qualidade dos serviços prestados pela operadora de plano de saúde.
Qualidade dos serviços prestados pela Superintendência Acadêmica, quanto ao atendimento, à divulgação de informações, esclarecimento de dúvidas e resolução de problemas.
Qualidade dos serviços prestados pela Pró-reitoria Administrativa e Financeira, quanto ao atendimento, à divulgação de informações, esclarecimento de dúvidas e resolução de problemas.
Qualidade dos serviços prestados pela Direção do campus, quanto ao atendimento, à divulgação de informações, esclarecimento de dúvidas e resolução de problemas.
Contribuição da política de capacitação interna para o seu desenvolvimento profissional.
Apresentação de documentos institucionais tais como: atos normativos, manuais acadêmicos, informe DAA etc.
Qualidade dos serviços prestados pelo Núcleo de Tecnologia e Informação (DTI), quanto ao atendimento, à divulgação de informações, esclarecimento de dúvidas e resolução de problemas.
Qualidade dos serviços prestados pela Assessoria de Comunicação (ASSCOM), quanto ao atendimento, à divulgação de informações, esclarecimento de dúvidas e resolução de problemas.
Qualidade dos serviços prestados pelo Núcleo de Apoio Psicossocial e Pedagógico (NAPPS), quanto ao atendimento, à divulgação de informações, esclarecimento de dúvidas e resolução de problemas.

Apresentação e divulgação do Planejamento Estratégico.
Qualidade dos serviços prestados pela Pró-reitoria de Pós-graduação, Pesquisa e Extensão, quanto ao atendimento, à divulgação de informações, esclarecimento de dúvidas e resolução de problemas.
Qualidade dos serviços prestados pela COMPESE (Comissão Permanente de Processo Seletivo), área que operacionaliza os processos seletivos do vestibular, quanto ao atendimento, à divulgação de informações, esclarecimento de dúvidas e resolução de problemas.
Qualidade dos serviços prestados pelo Núcleo de Gente e Carreira (DGC), quanto ao atendimento, à divulgação de informações, esclarecimento de dúvidas e resolução de problemas.
Apresentação e divulgação do Planejamento Orçamentário.
Política de incentivos adotada pela Instituição para participação em eventos científicos externos.
O plano de cargos e salários da instituição gera estímulo para que os colaboradores assumam novas perspectivas de trabalho.
Qualidade dos serviços prestados pelo Departamento de Marketing, quanto ao atendimento, à divulgação de informações, esclarecimento de dúvidas e resolução de problemas.

Eixo 5: Infraestrutura Física

Sistema de empréstimos, adotado na Biblioteca, quanto ao prazo de renovação e devolução.
Instalações para estudos coletivos e individuais na Biblioteca.
Quantidade de periódicos disponibilizados na Biblioteca para atender às necessidades do curso.
Condições de acesso para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida.
Quantidade de livros disponibilizados na Biblioteca para atender às necessidades das disciplinas do curso.
Periódicos (revistas científicas e técnicas impresso e online) disponibilizados na Biblioteca com relação à atualização para o seu curso.
Estrutura da biblioteca (terminais para consultas do acervo, fichários, sistemas, apoio de funcionários e bibliotecários).
Recursos de Multimídia (CDs, DVDs, etc.) disponibilizados no setor de multimeios da biblioteca quanto à atualização, quantidade e relevância para o seu curso.
Livros disponibilizados na Biblioteca com relação à atualização do acervo para o seu curso
Aspecto geral dos ambientes da Instituição (sanitários, <i>mini-shopping</i> e áreas externas) quanto à limpeza.
Laboratórios específicos quanto aos equipamentos (quantidade por aluno) disponibilizados ao desenvolvimento das atividades do curso.
Laboratórios de informática quanto aos equipamentos (quantidade por aluno) disponibilizados para o desenvolvimento das atividades do curso

Laboratórios de informática quanto à atualização, manutenção dos equipamentos e softwares disponibilizados para as atividades do curso.
Instalações de auditórios e miniauditórios em relação a dimensão, iluminação, climatização, mobiliário, acústica e limpeza
Acesso à rede sem fio (<i>wi-fi</i>)
Estrutura de alimentação (lanchonete, restaurantes, quiosques) em relação à qualidade dos produtos.
Funcionalidades do Magister.
Estrutura de alimentação (lanchonete, restaurantes, quiosques) em relação ao preço.
Instalações das salas de aula quanto a dimensão, iluminação, climatização, mobiliário, limpeza e acústica.

Figura 12 – Infográfico de questionário de autoavaliação aplicado a Técnicos-Administrativos

Questionário 2

Corpo técnico administrativo presencial

Eixo 2: Desenvolvimento Institucional

Apresentação e divulgação da Missão Institucional.

Eixo 4: Políticas de Gestão

Qualidade do atendimento prestado pelo serviço de malote adotado pela instituição.
Qualidade dos serviços prestados pelos agentes educadores.
Qualidade do atendimento prestados pelo Setor de Medicina do Trabalho.
Qualidade dos serviços prestados pela Pró-reitoria de Graduação, quanto ao atendimento, à divulgação de informações, esclarecimento de dúvidas e resolução de problemas.
Clareza nas informações dos meios de comunicação externa adotados pela Instituição (outdoor, site, campanhas de divulgação, Mídias Sociais etc.).
Qualidade do atendimento prestado pelo Service Desk (Innyx) quanto a resolução de problemas nos equipamentos.
Relacionamento harmônico e construtivo do gestor direto com o grupo de trabalho.
Qualidade dos serviços prestados pela Assessoria de Comunicação (ASSCOM), quanto ao atendimento, à divulgação de informações, esclarecimento de dúvidas e resolução de problemas.
Qualidade do atendimento prestado pelo gestor da unidade (campus, clínica, laboratórios, núcleos).

Qualidade dos serviços prestados pelo Departamento de Assuntos Acadêmicos Financeiros (DAAF), quanto ao atendimento, à divulgação de informações, esclarecimento de dúvidas e resolução de problemas.
Qualidade dos serviços prestados pela Pró-reitoria Administrativa e Financeira, quanto ao atendimento, à divulgação de informações, esclarecimento de dúvidas e resolução de problemas.
Qualidade dos serviços prestados pela COMPESE (área que operacionaliza os processos seletivos do vestibular), quanto ao atendimento, à divulgação de informações, esclarecimento de dúvidas e resolução de problemas.
Qualidade dos serviços prestados pela Pró-reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão, quanto ao atendimento, à divulgação de informações, esclarecimento de dúvidas e resolução de problemas.
Qualidade dos serviços prestados pela operadora de plano de saúde.
Clareza nas informações e atualização dos meios de comunicação interna adotados pela Instituição (murais, manuais, cartaz, banner, magister, portal, mídias internas etc.).
Qualidade do atendimento prestado pelo Núcleo de Infraestrutura e Manutenção (DIM).
Qualidade dos serviços prestados pela operadora de assistência odontológica.
Conhecimento do organograma da instituição.
Qualidade da interação entre colaboradores no desenvolvimento das atividades da área.
Qualidade dos serviços prestados pelo Núcleo de Gente e Carreira (DGC), quanto ao atendimento, à divulgação de informações, esclarecimento de dúvidas e resolução de problemas.
Qualidade dos serviços prestados pelo Núcleo Financeiro (DFI), quanto ao atendimento, à divulgação de informações, esclarecimento de dúvidas e resolução de problemas.
Qualidade dos serviços prestados pelo Núcleo de Tecnologia e Informação (DTI), quanto ao atendimento, à divulgação de informações, esclarecimento de dúvidas e resolução de problemas.
Clareza e transparência nas atividades do Comitê de Conduta.
Qualidade dos serviços prestados pelo Departamento de Marketing, quanto ao atendimento, à divulgação de informações, esclarecimento de dúvidas e resolução de problemas.
Periodicidade de reuniões de planejamento visando adequar o setor aos princípios e metas da instituição.
O programa de treinamento e desenvolvimento (cursos, palestras, reuniões etc.) da instituição qualifica os colaboradores para prestarem um serviço melhor.
Reconhecimento e valorização profissional.
Eventos de confraternização que geram pertencimento e participação.
Comemoração e celebração dos resultados positivos da Instituição entre os seus colaboradores.
O plano de cargos e salários da instituição gera estímulo para que os colaboradores assumam novas perspectivas de trabalho.

Eixo 5: Infraestrutura física

Limpeza dos ambientes gerais da instituição (sanitário, salas de aulas, laboratórios, auditório, <i>mini-shopping</i> etc.).
Condições de acesso para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida.
Estrutura de alimentação na sua unidade (lanchonete, restaurantes, quiosques) em relação à qualidade dos produtos.
Funcionalidade do Magister.
Oferta de serviços prestados na sua unidade (bancos, lojas, livraria etc.).
Conforto do espaço de convivência destinado aos colaboradores (equipamentos, iluminação, climatização e limpeza).
Condições de trabalho (prazo, equipe, material, informações, investimentos, equipamentos etc.) para atingir as metas e indicadores.
Adequação dos equipamentos (materiais e móveis) ao desenvolvimento das atividades do setor.
Estrutura de alimentação na sua unidade (lanchonete, restaurantes, quiosques) em relação ao preço.

Figura 13 – Infográfico de questionário de autoavaliação aplicado a Docentes

Questionário 3

Corpo docente presencial

Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional

Importância e funcionalidade das avaliações internas (Avaliação Nominal Docente e da gestão Acadêmica, e Avaliação Institucional)
Divulgação dos resultados (Avaliação Nominal Docente e da Gestão Acadêmica, e Avaliação Institucional) e ações implementadas na comunidade acadêmica.

Eixo 2: Desenvolvimento Institucional

Apresentação e divulgação da Missão Institucional.
Apresentação e divulgação do Projeto Pedagógico do Curso (PPC).
Contribuição das ações de extensão para o desenvolvimento social.
Apresentação e divulgação do Projeto Pedagógico Institucional (PPI).
Incentivo à preservação da memória cultural.
Articulação entre os princípios do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e do Projeto Pedagógico Institucional (PPI).
Apresentação e divulgação das metas institucionais/PDI

Eixo 3: Políticas Acadêmicas

Atendimento prestado pela biblioteca
Contribuição do estágio curricular (obrigatório) para o desenvolvimento do aluno.
Contribuição dos eventos acadêmicos (semanas culturais, palestras, simpósios, etc.) promovidos pela Instituição para a formação do aluno.
Coerência entre as competências propostas no PPC com as demandas do mercado e o perfil do egresso.
Conhecimento das ações do Núcleo Docente Estruturante (NDE) nas principais decisões do curso.
Clareza nas informações e atualização dos meios de comunicação externa adotados pela Instituição (outdoor, site, campanhas de divulgação, Mídias Sociais etc.).
Clareza nas informações e atualização dos meios de comunicação interna adotados pela Instituição (murais, manuais, banner, cartazes, portal, mídias internas etc.).
Conhecimento das ações do Colegiado nas principais decisões do curso.
Participação docente nas decisões do curso, sobretudo na revisão e implementação do PPC.
Estímulo da IES às atividades de extensão no âmbito do curso.
Divulgação das atividades de pesquisa/iniciação científica por parte da instituição.
Política de publicação acadêmica desenvolvida pela Instituição (Cadernos de Graduação, revista Interfaces etc.).
Estímulo da IES às atividades de pesquisa/iniciação científica no âmbito do curso.
Contribuição da política de fomento (publicações, bolsas, auxílios e etc.) para o desenvolvimento da pesquisa no curso.